



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE JANEIRO DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Manuel Alegre de Melo Duarte

Secretários: Ex.<sup>mas</sup> Srs. José Ernesto dos Reis  
Manuel Alves de Oliveira  
António João Rodeia Machado

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e de respostas a alguns outros

Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), considerando a situação em que se encontra o serviço de urgências do hospital de Cascais e as declarações prestadas pela Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, solicitou ao Sr Presidente que oficissasse no sentido da rápida deslocação à respectiva comissão parlamentar daquele membro do Governo e dos responsáveis hospitalares. Usaram também da palavra, a esse propósito, os Srs Deputados António Capucho (PSD) e Manuel dos Santos (PS).

Em declaração política, o Sr Deputado Basílio Horta (CDS-PP) referindo-se ao último relatório do Banco de Portugal, contestou o modelo económico que está a ser seguido pelo Governo, em particular no sector energético. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados António Capucho (PSD) — que, tendo protestado pela não presença, no início da sessão, do Sr Ministro das Finanças e da Economia, suscitou a defesa da honra do Governo pelo Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia) — e Rui Rio (PSD).

Também em declaração política, o Sr Deputado Francisco Louçã (BE), após ter-se referido à não adopção do escudo, como moeda oficial, em Timor e a situação na TAP, manifestou discordância quanto à estratégia económica do Governo, nomeadamente no domínio energético. Deu, depois, resposta a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Basílio Horta (CDS-PP) e Manuel dos Santos (PS), tendo, ain-

da, este orador respondido a um pedido de defesa da honra do Deputado anterior

Igualmente em declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite (PSD) acusou o Governo de não ter em conta interesses vitais da nossa economia em benefício de grupos estrangeiros, como esta a acontecer no sector energético, após o que respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Lino de Carvalho (PCP) e José Penedos (PS).

Ainda em declaração política, o Sr Deputado Octávio Teixeira (PCP) protestou contra o facto de o Governo estar a transferir sectores estratégicos nacionais para a dependência de interesses e decisões estrangeiras. Respondeu, depois, ao pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite (PSD).

Ao abrigo do artigo 83º, n.º 2, do Regimento, o Sr Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura) deu conta não só da evolução da reestruturação empresarial no sector do gás e do petróleo mas também da política de energia, após o que respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Francisco Louçã (BE), Rui Rio (PSD), Lino de Carvalho (PCP), Basílio Horta (CDS-PP), Fernando Pésinho (Os Verdes), José Penedos (PS) e Vicente Merendas (PCP).

**Ordem do dia.** — Foram aprovados, na generalidade, os projectos de lei n.º 22/VIII — Financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (PCP), 42/VIII — Alteração do regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (PSD), 69/VIII — Alteração do regime de financiamento dos partidos políticos e coligações e das campanhas eleitorais (CDS-PP) e 71/VIII — Financiamento da actividade dos partidos políticos e das

campanhas eleitorais (BE) e a proposta de lei n.º 9/VIII — Alteração as Leis n.º 97/88, de 17 de Agosto, e 56/98, de 18 de Agosto, que aprovaram o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais

Merceceu aprovação um parecer da Comissão de Ética, autorizando uma Deputada do PSD a depor, por escrito, como testemunha em tribunal

Foi discutida, na generalidade, a proposta de lei n.º 10/VIII — Regula a constituição, organização, funcionamento e atribuições das entidades de gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos Usaram da palavra, a diverso título, alem da Sr.ª Secretária de Estado da Cultura (Catarina Vaz Pinto), os Srs. Deputados José Magalhães (PS), Jorge Neto (PSD), Jose Saraiva (PS), António Filipe (PCP) e Narana Coissoró (CDS-PP)

A proposta de lei n.º 11 VIII — Autoriza o Governo a legislar sobre a realização dos censos de 2001, foi apreciada na generalidade, tendo usado da palavra, a diverso título, alem do Sr. Secretário de Estado do Planeamento (João Carvalho Mendes), os Srs. Deputados Sérgio Vieira (PSD), Joaquim Matias (PCP), Maria José Campos (PS) e Telmo Correia (CDS-PP)

Também na generalidade, foi ainda discutida a proposta de lei n.º 12/VIII — Dispensa da fiscalização previa do Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização sucessiva os contratos de aquisição de projectos relativos as obras que se venham a realizar no âmbito do Euro 2004, promovidas pelas autarquias locais envolvidas Usaram da palavra, a diverso título, alem do Sr. Secretário de Estado da Administração Local (Jose Augusto Carvalho), os Srs. Deputados João Moura de Sá (PSD), Silvio Rui Cervan (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Casimiro Ramos (PSD), Francisco Louçã (BE) e Fernando Pesinho (Os Verdes)

Finalmente, a Câmara apreciou o projecto de resolução n.º 19/VIII — Constituição de uma comissão eventual para a análise e a fiscalização dos recursos públicos envolvidos na organização do Euro 2004 (PSD), tendo usado da palavra, alem do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, os Srs. Deputados Carlos Mariz (PSD), Ricardo Castanheira (PS), Bernardino Soares (PCP) e Silvio Rui Cervan (CDS-PP)

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 40 minutos

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 15 horas e 25 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martíinho  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José da Conceição Sarava  
 José de Matos Leitão  
 José Ernesto Figueira dos Reis

José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Pires Epifânia  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Carmo Pires Almeida Borges  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Luisa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Vitor Manuel Alves Peixoto  
 Vitor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarda Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capucho  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos

Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias

José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caeiro Queirado Amaral  
 Maria Luisa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco  
 António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Daniel Rosas Campelo da Rocha  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)**

Fernando Carlos Almeida Pésinho

**Bloco de Esquerda (BE)**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Srs Deputados, o Sr Secretário vai ler o expediente

O Sr Secretário (José Reis) — Sr Presidente, Srs Deputados, foram apresentados na Mesa vários requerimentos Na reunião plenária de 14 e no dia 18 de Janeiro de 2000: ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Carlos Martins e Maria Fernanda Costa, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã, ao Ministério da Educação, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda, à Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar e ao Ministério da Educação, formulados pelo Sr Deputado Fernando Pésinho, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

Na reunião plenária de 19 de Janeiro de 2000: ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Agostinho Gonçalves, ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado Barbosa Ribeiro, ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs Deputados Luís Miguel Teixeira e Paulo Portas, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados António Nazaré Pereira e Francisco Louçã, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes; ao Primeiro-Ministro e ao Ministério da Educação, formulados pela Sr<sup>a</sup> Deputada Fátima Amaral, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Joaquim Matias, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr Deputado Ro-

deia Machado, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr Deputado Herculano Gonçalves, à Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, formulado pelo Sr Deputado Silvio Rui Cervan, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pela Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

Na reunião plenária de 20 de Janeiro de 2000 ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs Deputados Manuel Barbosa Ribeiro, Armando Vieira, Manuel Moreira e Nuno Teixeira de Melo, ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs Deputados Ana Maria Narciso, José Cesário e Isabel Castro, aos Ministérios da Saúde e do Equipamento Social, formulados pelo Sr Deputado Carlos Martins, ao Ministério da Cultura, formulados pelo Sr Deputado David Justino, à Secretaria de Estado do Desporto, formulado pelo Sr Deputado Bruno Vitorino, à Secretaria de Estado da Juventude, formulado pelo Sr Deputado Hugo Velosa, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr Deputado Eugénio Marinho, ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs Deputados Manuel Oliveira, Miguel Macedo e Vicente Merendas, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado Mota Amaral, ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr Deputado Basílio Horta, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Honório Novo, ao Sr Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr Deputado João Amaral, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Luís Fazenda, à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, formulado pelo Sr Deputado Nuno Teixeira de Melo

Na reunião plenária de 21 de Janeiro de 2000 a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr. Deputado Vicente Merendas, ao Ministério da Cultura e à Câmara Municipal de Setúbal, formulados pelo Sr Deputado Fernando Pésinho

Entretanto, o Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs Deputados No dia 20 de Janeiro de 2000 Miguel Miranda Relvas, na sessão de 18 de Novembro, Nuno Teixeira de Melo, no dia 21 de Dezembro

No dia 21 de Janeiro de 2000 Pimenta Dias, no dia 19 de Agosto, Luísa Mesquita, na sessão de 19 de Novembro, Rodeia Machado, na sessão de 24 de Novembro, Manuela Aguiar, na sessão de 26 de Novembro, Octávio Teixeira, no dia 30 de Novembro, Agostinho Lopes e Francisco Louçã, na sessão de 16 de Dezembro, João Amaral, na sessão de 6 de Janeiro

No dia 26 de Janeiro de 2000 Honório Novo e Mota Torres, na sessão de 25 de Novembro

**O Sr Presidente (Manuel Alegre).** — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Sr Presidente, dado que é a primeira vez que falo nesta Câmara sob a presidência de V Ex<sup>a</sup>, começo por lhe prestar o meu respeitoso cumprimento

Sr Presidente, Srs Deputados, como é notório para quem mora no concelho de Cascais e frequenta o hospital de Cascais, de há pouco tempo a esta parte o serviço de urgência deste hospital está a viver uma situação que é um verdadeiro escândalo

O CDS-PP, através do Sr Deputado Basilio Horta, formulou já um requerimento ao Ministério da Saúde

sobre isto, que ainda não foi respondido, e solicitou também a vinda à Comissão de Saúde do Sr Director e do Sr Administrador do hospital de Cascais E ouvimos ontem, com grande consternação, as declarações da Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, que acusou de demagogia os políticos

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Sr. Deputado, agradeço os seus cumprimentos, mas, até agora, a sua intervenção não tem nada a ver com uma interpelação

**O Orador** — Sr Presidente, já vai ver que se trata de uma verdadeira interpelação

Dizia eu que a Sr<sup>a</sup> Ministra acusou de demagogia os partidos e os políticos que tinham levantado esta situação, que considerou «escandalosa»

Sr Presidente, Srs Deputados, quero, pois, dizer que, defendendo a honra da minha bancada e a honra de todos os Deputados portugueses, não admitimos à Sr<sup>a</sup> Ministra este tipo de linguagem

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Sr Deputado, não posso continuar a dar-lhe a palavra O Sr Deputado não pode confundir figuras regimentais A defesa da honra tem de ser feita por um membro da direcção da sua bancada e o Sr Deputado não está a fazer uma interpelação à Mesa, portanto agradeço-lhe que conclua, porque, se não, terei de lhe retirar a palavra

**O Orador** — Sr Presidente, após este considerando, passo, então, à parte da interpelação

Cabendo à Mesa o regular funcionamento dos trabalhos desta Câmara e desta Assembleia, vimos, por este meio, requerer à Mesa, na pessoa do Sr Presidente, que oficie, o mais rapidamente possível, a vinda das pessoas que mencionei à Comissão, informando-o também, Sr Presidente — e por isso é que é uma interpelação —, de que nós vamos pedir a vinda da Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde devido às declarações que ela ontem prestou

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho, que tem mais experiência do Regimento

**O Sr António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, a este propósito, quero apenas dizer que o PSD pediu um debate de urgência, em sede de Plenário, sobre o tema «hospital de Cascais» e espera que na próxima terça-feira seja agendado para o dia seguinte

Sobre a solicitação da vinda de Ministros à Comissão, evidentemente que não é através da interpelação à Mesa que o farei

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — É óbvio, Sr Deputado O assunto é com o Presidente da Comissão.

Ainda para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos, que também conhece o Regimento

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Penso que sim, que conheço o Regimento. Sr Presidente, mas ultimamente tenho ficado baralhado com o PP que, normalmente, começa desta forma as sessões Aliás, já foi relatado por um jornalista que é assim que, normalmente, o PP começa as sessões parlamentares

Sr Presidente, quero só confirmar que na terça-feira discutiremos um requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para que tenha lugar um debate de urgência

Aproveito também para dizer aquilo que já foi referido, ou seja, que, em primeiro lugar, compete às comissões deliberarem sobre a chamada de membros do Governo e só depois é que a acção de V Ex<sup>a</sup> poderá ser accionada

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Muito obrigado. Sr Deputado, mas eu também conheço o Regimento

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, sendo também a primeira vez que uso da palavra sob a sua presidência, quero dirigir-lhe os meus cumprimentos de sincera estima e particular apreço

Sr Presidente, Srs Deputados É chegado o momento que a presença do Sr Ministro da Economia devia potenciar — ele não está cá

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Virá!

**O Orador** — Foi-nos dito que vinha antes

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Disse que viria aqui fazer uma declaração política Na altura própria cá estarão!

**O Orador** — É chegado o momento, dizia eu, de fazer uma reflexão serena, e tanto quanto possível objectiva, sobre dois temas que se encontram interligados e que se nos afiguram essenciais para a definição de uma estratégia nacional, global e coerente no domínio político-económico

São eles a evolução da economia portuguesa, entendida a palavra «economia» no sentido mais nobre da produção de riqueza, e a análise do modelo económico que o Governo está a construir. A análise deste modelo far-se-á numa tripla perspectiva o peso do Estado, a transferência de recursos públicos para as mãos de particulares e a preservação dos interesses nacionais na economia e, consequentemente, também na cultura e na história da Nação portuguesa

No tocante à produção de riqueza, o último relatório do Banco de Portugal traça um quadro significativo a produção industrial (indústria transformadora), que cresceu, em 1998, a uma taxa de 4,6%, cai, em Outubro de 1999, para 1,1%. a produção industrial de bens de investimento, que cresceu a uma taxa positiva de 5,5% em 1998, desce, em Outubro de 1999, para uma taxa negativa de -4,5% , o índice do volume de negócios de bens de investimento desce de uma taxa positiva de 12,2%, em 1998, para uma taxa negativa de -3,9% em Outubro de 1999, a produção de bens de consumo duradouro, que tinha crescido a um ritmo de 6,3% em 1998, passa para 2% em 1999. o investimento, que em 1998 crescerá a uma taxa de 4,3% e que no segundo trimestre de 1999 chegou a 5%, desce, no terceiro trimestre, para 3,7%, as exportações, que em 1997 tinham crescido 10,5%, em 1998 só cresceram 6,3% e em Setembro de 1999 só cresceram 0,7%

Daqui se conclui que o ritmo de criação da riqueza nacional está em franco declínio e que o crescimento e os níveis de consumo estão a ser assegurados, fundamentalmente, com base no endividamento de particulares e de empresas e não no rendimento

Da análise dos elementos disponíveis poder-se-á mesmo afirmar que o endividamento externo das empresas privadas, algumas no sector financeiro, já é preocupante. É que o instituto da falência não se aplica ao Estado, mesmo quando este atingiu níveis de endividamento externo que justificaram a intervenção do FMI, mas obviamente que se aplica às entidades privadas

O Governo português, perante este cenário, que medidas tomou, vai tomar ou pode tomar? Irá continuar a utilizar uma engenharia financeira que só alguns, poucos, entendem, conhecem e usufruem e que tem transformado grandes empresários industriais, antigos criadores de riqueza, em meros especuladores financeiros?

Esta interrogação leva-nos ao segundo tema desta intervenção que modelo está o actual Governo a construir para a economia portuguesa

Atrás de um aparente movimento privatizador, esconde-se uma intervenção crescente, sistemática e controladora do Estado, com o objectivo de criar, em sectores estratégicos da nossa economia, grandes empresas monopolistas, vocacionadas para o chamado «mercado ibérico» e constituídas pelo Estado e entidades públicas em parceria com grandes grupos estrangeiros predominantemente espanhóis

**O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Já foi assim com a EDP, com a Petrogal, com a TAP e com uma importante fatia do sector bancário e segurador, poderá vir a ser assim nos sectores florestal e das celuloses, das telecomunicações e da distribuição, e o próprio grupo da Caixa Geral de Depósitos poderá não estar a salvo da fúria desnacionalizadora, ou, para evitar equívocos, desportugalizadora

O sector energético, talvez o exemplo mais gritante, fica, por iniciativa do Governo, que pediu aos privados portugueses para se retirarem, inteiramente nas mãos do Estado, dos espanhóis da Iberdrola e dos italianos da Eni, nada nos garantindo que estes não venham um dia a ceder a sua participação aos espanhóis, que ficariam, assim, a dominar a EDP e a Petrogal, o mesmo é dizer as três fileiras do sector energético nacional

Neste sector passou-se assim por exclusiva responsabilidade do actual Governo, da louvável intenção de criar um grupo português forte na área da energia, para uma situação que representa a alienação a interesses estrangeiros do mercado nacional de energia. É certo que os accionistas privados portugueses da Petrocontrol encaixaram confortáveis mais-valias, largas dezenas de milhões de contos, essas isentas de qualquer imposto

Porém, numa perspectiva nacional do interesse público, este teria sempre de ser um preço inaceitável para a exclusão de interesses privados nacionais sobre as três fileiras energéticas que intervêm no mercado português

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Aqui chegados, tudo ou quase tudo separa o CDS-Partido Popular — com muita honra o digo — desta política económica O CDS-PP defende o privado e o nacional, o Governo e este Partido Socialista optam pelo público e pelo estrangeiro

*Aplausos do CDS-PP*

O CDS-Partido Popular concorda com o socialista Henrique Neto, quando escreve: «Portugal não poupou fazenda e vidas para garantir a independência dos portugueses em relação a todas as nações, mas, antes de todas, da Espanha»

O Governo, pela boca do seu Ministro das Finanças e da Economia, dá uma entrevista ao jornal *El Mundo* de 24 de Janeiro último (que, aliás, é interessante e o qualifica como «antigo comunista e actual nº 2 do Primeiro-Ministro Guterres») — o que dirá o Dr Jorge Coelho a isto! —, onde expressamente afirma: «Temos de abater a última fronteira económica entre Portugal e Espanha, com o objectivo último de formar um mercado ibérico dentro da União Europeia»

Ao contrário, o CDS-PP sempre entendeu que há que reforçar os interesses estritamente portugueses no mercado único europeu, aproveitando a posição geográfica de Portugal no Atlântico, desenvolvendo as telecomunicações e os transportes e estreitando os laços com os países da América do Sul e da África. Ora, até neste contexto a parceria com a Espanha se pode mostrar desastrosa, como os investimentos da EDP/Iberdrola e da Telecom/Telefónica, no Brasil, com perdas de milhões e milhões de contos, claramente indiciam.

O CDS-PP confia nos empresários privados portugueses e acredita que, num mundo global, a dimensão não é tudo e talvez não seja, sequer, o mais importante. Mais importante do que atrair estrangeiros, por vezes a qualquer preço, é estimular uma cultura de competição, de rigor e de exigência nacionais.

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Reestruturar e rentabilizar não podem ser sinónimos de «desportugalizar», através da associação sistemática do Estado português a corporações estrangeiras, algumas das quais com peso económico e até político bem superior ao do próprio Estado português.

O recente caso da TAP é outro exemplo flagrante do que se deixa dito. Primeiro, injectaram-se na companhia, ao longo dos últimos anos, 180 milhões de contos que saíram, se não na totalidade, em larga medida, dos bolsos dos contribuintes portugueses. Depois, através da transferência irresponsável da clientela da empresa para outra companhia, originaram-se prejuízos de 20 milhões de contos, confessados pelo seu próprio Presidente. Finalmente, dá-se pública notícia da iminente falência da sociedade e, simultaneamente, em estado de necessidade, anuncia-se a sua venda por 33 milhões de contos à empresa concorrente em favor da qual a TAP tinha perdido os referidos 20 milhões de contos. É óbvio que vão dizer que não é o capital todo, são apenas 39%, mas é a assimilação da companhia por outra companhia, e isso não o podem negar!

**Vozes do CDS-PP e do Deputado do PSD Luís Marques Guedes** — Muito bem!

**O Orador** — O CDS-PP condena frontalmente estes comportamentos do actual Governo, que configuram um modelo de capitalismo de Estado, o qual, continuando a ser levado à prática sem o devido escrutínio do próprio Partido Socialista — repito, sem o devido escrutínio do próprio Partido Socialista —, terá as mais perversas consequências na riqueza do País, na segurança dos cidadãos e na própria independência nacional.

É tempo de quebrar o marasmo em que a nossa vida pública tende a viver, embalada pela apatia e pelo facilitismo típico das sociedades de consumo. É urgente que a opinião pública seja alertada para o que está a acontecer à economia portuguesa e para a responsabilidade do actual Governo pelas consequências que as suas políticas acarretarão para o futuro de Portugal como Estado independente.

O CDS-PP, sozinho ou com quem o quiser acompanhar, não se furtará, no devido momento e se tal for necessário, às responsabilidades que assumiu para com o seu eleitorado e para com o Portugal de hoje e de amanhã.

#### *Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Antes de mais, Sr Deputado Basílio Horta, agradeço as suas amáveis palavras. Como sabe, também e de há muito a minha estima e consideração pessoal por si.

Inscreveveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Basílio Horta, os Srs Deputados António Capucho e Rui Rio.

**Tem a palavra o Sr Deputado António Capucho**

**O Sr António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Basílio Horta, ouvi-o com muita atenção. No início da sua intervenção, abordou um tema que está na ordem do dia, que é extremamente relevante, e sobre o qual a minha bancada se irá igualmente pronunciar, em declaração política de fundo, dentro em breve, havendo outro colega da minha bancada que, a seguir, também lhe irá colocar questões.

A questão que lhe quero colocar, sobre a qual gostaria de ouvir a sua opinião sincera, tem a ver com a metodologia. E porquê? Nesta sessão legislativa, de cada vez que um dos partidos da oposição, à esquerda e à direita do Plenário, suscita uma questão para debate, uma questão política importante e de fundo, qual é a reacção do Governo? Utilizando vários expedientes, tem procurado, até hoje, de forma pouco clara e pouco recomendável, na minha opinião,

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Correcto!

**O Orador** — esvaziar o debate, desfocar a iniciativa dos partidos da oposição, desviar as atenções daquilo que queremos debater, através de um dos instrumentos regimentais que temos à nossa disposição. É o que se passa hoje! Este tema é essencial e, pasme-se, o Sr Ministro das Finanças e da Economia anunciou à Presidência e aos grupos parlamentares que aqui estaria para proferir uma declaração política sobre ele.

Tive o cuidado de oficiar ao Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, sem fazer comentários à iniciativa do Ministro, dizendo-lhe que, da parte da minha bancada, como seria natural, haveria uma intervenção de fundo sobre a mesma matéria, sendo previsível que o mesmo sucedesse com as outras bancadas, pelo que convidaria o Sr Ministro a assistir a este debate desde o primeiro minuto, não se reservando, assim, para o fim, para, em termos de encenação, dizer de sua justiça.

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — V Ex<sup>a</sup>, Sr Deputado Basílio Horta, é um Deputado experimentado, tem prestado, desde sempre, rele-

vantes serviços à democracia, ao desenvolvimento e à solidificação da democracia, à luz dos princípios da democracia cristã que defende, pelo que aquilo que lhe perguntei, sinceramente, é o seguinte: sou eu que estou a fazer uma análise excessivamente parlamentarista do nosso trabalho ou é este Ministro e este Governo que, mais uma vez, revelam, com esta atitude, com esta ausência — nem sequer está presente o Secretário de Estado —, uma arrogância e um desprezo inqualificáveis pela instituição parlamentar?

#### *Aplausos do PSD*

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Sr. Deputado António Capucho, antes de dar a palavra ao Sr Deputado Basílio Horta, quero dizer que fui informado, pelo Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, que o Sr Ministro teve um problema mas vem a caminho, devendo estar a chegar. Foi a informação que recebi, sendo minha obrigação transmí-la.

Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Sr Deputado António Capucho, antes de mais, agradeço as suas palavras tão amáveis e tão generosas, que também quero retribuir.

Em relação à sua pergunta, não posso estar mais de acordo com aquilo que acabou de dizer. Ou seja, o que se está a verificar, de uma forma cada vez mais preocupante para o normal funcionamento das instituições democráticas, nomeadamente da instituição parlamentar, é que a hegemonia do Partido Socialista e deste Governo está a ser crescente.

O Sr Luis Marques Guedes (PSD) — É verdade!

O Orador — E o que sucede é que, quando levamos à Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares a intenção de fazer um debate de urgência, como levámos desta vez, sobre a privatização da Petrogal e da EDP, somos confrontados com a resposta do Partido Socialista, no sentido de que, por acaso, o Sr Ministro vem cá e que, portanto, o debate já não é necessário. Ou seja, de cada vez que um partido da oposição quer fazer um debate, o Partido Socialista poderá sempre dizer que o Sr Ministro vem cá. Aliás, ainda ontem, verificou-se o mesmo, desta vez em relação a outro sector, tendo eu tido a ocasião de dizer que isto tem um pouco a ver com algo de corporativismo, ou seja, há um interesse do Governo e da Administração que se sobreleva aos interesses dos partidos, nomeadamente dos partidos da oposição.

O princípio, primário e básico, de que, em democracia, a oposição é tão importante como o Governo e de que o contraditório é um princípio básico de qualquer instituição que se pretende pluralista está a ser altamente prejudicado com este comportamento do Partido Socialista. A hegemonia não existe só na economia, não existe só no Estado, não existe só na sociedade, existe agora, também, neste Parlamento.

A ausência do Sr Ministro é, obviamente, preocupante e gritante. O que diriam os defensores do purismo parlamentar se, quando o Sr Ministro começasse a falar, nós saíssemos e fizéssemos o mesmo que ele fez, ou seja, não estivéssemos cá?!

Vozes do PS — Já fizeram o mesmo!

O Orador — Já fizemos o mesmo, porque, inclusivamente, os senhores fizeram uma coisa única.

Neste momento, deram entrada na Sala o Sr. Ministro das Finanças e da Economia e o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Vozes do PS — O Sr. Ministro já chegou!

O Orador. — Chegou tarde e a más horas!

#### *Risos do PS*

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — E vem zangado!

O Orador. — É capaz de nos ter estado a ouvir, através do circuito interno! Se esteve, ainda bem! Pelo menos, apareceu! Apareceu tarde, o que é pena, porque não ouviu a nossa intervenção! Eu até tinha dito que a sua presença a potencializava, mas, enfim... Pelo menos aqui não a ouviu!

Como estava a dizer, é este o procedimento constante do Governo, que, realmente, é preocupante.

Como o Sr Ministro chegou, vamos cuvi-lo com interesse, vamos, seguramente, debater com ele várias matérias, pena é que não seja no âmbito de um debate de urgência,

O Sr Presidente (Manuel Alegre). — Já esgotou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado.

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Como estava a dizer, pena é que não seja no âmbito de um debate de urgência, como nós, em tempo, solicitámos, mas esperamos que a utilidade não se perca.

O Sr Presidente (Manuel Alegre) — Srs. Deputados, o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para defender a honra do Governo, pelo que tem prioridade

#### *Risos do PSD e do CDS-PP*

Tem a palavra, Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

O Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, em nome do Governo, assumi, perante os líderes parlamentares, que o Sr. Ministro das Finanças e da Economia estaria presente nesta sessão para fazer uma declaração política, nos termos regimentais, e também para assistir áquelas que foram as comunicações feitas ao meu gabinete sobre a questão energética nacional.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP). — Ah! O Ministro faz declarações políticas e nós fazemos comunicações?!

O Orador — Como os Srs. Deputados sabem, decorreu hoje o Conselho de Ministros para aprovação do Orçamento do Estado, sendo o principal responsável por esse documento o Sr. Ministro das Finanças e da Economia. Compreende-se, assim, o atraso de 25 minutos, em face das 15 horas e 30 minutos, na chegada do Sr. Ministro a este Parlamento.

Se houvesse a mínima compreensão e o respeito por este tipo de trabalho, pelo seu *timing*, a intervenção do Sr Deputado António Capucho era perfeitamente dispensável

**Vozes do PSD** — Ah! Estava a ouvir!

**O Orador** — Nessa exacta medida, ouvi a intervenção que foi feita, tendo telefonado para a Mesa, para o Sr Presidente, a comunicar o atraso do Sr Ministro

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — E o Sr Presidente da Mesa comunicou-o à Câmara

**O Orador** — Também ouvi, Sr Presidente

O que dispenso são os qualificativos que o Sr Deputado António Capucho dirigiu ao Governo, de desprezo ou de menosprezo pelo Parlamento, porque sabe que, inalteradamente, não é essa a postura deste Governo. Repto não é essa a postura deste Governo!

*Aplausos do PS*

Portanto, Sr Deputado António Capucho, aqui estamos para, tal como havíamos dito, participar neste período de antes da ordem do dia

Ao Sr Deputado Basílio Horta queremos pedir desculpas pelo atraso, porque não pudemos corresponder àquilo que havíamos prometido

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Sr Deputado António Capucho, pediu a palavra para que efecto?

**O Sr António Capucho (PSD)** — Para dar explicações. Sr Presidente

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Tem a palavra

**O Sr António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, é evidente que se o Sr Secretário de Estado, que esteve a ouvir o debate, tinha de justificar a ausência do Sr Ministro, devia tê-lo feito no início da sessão, nomeadamente pedindo aquilo que era normal e que todos aceitariam, ou seja, que, devido ao mau trânsito em Lisboa (que não é da responsabilidade desta bancada), a sessão começasse um pouco mais tarde. É que não havia qualquer problema!

Mas V Ex<sup>a</sup> avisou-nos do atraso do Sr Ministro depois da minha intervenção. Peço desculpa, mas não posso adivinhar

**Vozes do PSD** — Claro!

**O Orador** — De resto, Sr Secretário de Estado, manteño em pleno aquilo que disse sobre a atitude do Governo face a este Parlamento, porque a minha afirmação não releva deste incidente, releva de um conjunto de atitudes deste Governo, desde o início da sessão legislativa,

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — de que, hoje, este incidente é apenas um mero exemplo

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Ainda para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Basílio Horta, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio

**O Sr Rui Rio (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Basílio Horta, antes de falar do tema fundamental da sua intervenção, quero dizer-lhe que também comungamos das preocupações que referiu relativamente à economia portuguesa, quer pelo lado do endividamento, quer pelo lado do défice externo, mas alertamo para um aspecto adicional, que é o de o Governo não ir cumprir a taxa de inflação que apresenta, e que tem apenas um objectivo as negociações salariais. É que com esta programada baixa taxa de inflação o que o Governo pretende é negociar por baixo os aumentos salariais da função pública

**O Sr Arménio Santos (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — E já que falou da situação económica do País, quero também dizer-lhe o seguinte: ainda não temos o Orçamento do Estado, mas há já um aspecto que decorreu da conversa que ontem tivemos, e em que VV Ex<sup>a</sup> também participaram — se calhar, têm a mesma preocupação, e essa é uma questão que também lhe coloco —, que é o de que não se deram quaisquer garantias de que este Orçamento do Estado não vai ser, mais uma vez, um embuste com uma série de desorçamentações, com uma série de despesas públicas fora dele, para se dizer que o défice é um, quando é outro completamente diferente

Relativamente à matéria que V Ex<sup>a</sup> aqui mais abordou, a questão da Galp, eu diria que o Governo evoluiu

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Involuiu!

**O Orador** — de um socialismo ortodoxo, segundo o qual os sectores nucleares da economia devem estar na mão do Estado — assim o defenderá, seguramente, o Partido Comunista —, para uma versão moderna de socialismo, chamemos-lhe assim, em que os sectores nucleares deixam de estar na mão do Estado e passam a estar na mão de estrangeiros. É uma versão curiosa. Não sei, francamente, o que é pior, mas esta solução, seguramente, não é boa.

Mas temo outra coisa, temo que não isto seja feito por opção ideológica de um socialismo moderno que pensa que os interesses nacionais devem ser entregues ao estrangeiro, mas pelo facto de não haver qualquer ideologia, nem antiga, nem moderna. O que há é uma fraqueza!

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Há um socialismo ibérico!

**O Orador** — Há um Governo fraco, um Governo fascinado por tudo o que é forte e poderoso, o que relativamente ao Sr Ministro das Finanças e da Economia, nem sequer é uma grande contradição. Se analisarmos o percurso ideológico do Sr Ministro das Finanças, percebemos que há aqui uma certa coherência já que o Sr Ministro era fascinado, acreditava num modelo de sociedade em que o Estado detinha os sectores fundamentais da economia.

**O Sr José Barros Moura (PS)** — Isso é demagogia!

**O Orador** — Acreditava que esta era a solução para as economias, e este era um seu direito legítimo. Hoje,

sente-se fascinado, não por essa solução, mas por uma outra em que os sectores-chave estão na mão de dois ou três grupos económicos. Não é muito diferente e não há, realmente, uma grande incoerência. Aliás, o Sr. Ministro sente-se até fascinado por outras coisas grandes, como sejam salários pomposos de 9000 contos. Portanto, há aqui toda uma coerência de fascínio pelo que é grande e pelo que é forte.

Mas, para além da coerência, há ainda um Governo que não só é fraco como é complexado face aos interesses estrangeiros. Um Governo cujas prioridades para a presidência portuguesa da União Europeia não são as nossas, mas, sim, as dos outros.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP)** — É o capitalismo totalitário!

**O Orador.** — Um Governo que em Timor não consegue defender os nossos interesses, pelo que perdemos terreno todos os dias. Um Governo que, no capítulo da economia, está sempre a capitular, como acontece com o caso da TAP face à Swissair, que V. Ex.<sup>a</sup> referiu, e bem, e como acontece agora com a Galp face aos espanhóis e aos italianos.

Para terminar, queria apenas dizer que comungamos, obviamente, de todas as preocupações que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Basílio Horta, referiu, acrescentando ainda estes considerandos que acabei de fazer.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP Narana Coissoró*

**O Sr. Presidente (Manuel Alegre)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rio, agradeço as perguntas e as afirmações que fez.

#### Risos do PS

O Partido Socialista está nervoso com esta conjugação de esforços! Que fará se amanhã ela for mais profunda?

Eu comprehendo-os, têm boas razões para isso!

Sr. Deputado Rui Rio, vamos estudar e analisar o Orçamento, se bem que haja algo que possamos já dizer este Orçamento não é, seguramente, o nosso! Não pode ser!

#### Protestos do PS

Será, seguramente, um orçamento despesista, será, seguramente, um orçamento em que a despesa pública não é controlada, será, seguramente, um orçamento feito de acordo com uma ideologia e com opções que nada têm a ver connosco, mas vamos estudá-lo e analisá-lo, fazendo o escrutínio certo e devido do documento.

V. Ex.<sup>a</sup> fez outras afirmações com as quais estou de acordo, mas há uma, se me permite, com a qual não posso concordar. O Sr. Deputado disse que este Governo, e, em particular, o Sr. Ministro das Finanças e da Economia, não tinha qualquer ideologia. Eu penso que tem, e até lhe digo mais: assume-a e pratica-a de uma forma perigosa, por ser inteligente, por ser acessível e por denotar uma aparência que não corresponde à realidade, e aí é que está o perigo. E que se as opções do Sr. Ministro fossem demasiadamen-

te óbvias, as questões estavam solucionadas, resolvidas, e podíamos, de uma maneira clara, debater as coisas como elas são! Mas não!

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Isso já é psicanálise!

**O Orador** — Esta questão é séria, Sr. Deputado Manuel dos Santos! Não estamos a brincar!

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — É séria é!

**O Orador** — O que nos separa do Sr. Ministro são duas coisas essenciais. Em primeiro lugar, o Sr. Ministro não liberaliza nem privatiza seja o que for. Isso é um equívoco, Sr. Deputado. O Sr. Ministro tem uma política de intervenção do Estado e de controlo do Estado e dos gabinetes ministeriais como talvez nunca tenha havido em Portugal. Com a aparência da liberalização, com a aparência de que está a privatizar, com o louvoi dos grandes grupos económicos e financeiros nacionais, o Sr. Ministro tem — e isso é que é perigoso — um controlo do Estado sobre a economia como raramente em Portugal se verificou. Esta é a primeira divisão que temos com o Sr. Ministro.

O segundo aspecto que nos separa é que o Sr. Ministro, depois, junta a esta visão que tem da economia uma questão básica, ou seja, é partidário do mercado ibérico e nós não somos. O Sr. Ministro defende, e bem, honra lhe seja — não estou a fazer uma crítica patrioteira ou nacionalista —, a criação do mercado ibérico dentro do mercado europeu e a sua estratégia afere-se de acordo com essa opção. A entrevista que o Sr. Ministro deu ao *El Mundo*, em 24 de Janeiro, é claríssima nesse domínio. Honra lhe seja, não pode ser mais clara!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP)** — É o Conde Andeiro!

**O Orador** — O que é importante é que o povo português escrutine essa opção do Sr. Ministro e do Partido Socialista e diga se quer isto ou não. O que é importante é que o povo português diga se quer que no mercado europeu haja um mercado ibérico, sabendo o que é que isso significa, que opções é que tomamos e que opções é que deixamos de tomar. É importante saber que, de um lado, está esta opção e, do outro, está a vocação atlântica de Portugal, a ligação à América do Sul, a África, a prioridade dos transportes, etc.

Há, portanto, duas visões estratégicas que nos separam. Daí, o Sr. Ministro fazer opções para a Petrogal e para a fileira energética nos três escalões que achamos perigosíssimas. Sem entrar em alarmismos estéreis, penso que é importante dizer que no dia em que, por absurdo, a Espanha tivesse a electricidade, o gás e os combustíveis, ficarímos com uma relação com o nosso país vizinho pouco diferente daquela que Macau tem com a China, o que me preocupa muito!

#### Aplausos do CDS-PP

**O Sr. Presidente (Manuel Alegre)** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

**O Sr. Francisco Louçã (BE)** — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados. Pese embora o incidente anterior, deveria come-

car por elogiar a ubiquidade do Ministro das Finanças e da Economia, convencido de que, em qualquer circunstância, ele estaria neste debate e capaz de lhe responder

Começo por fazer uma observação sobre o sentido deste debate. Foi acordado que seria substituído o debate de urgência proposto pelo Partido Popular por um debate implicitamente organizado neste formato de sucessivas declarações políticas, o que restringe, em alguma medida, o vigor do contraditório a este respeito, não deixando, contudo, de permitir uma discussão sobre estes temas

Por isso, abordaria, primeiro, algumas destas matérias, sem fugir àquelas que foram discutidas publicamente com grande oposição e contraposição nos últimos dias e que, parece-me, seria hipócrito não passarem por este debate

Disse o Sr. Deputado Rui Rio que viveríamos agora um processo geral de perda de identidade nacional. Disse-o com outras palavras, mas creio não ser infiel à sua intenção. Fê-lo a propósito de um tema muito discutido recentemente, e ao qual me quero referir em detalhe, e a propósito de um outro que passou já por esta Casa a questão do escudo em Timor e a questão da TAP.

Creio que vale a pena, a propósito da «portugalidade» aqui invocada pelo Sr. Deputado Basílio Horta, situar estas duas questões, para que elas nos permitam discutir o conteúdo exacto da estratégia económica, portanto, da estratégia política, e, em consequência deste domínio mais específico, da estratégia energética do Governo

Nesta análise, começaria por afirmar, em jeito de declaração muito sintética, estar convencido que seria envergonhante que qualquer economista viesse a esta tribuna dizer que Portugal perdeu alguma coisa ao não ter sido aprovado o escudo como moeda oficial em Timor

**O Sr. José Barros Moura (PS) — Muito bem!**

**O Orador** — Digo isto pela simples razão de que nada tinha a ganhar uma proposta que, mal sustentada pelo Governo (melhor faria ao não a ter apresentado!), nada daria a ganhar ao povo de Timor-Leste. Entre as várias alternativas, vejam bem, estavam o dólar americano, o dólar australiano e a rupia, todas elas marcadas igualmente por condicionalismos políticos. Mas, de facto, em termos estritamente económicos, o escudo português era o pior dos candidatos, não só porque impunha a uma população numa situação de transição, de pós-ocupação, a passagem rápida da circulação de uma moeda para outra no próprio prazo da transição, como condicionava as relações e a política monetária a uma deliberação tomada num espaço económico com o qual as relações não são de intensidade relevante, nem virão a sê-lo — a Europa Comunitária. Pelo contrário, aquilo que se impõe é uma batalha política, essa, sim, importante para o país, sobre a questão da língua oficial, sobre a questão da independência e sobre a questão das condições gerais da determinação desta transição em Timor-Leste

Aqui está, portanto, um caso sobre o qual é preciso reflectir de outra forma. Uma discussão rigorosa, exigente e séria não se compadece com pequenos ganhos de demagogia conjuntural que nada beneficiam o debate nesta Casa

**O Sr. Francisco de Assis (PS) — Muito bem!**

**O Orador**. — Em contrapartida, a questão da TAP foi discutida detalhadamente na Comissão de Economia, Finan-

ças e Plano e merece discussão também aqui neste contexto. É sabido, foi do conhecimento público e acompanhado pelos órgãos de comunicação social, que o Ministro Jorge Coelho veio discutir na Comissão a estratégia do Governo a este respeito. Mas devo dizer-vos que, na opinião do Bloco de Esquerda, deixou o Parlamento — e deixa, portanto, o País — numa situação absolutamente paradoxal e contraditória. Disse o Ministro que, não havendo ainda acordo firmado — situação que pareceu ser modificada por notícias imediatamente aparecidas na comunicação social dias depois —, os salários dos trabalhadores estariam postos em causa no mês de Março. Ora, isto levanta uma contradição insanável ou o acordo já estava feito ou determinado, e então a questão dos salários de Março era irrelevante e só terá sido apresentada para convencer os Deputados da necessidade desse acordo — mas nesse caso, como compreenderão, o Ministro teria sido, como se diz no parlamento inglês, económico com a verdade —, ou, então, não havia acordo, estava a ser negociado, e, nesse caso, ele não poderia dizer, em circunstância alguma, a não ser sob reserva, que os salários de Março não estavam garantidos e que a empresa não sobreviveria até ao mês de Março. Se o que estava em causa era um acordo não feito e ainda em negociação, esta posição é, naturalmente, a que mais enfraquece a posição da tutela, impossibilitando qualquer negociação bem conseguida.

Deve dizer-se, aliás, que esta estratégia de avestruz, de «mergulhar a cabeça na areia», parece ter sido seguida sistematicamente no caso da TAP, porque o Governo renegociava com o grupo Qualiflyer, reconhecendo que a gestão da negociação pela administração anterior, nomeada pelo Governo, impusera erros graves, implicando pelo menos prejuízos da ordem de 5 milhões de contos. Mas, ao mesmo tempo que se renegociava o clausulado desse acordo, dependia-se da mesma Swissair para um processo de privatização e, alegadamente, para a salvação da empresa.

Ora, isto prova, justamente, que não há sentido nesta estratégia do Governo, suscitando esta discussão sobre a política energética, que é levantada em bom tempo e em boa hora.

Neste ponto, começaria por fazer uma observação rápida ao Deputado Basílio Horta, dizendo-lhe, se me permite, que creio ter ponderado os vários factores de identificação da estrutura económica portuguesa de uma forma desequilibrada.

Portugal tem tido uma pequenissima taxa de crescimento, em valores reais, nos últimos seis anos e, portanto, não é razoável comparar essa taxa, que anda à volta das taxas mediocres dos anos 80 e 90 e que se tem mantido nessa sequência — mas, apesar de tudo, é o sexto ano seguido de crescimento acima da taxa de inflação —, com outros factores de ordem diversa. Porque há outros factores muito mais graves, muito mais estruturantes de um futuro difícil. Refiro-me, em particular, ao endividamento. O endividamento externo das empresas e da banca portuguesa, a fazer fôrum numa nota do Banco de Portugal, ultrapassa agora os 11,5 mil milhões de contos, o que é, portanto, mais de metade do Produto Interno Bruto. Nunca alcançámos um valor desta ordem no passado recente, e isto, sim, condiciona, por via do défice externo e do défice da balança em geral, toda a política externa portuguesa, visto que não temos, como se sabe, política cambial ou monetária autónomas.

Por isso mesmo, vale a pena reflectir sobre a estratégia energética e sobre a estratégia política, em economia, do

Governo, tendo as questões da Galp e da EDP toda a importância, embora estejamos, sobretudo, a discutir a questão das transformações anunciadas recentemente no caso da Galp.

É certo que as quatro cláusulas de salvaguarda que são conhecidas a respeito do negócio da Galp com a Eni são importantes: cinco anos sem poder vender a sua parte, não poder vender sem a anuência do Estado, manter a marca Galp, possibilidade de dissolução do negócio em qualquer circunstância. Este clausulado é mais vantajoso do que o dos privados portugueses com a Petrocontrol, porque nesse a Petrocontrol tinha um direito de opção até aos 51%, o que, pelos vistos, poderá não acontecer em relação a este caso. No entanto, a possibilidade de venda de uma parte das acções da Galpna Bolsa permite à Eni a possibilidade de vir a alcançar uma maioria num futuro próximo. De resto, está anunciado que este grupo pretende fazê-lo para controlar as operações industriais, o que levanta várias questões, como, por exemplo, a sobrevivência ou não da refinaria de Matosinhos.

Mas o que este negócio nos obriga a questionar são dois problemas essenciais:

Em primeiro lugar, queremos manifestar fortes dúvidas quanto ao preço deste negócio. A Galp foi valorizada em cerca de 580 milhões de contos. Verificamos, no entanto, que os privados portugueses, o grupo liderado pelo Espírito Santo ganhou, entre 1992 e 1999, mais valias de mais de 100%, tendo despendido 85 milhões de contos na compra e tendo ganho 193 milhões de contos sete anos depois do negócio.

Se analisarmos esta taxa de valorização, se a confrontarmos com as declarações do presidente da Eni — que espera que o seu investimento de 193 milhões de contos seja amortizado em três ou quatro anos —, é absolutamente razoável questionar o Ministro das Finanças e da Economia sobre se este negócio não está subavaliado e sobre se a Galp não está a ser vendida abaixo do seu preço, se estes stocks de acções não estão ser trocados abaixo do seu preço real, porque todas as indicações vão nesse sentido.

A segunda questão — e com isso termo — tem a ver com a estratégia de cascata que pode estar envolvida neste contexto. A existência de uma política autónoma, não tanto separando o português e o estrangeiro — diria eu, Sr. Deputado Basílio Horta — mas, mais, sublinhando o papel estratégico e regulador que pode ter o Estado.

**O Sr. Presidente (Manuel Alegre).** — Sr. Deputado, já ultrapassou largamente o seu tempo regimental, pelo que lhe agradeço que conclua.

**O Orador** — Se me conceder mais 15 segundos, Sr. Presidente, concluo, referindo que a diferença que estabelecemos não é tanto entre os privados nacionais e estrangeiros, visto que os privados portugueses têm sempre a possibilidade de vender — como tantas vezes o têm feito — aos estrangeiros, e desse ponto de vista a fronteira é muito ténue. O problema central consiste em saber se há ou não uma política própria do Estado neste contexto, que seja uma política reguladora dos mercados e capaz de uma política autónoma no campo económico, e em primeiro lugar no mercado energético.

É por isso que a «cascata» que há entre a Galp, a EDP e a Caixa Geral de Depósitos é que vai determinar se o Estado português mantém ou não uma maioria de controlo

em todos estes sectores. Se o Estado abdicar desse controlo em relação aos 50,8% que detém na EDP ou em relação ao capital que detém na Caixa Geral de Depósitos, então, nesse caso, teremos a Galp desnacionalizada maioritariamente.

**O Sr. Presidente (Manuel Alegre).** — Inscriveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Louçã, os Srs. Deputados Basílio Horta e Manuel dos Santos.

Entretanto, anuncio que se encontram a assistir a esta reunião plenária 45 alunos da Escola Básica Integrada Mestre de Avis, de Avis, um grupo de 26 alunos da Escola Secundária José Gomes Ferreira, de Lisboa, um grupo de 60 alunos da Escola Fonseca Benevides, de Lisboa, e um grupo de 28 alunos da Escola Secundária Anselmo Andrade, de Almada.

Para todos, como é tradição, a nossa saudação.

*Aplausos gerais, de pé*

Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

**O Sr. Basílio Horta (CDS-PP).** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de forma muito telegáfica, quero apenas dizer ao Sr. Deputado Francisco Louçã o seguinte: em primeiro lugar, os números que referi em relação ao crescimento foram desagregados, tendo tido como fonte o relatório do Banco de Portugal. Devo dizer que há realmente uma grande diferença. Foi essa diferença de declínio de produtividade em bens de investimento e bens de consumo duradouro, bem como nas exportações, que eu quis assinalar. Portanto, não me parece que tenha havido esse desequilíbrio que referiu.

Em segundo lugar, agradeço-lhe que tenha referido que o nosso endividamento externo é de 11,5 mil milhões de contos. Esse índice, se não é igual, anda muito próximo do que, em 1983, fez com que o FMI interviesse em Portugal devido ao endividamento público do Estado.

Os Estados não abrem falência, mas as empresas privadas — até os bancos! — podem abrir.

**O Sr. Presidente (Manuel Alegre).** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

**O Sr. Francisco Louçã (BE).** — Sr. Presidente, serei muito breve, até porque creio que esta reunião plenária não tem como objectivo a discussão dos indicadores da economia portuguesa. Teremos, aliás, brevemente, uma grande oportunidade de o fazer, quando discutirmos, na generalidade, o Orçamento do Estado e o Plano, o que permitirá contextualizar esta política.

O Sr. Deputado tem razão quando refere que, às vezes, o debate parlamentar suscita estas confluências acidentais, de que ambos nos regozijaremos. É verdade que há um nível de endividamento próximo do que havia aquando da intervenção do FMI, havendo, no entanto, neste momento, uma diferença. Não temos a responsabilidade da política monetária nem da política cambial. Para o mal ou para o bem. Neste caso para o bem, porque não dramatiza estes níveis de endividamento, para o mal, porque não temos muita capacidade de lhes dar resposta.

**O Sr. Presidente (Manuel Alegre).** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr. Deputado Francisco Louçã, antes de mais, os meus cumprimentos pela excelente e séria intervenção que fez neste Plenário Aliás, há muito tempo que tenho a ideia — certamente partilhada por muitas pessoas das várias bancadas que têm convivido com V. Ex.<sup>a</sup> — de que a sua entrada para o Parlamento foi um factor de mais valia para a Assembleia da República Esperamos continuar a contar com a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>, bem como com a sua crítica — quando for altura de a fazer —, mas também com a seriedade que imprime ao seu discurso, que, aliás, é mais evidente face à falta de seriedade daqueles que o antecederam.

Não posso tocar em tudo o que V. Ex.<sup>a</sup> referiu, mas há três pontos em relação aos quais não posso deixar de me pronunciar

Em primeiro lugar, dir-lhe-ia que colocou bem a questão do que se passou na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares Foi exactamente como V. Ex.<sup>a</sup> referiu a substituição do debate por uma sucessão de declarações políticas Portanto, mais incompreensível se torna um certo tipo de intervenção atrabilíaria que teve lugar no início desta reunião plenária

Quero também agradecer-lhe o bom senso que imprimiu relativamente à questão da dita perda do escudo em Timor Não vou alongar-me sobre isso, porque, felizmente, da bancada do PSD, pelo menos uma voz avisada — a do Sr Deputado Patinha Antão — teve oportunidade de, recentemente, na comunicação social, colocar bem (embora não tão bem como V. Ex.<sup>a</sup> o fez hoje) esta questão

Mas, repito, é muito importante que vozes de bom senso tenham oportunidade para colocar «ordem na casa», digamos assim, nesta altura

Finalmente, quanto à questão da TAP, V. Ex.<sup>a</sup> assistiu comigo ao debate que foi feito em sede da Comissão de Economia, Finanças e Plano, tendo tido oportunidade de ouvir o Sr. Ministro do Equipamento Social sobre este assunto. Não vou ajudar alguns dos Srs Deputados a definirem conceitos, porque não é este, propriamente, o fórum adequado Ouvi há pouco dizer, por exemplo, que o Sr. Ministro terá anunciado a falência da TAP. Ora, o conceito de falência é diferente do conceito de dificuldades de tesouraria, do conceito de solvabilidade, etc. Mas não vamos entrar nessa discussão, até porque, aparentemente, há pelo menos um valor residual que seria o valor pelo qual a eventual transacção com a Swissair foi feita

Mas o que ficou claro na intervenção do Sr. Ministro, no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Plano, é que a situação da TAP tem vindo a deteriorar-se ao longo de vários anos. Deteriorou-se, sobretudo, nos anos de 1994 e 1995, quando o PS não estava no Governo — foram, seguramente, distribuídos a V. Ex.<sup>a</sup> documentos que comprovam essa realidade —, e, apesar da injecção de capitais que se fez na TAP nessa ocasião, não foi possível inverter a situação, estando, na altura, quer ao nível do governo, sob a orientação do PSD, quer ao nível da própria gestão, sob a orientação de gestores públicos do CDS e do PSD.

Portanto, a situação é como é A solução que o Governo encontrou é uma solução patriótica e muito importante do ponto de vista social, porque vai permitir que a empresa se mantenha como empresa de bandeira e que Portugal possa continuar a tê-la como empresa de transportes aéreos

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Tem de concluir, Sr Deputado

O Orador — Vou já concluir, Sr Presidente A minha pergunta é, pois, a seguinte em face do debate que teve lugar na Comissão de Economia, Finanças e Plano, tem V. Ex.<sup>a</sup> a ideia de que podia ser utilizada outra metodologia e, sobretudo, encontrada outra solução?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Para exercer o direito regimental de defesa da honra, Sr Presidente

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, serei breve.

O Sr. Deputado Manuel dos Santos é especialista em ser o «*His Master's Voice*» — isso já sabemos. É a voz «à outrance», não é, portanto, o Governo. Mas, para isso, escusa de insultar as pessoas, dizendo que as intervenções anteriores não têm seriedade Aliás, o Sr. Deputado deve fazer um exercício de humildade e reconhecer que não tem capacidade para aferir da seriedade dos outros E não lhe digo mais nada!

Quanto ao problema da TAP agradecia que o Sr. Deputado confirmasse que não falei em falência Quando o Sr. Ministro diz que a partir de determinado mês a empresa não pode pagar vencimentos, creio que ela está à beira, na iminência, da falência Foi isso que eu disse Quem disse que a empresa não podia pagar vencimentos foi o Ministro do seu Governo, que V. Ex.<sup>a</sup> se atarefa a defender

Vozes do CDS-PP e do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre) — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, não vou responder ao Sr. Deputado Basílio Horta nos termos em que ele se me dirigiu. Responder-lhe-ei pessoalmente, porque não quero perder a consideração pessoal que tenho pelo Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — É recíproca!

O Orador — É recíproca?! Não parece, Sr. Deputado! Aliás, o senhor passa a vida em contradições Depois, da intervenção que fez, não pode ter qualquer consideração por mim.

Rejeito a consideração que tem por mim, face à intervenção que acabou de fazer!

O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que não pode ter duas personalidades! E também me fico por aqui!

Quanto a defender interesses e seriedade, se quiser discutirmos os dois, pessoalmente, essa matéria. Está bem, Sr. Deputado?

Vozes do PS — Muito bem!

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Quando quiser! Veja lá se quer discutir já!

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Para responder ao pedido de esclarecimento que lhe foi formulado pelo Sr Deputado Manuel dos Santos, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente, Sr. Deputado Manuel dos Santos, três breves notas sobre a sua questão

Em primeiro lugar, quero assinalar que o Bloco de Esquerda registou a mudança da natureza deste debate, mas não concordou com ela. Ou melhor, não tivemos de a apoiar, visto que acabou por ser assim. Claro que preferíramos um debate de urgência, uma vez que tem outras características de rigor e de contraditório, por isso exploraremos as possibilidades que nos sobram para este debate. Mas o Governo preferiu fazer e indicar o debate desta forma, o que empobrece a sua natureza. Não queria deixar de dizer-lhe isto.

Sobre a questão do escudo português, registo a sua opinião, que aprecio. Teria também apreciado que o Governo não tivesse uma estratégia dividida e duplamente ineficiente a este respeito, visto que empossou um Secretário de Estado de um mandato e de um conjunto de iniciativas em que não acreditava e que não poderiam triunfar — aliás, não teria sentido que triunfasse. Se porventura eu tenho razão neste argumento

Em contrapartida, estão perante nós algumas questões de grande urgência. Hoje mesmo, às 16 horas e 30 minutos, como sabe, começa uma reunião da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste com o Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. Essa reunião tem como objectivo discutir as questões que acabei de referir, nomeadamente a questão do apoio ao CNRT, dado que Timor-Leste se encontra numa situação de transição muito difícil, socialmente muito complicada e para a qual o aumento do poder e da capacidade autónoma de decisão da população e do Conselho Nacional de Resistência são decisivos.

Quanto à questão da TAP, não estou em condições de lhe responder. Sempre disse publicamente não conhecer suficientemente o *dossier* para poder sobre ele formular estratégias alternativas. Creio que há elementos suficientes para fazer a sugestão e a crítica que aqui apresentei, no entanto, como sabe, só ontem à tarde é que recebemos os documentos que o Sr Ministro ficou de nos enviar. Iremos lê-los com atenção e poderemos sobre os mesmos — suponho eu —, depois, discutir em termos mais técnicos e detalhados.

**O Sr Presidente (Manuel Alegre)** — Para uma declaração política, tem a palavra a Srª Deputada Manuela Ferreira Leite

**A Srª Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Sr Presidente, Srs Deputados. Há uns meses, uma frase do Primeiro-Ministro correu os noticiários e ficou no ouvido de muitos dos que a ouviram. A frase e a ideia que ficou foi: Portugal não é uma «República das bananas».

Pensámos todos que, com aquela frase, o Engº António Guterres queria dizer que o Governo não aceitava que os grandes negócios, de importância estratégica para Portugal, pudessem ser livremente decididos sem que o

Governo se socorresse do seu papel regulador sempre que ele fosse essencial à defesa dos interesses nacionais.

Pensámos todos que, com aquela frase, o Engº António Guterres queria afirmar que os bens de Portugal não se vendem ao desbarato e muito menos aos estrangeiros.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora** — Recordo que aquela frase foi proferida a propósito de uma operação financeira que, sem o conhecimento do Governo, conduziria à transferência para mãos espanholas de um importante grupo financeiro português. Recordo também que o processo foi conduzido com tanta inabilidade que se saldou pela entrega não de um, mas de dois bancos portugueses aos espanhóis.

**O Sr António Capucho (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora** — E por declarações recentes, contradizendo tudo quanto antes tinha sido dito, já não serão dois, mas três os bancos que passam para as mãos estrangeiras, com o beneplácito deste Governo.

**O Sr António Capucho (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora** — Se este resultado era inevitável, bem escusava de a ele ter ficado associada a ideia, de sabor amargo, de que afinal somos mesmo uma «República das bananas».

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora** — Pelos vistos, entre as palavras e as ações existe um enorme abismo, e deste facto vão surgindo exemplos frequentes, sendo o mais recente, sem dúvida, o que se está a passar com o sector energético.

Sr Presidente, Srs Deputados. A ideia inicial do Governo sobre este sector parecia ser a que na altura foi anunciada a criação da Galp, SGPS, justificava-se pela necessidade de criar um grupo português no domínio do petróleo e do gás natural. O carácter nacional desta iniciativa seria assegurado pela Petrocontrol que, com 33,4%, disporia de uma minoria de bloqueio. Por outro lado, o parceiro estratégico necessário não viria a ter um peso superior a 15%.

Mas, no final do processo de reestruturação, o que é que se verifica? Consta-se que o projecto que hoje se discute está totalmente deturpado em relação ao inicial.

**O Sr Luis Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora** — Em primeiro lugar, o parceiro estratégico escolhido não aceitou ficar limitado aos 15%, exigindo muito mais, e, espantosamente, o Governo não só cedeu como forçou a Petrocontrol — a tal que asseguraria o carácter nacional do grupo — a vender a sua posição e a sair da estrutura accionista da Galp, em benefício de uma empresa italiana, de uma espanhola e da EDP.

Nestas circunstâncias, e renegando os compromissos recentemente assumidos, o grupo accionista nacional de referência deixa de ter o papel que lhe estava destinado, que era o de garantir o controlo estratégico das empresas deste sector, passando este papel a ser exercido pelo Estado à boa maneira de uma economia de planificação central. Mas controlo exercido pelo Estado, até quando?

**O Sr Luis Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora** — É que esta posição do Estado é fatalmente precária, porque a situação das finanças públicas irá, mais tarde ou mais cedo, ditar a necessidade de venda desta posição, como, de resto, o Sr. Ministro das Finanças já anunciou.

Caminhamos assim, alegremente, para um grupo de petróleo, de gás natural e de electricidade, que é praticamente monopolista no mercado português, a ser controlado por um grupo italiano e por um espanhol.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)**: — É uma vergonha!

**A Oradora**: — Sr. Presidente, Srs Deputados O projecto inicial do Governo acabava com a concorrência entre o petróleo e o gás natural, hipotecando desta forma os reais interesses dos consumidores

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

**A Oradora** — Mas não se fica por aqui, vai bem mais longe: o Governo concentrou numa única entidade o controlo do mercado sobre as três fileiras energéticas. o Governo entregou aos italianos e aos espanhóis o controlo, quase monopolista, do sector energético português. Foi, efectivamente, esta a opção política clara deste Governo socialista, contra a qual nos insurgimos e para a qual são precisos os devidos esclarecimentos

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora** — E para que não haja dúvidas sobre as consequências futuras deste processo em curso, o PSD, desde já, questiona o Governo, exigindo respostas inequívocas a apenas duas questões

A primeira questão é esta: qual é o processo que conduziu o Governo a atribuir ao grupo italiano 33,3% do capital da Galp, quando o concurso inicial tinha sido feito para apenas 15%?

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

**A Oradora**. — Existiu outro concurso, uma vez que se modificaram radicalmente as condições iniciais? Ou foi mais uma capitulação do Governo, violando as regras mais elementares da transparéncia na selecção dos parceiros estratégicos?

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Foi isso mesmo!

**A Oradora**. — A segunda questão é a seguinte: qual é o benefício, para os consumidores, da criação de um monopólio de oferta do sector energético português, que põe em causa a concorrência e o consequente aumento de eficiência que só os poderia beneficiar?

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora**. — Sr. Presidente, Srs Deputados É verdade, e não desconhecemos, que na era da globalização que estamos a atravessar não é fácil sobreviver sem a criação de grupos fortes que nos defendam dos inevitáveis ataques que nos podem fragilizar, o que pode implicar alianças estratégicas com grupos estrangeiros fortes, mas daí a entregar-lhes a posição dominante em sectores estratégicos da economia portuguesa vai uma distância que não é aceitável

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora** — E também não é menos verdade que não podemos deixar de verificar e de constatar a incoerência do Governo, que, uns dias reage à entrega para mãos estrangeiras de uma instituição financeira, e nos outros dias fomenta uma política inversa, quando está em causa um sector vital para a economia portuguesa como é o sector energético

*Aplausos do PSD*

Afinal, essa reacção, pelos vistos, não era mais do que um folclore para eleitor ver

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora**. — Neste contexto, ter-se-á de perceber a nossa perplexidade quando se assiste à passagem de uma boa parte dos interesses nacionais para interesses italianos

De cedência em cedência, vamos assistindo ao abandono de interesses vitais para a nossa economia em benefício de poderosos interesses internacionais, que cada vez mais fascinam esta governação socialista

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora**: — Era bom que o Primeiro-Ministro e o seu Governo, de vez em quando, olhassem com atenção para os superiores interesses nacionais e demonstrassem, pela prática e não só pelo discurso, a sua intransigente defesa

*Aplausos do PSD*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral*

**O Sr. Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP)** — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, disse a Sr<sup>a</sup> Deputada — penso que procurando interpretar uma célebre frase do Sr Primeiro-Ministro — que os bens de Portugal não se vendem ao desbarato e para mãos estrangeiras. Naturalmente, nós estamos de acordo com esta formulação e com esta ideia, só que, Sr<sup>a</sup> Deputada — e este é, seguramente, o nosso ponto de desacordo —, o que tem vindo a acontecer é, em nossa opinião, um resultado inevitável do processo de privatizações e, em particular, da forma como este processo foi conduzido em Portugal, convosco, primeiro, e agora, com o Partido Socialista

A verdade é que tudo o que se tem vindo a passar com o Grupo Champalimaud, o sistema financeiro em geral, o sector energético e a TAP, mesmo que muitas vezes seja na base de um princípio filosófico que o Sr. Ministro tem de que é preciso fortalecer os grupos económicos nacionais, conduz a que os interesses, o património e os sectores vitais nacionais estejam a caminhar aceleradamente para mãos estrangeiras. Ai, obviamente, nós discordamos e, Sr<sup>a</sup> Deputada, pensamos que há outros caminhos para além do desmantelamento puro e simples do sector público e da privatização pura e simples de todos os sectores da vida económica do País que dão alguma rentabilidade e que são estratégicos para o País

Pensamos que, mesmo para aqueles que defendem a privatização, terá de haver aqui alguma racionalidade e algum sentido de defesa dos interesses nacionais, em particular dos sectores estratégicos. Esta é a primeira questão sobre a qual gostaria de ouvir a sua reflexão. Também gostaria que me dissesse se esta não é uma boa oportunidade para fazermos o balanço do que tem sido a política de privatizações em Portugal.

Dito isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a verdade é que o que se tem passado recentemente ultrapassa tudo o que tínhamos visto antes.

Em relação à TAP, muito tem sido dito e há uma questão que temos de reclamar: o Governo, antes de tomar qualquer decisão, tem de fundamentar as suas opções e tem de garantir a execução do compromisso que aqui assumiu, que é o de que o Sr. Ministro do Equipamento Social, antes de ir a Conselho de Ministros, vir à Assembleia da República trazer a documentação e as razões que fundamentam as suas opções. Porque, Sr. Deputado Manoel dos Santos, ao olhar-se para os documentos que o Sr. Ministro do Equipamento Social deixou na Comissão de Economia, Finanças e Plano, às duas da manhã, em alegada resposta às interpelações que eu próprio lhe tinha feito, verifica-se que o tal estudo económico e independente foi feito 15 dias antes do estudo interno da TAP que definia que a opção pela Swissair era perniciosa para o interesse nacional!

O Sr. Primeiro-Ministro não pode continuar a enganar a Assembleia da República e o País com tiradas demagógicas e dramáticas feitas às duas da manhã! Estão coisas muito importantes por tratar. Aliás, Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu andava aflito para saber por que razão é que o Governo tinha este sentido cego pelos suíços. Para nos, é indiferente, o que é necessário é que a empresa continue como empresa de bandeira e que as suas opções sirvam os interesses nacionais.

**O Sr. José Junqueiro (PS)** — Exactamente! Isso é que é fundamental!

**O Orador** — Mas é preciso que o Governo demonstre que a sua opção A é melhor do que a B e até agora não o demonstrou, bem pelo contrário!

Mas descobri uma entrevista, do Dr. Sousa Franco — penso que então ainda Ministro das Finanças —, de Outubro, que dizia assim. «O que a TAP precisa é de um director-geral com plenos poderes, que seja um suíço e que a dirija como tal»

#### Risos do PSD

Ora, aqui está a razão da opção do Governo, Sr.<sup>a</sup> Deputada

**O Sr. Presidente (João Amaral)**. — Sr. Deputado, esgotou o seu tempo. Agradeço que termine

**O Orador** — Vou terminar, Sr. Presidente

A concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, gostava que comentasse o que foi hoje publicado num semanário que, a ser verdade, agrava a questão do sector energético.

Diz esse semanário que, ao lado da tal minoria de bloqueto que já teria sido negociada com os italianos, há um acordo parassocial, que já foi assinado entre a Eni e o Estado português, o qual dá aos italianos a garantia de ficarem com a maioria do capital da Galp, através da aqu-

sição, no futuro, da posição que a Caixa Geral de Depósitos tem naquela holding.

Naturalmente, esta é uma questão a que o Sr. Ministro terá de responder, mas desde já gostava que a Sr.<sup>a</sup> Deputada comentasse esta notícia que, a confirmar-se, agrava todos os cenários que conhecemos até agora.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite

**A Sr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, há um ponto em que, efectivamente, estamos em divergência e que tem a ver com a forma como encaramos as privatizações. Direi que é um ponto ideológico: para o senhor, as privatizações não devem existir, para mim, elas existem, e penso que é bom que existam. O que há é, do meu ponto de vista, bons e maus processos de privatização.

**Vozes do PSD e do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — Para o senhor, não existem as privatizações

No entanto, quando fala nas vendas ao desbarato, nesse ponto, estamos os dois de acordo e tenho autoridade moral para relembrar os governos do meu partido, em que não vai ser capaz, vai ter muita dificuldade, de indicar situações de vendas ao desbarato. É que nunca, no dia a seguir a uma privatização, a cotação das acções vendidas na véspera tiveram uma cotação tripla à anterior,

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora** — Isto é, todas as mais-valias das acções que vendemos eram para nós. Neste momento, muitas das mais-valias das acções que vendemos não são para Portugal, são para fora e esse ponto, que é, efectivamente, a venda ao desbarato, porque a receita não é do Estado, esse ponto, Sr. Deputado, não o consegue apontar aos governos do Partido Social Democrata

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**A Oradora** — Quanto à fundamentação das opções, tenho a dizer-lhe, Sr. Deputado, que, como sabe, as duas questões que pus ao Sr. Ministro têm por objectivo tentar saber quais são os dois principais fundamentos para as opções que, neste momento, foram tomadas relativamente ao sector energético. Como é possível que o parceiro estratégico tenha alterado substancialmente a sua posição? Esta alteração de posição fundamenta-se em quê? Penso que o Governo socialista não pode deixar de ter considerado como motivo de opção o benefício aos consumidores. Espero que nesse estudo esteja integrada a questão dos consumidores.

Quanto à questão da TAP, ela é bem complexa. Essa afirmação, relativamente ao secretário-geral suíço, provavelmente, já é uma afirmação premonitória daquilo que se pensava que iria acontecer com a TAP. Espero bem que tenhamos todos a força suficiente para evitar que uma decisão altamente gravosa seja tomada, em relação à TAP, de forma leviana.

**Aplausos do PSD**

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Penedos

**O Sr. José Penedos (PS)** — Sr<sup>a</sup> Deputada, ouvimo-la, com gosto, dissertar sobre o processo de constituição da Galp

Há uma área em que V Ex<sup>a</sup> tem uma visão distorcida, que é aquela em que, supostamente, o Governo «empurra» os privados para fora da Galp Julgo que se V Ex<sup>a</sup> pensar no que tem sido a história da Petrogal desde os anos de 92 ou de 93, há-de reconhecer que esta não conseguiu fixar um parceiro estrangeiro, que foi a Total, e que o Grupo Petrocontrol articulou sempre, com dificuldade, uma posição accionista coerente dentro da Petrogal e queriu-se, sistematicamente, de malféitorias do Estado em relação ao quadro de privatização em que eles tinham entrado, designadamente, pedindo indemnizações pela venda dos terrenos abaixo do preço à Parque Expo para a instalação da Expo 98, pedindo indemnizações compensatórias por não ter sido suficientemente dotado o Fundo de Pensões e pedindo ao Estado uma indemnização pelo facto de haver uma participação da Petrogal na Enacol, em Cabo Verde, não apoiada pelos privados. Ou seja, o grupo privado olhou sempre o Estado não como um parceiro que era accionista a 55% mas, sim, como alguém que tinha de lhe dar, no tempo, as mais-valias que a empresa, por si própria, ainda não conseguia ter — porque quem acompanha o mercado da produção e refinação de petróleo percebe as dificuldades estruturais de manter num País pequeno como o nosso duas refinarias, como temos mantido em Sines e em Matosinhos, em nome do interesse nacional —, o que alguns dos parceiros privados da Petrogal não entendiam, pois consideravam que deviam ser realizadas mais-valias «a todo o vapor»

Portanto, esta história de se dizer que o Estado anda a «empurrar» os privados para fora da Galp beneficiaria de ser conhecida exaustivamente, pelo tempo que decorreu, a parceria Petrocontrol/Petrogal Vale a pena dizer, para não irmos mais longe, que as mais-valias que o grupo realiza — e o Sr Ministro da Economia e das Finanças certamente que o dirá na sua intervenção —, em bom rigor, não comprometem um grupo nacional no sector, porque, neste momento, a EDP, a Caixa Geral de Depósitos e o Estado têm a maioria de capital naquele sector e a Eni não tem qualquer controlo sobre o mercado eléctrico nacional. Terá algum controlo sobre o mercado do petróleo e do gás, mas não tem controlo sobre o mercado eléctrico, porque a situação da EDP, parceira da Galp, não induz uma parceria exclusiva Eni/EDP para a área da electricidade. Há que saber separar as águas! Não vamos criar o fantasma de que os grupos estrangeiros estão a conquistar a economia nacional num sector fundamental como é o da energia

Falta-me dizer-lhe, Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, que os mercados do petróleo, do gás e da electricidade, neste momento, não estão constituídos num mercado orgânico, corporativo e empresarial no País, e também não o estão na maioria dos países da União Europeia. É de admitir que a União Europeia ponha travões a que estas associações se façam por razões de dimensão e de concorrência, portanto, de defesa dos consumidores, mas não temos de criar a nós próprios resistências e reservas internas que dificultem a vida futura das empresas nacionais, cujos centros de decisão devem estar no País, na sua afirmação internacional, pois o mercado em que estamos a viver não é aquele dos princípios dos anos 80

Quando a Petrogal teve a primeira operação de privatização, já era previsível o que está a passar-se

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, já esgotou, há muito, o tempo máximo de que dispõe para pedir esclarecimentos

**O Orador** — Vou terminar já, Sr Presidente

Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, só lhe peço que esclareça por que é que, para si, a junção dos mercados do petróleo, do gás e da electricidade é anunciada na constituição da Galp. Porque a electricidade não está subsumida neste mercado, que verdadeiramente é construído sobre petróleo e gás!

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado José Penedos, o senhor fez uma análise da qual concluiu que o Governo socobrou às pressões dos privados envolvidos nesta matéria, sendo exactamente contra isso que tenho as maiores das dúvidas

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Sr José Penedos (PS)** — Empurrou-os!

**A Oradora** — Pois, empurrou-os. É isso mesmo

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS)** — Mas socobrar quer dizer o contrário!

**A Oradora** — Como eu disse, o Governo socobrou aos interesses dos privados nesta matéria

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora** — Há um ponto em que estamos em total discordância. Há ou não um interesse nacional a ser defendido nesta política energética? Estamos de acordo em que há. Se há, Sr Deputado, a quem compete a defesa do interesse nacional? É ao Estado ou é aos accionistas privados? É ao Estado!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora** — Não se pode pedir aos privados que defendam o interesse nacional! Se temos tanta confiança nos privados que consideramos que defendem o interesse nacional, poderíamos ter uma enorme poupança porque dispensávamos o Governo!

*Aplausos do PSD*

O ponto fundamental é exactamente este! O Governo, na sua intervenção, em que, dia-a-dia, vai cedendo, vai alterando, vai ajustando, suscita-nos fortes dúvidas acerca da forma como defende o interesse nacional, porque não conseguimos demonstrar, e o Sr Deputado José Penedos também não.

**O Sr José Penedos (PS)** — Fá-lo-ei a seguir!

**A Oradora** — . que o grupo que está constituído ou que está a constituir-se é o que melhor defende o interesse nacional se estamos à beira do sector energético, tão importante para a economia nacional, ficar dominado por interesses estrangeiros.

É provável que o Sr. Deputado consiga demonstrar o que referi mas, provavelmente, vai ser o único convencido!

*Applausos do PSD.*

**O Sr Presidente (João Amaral):** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças e da Economia, Sr.º e Srs. Deputados Há menos de uma semana atrás, em artigo de opinião num diário lisboeta, significativamente intitulado «Portugal ainda existe», um recente ex-Deputado do PS de forma expressa afirmava, em ar compungido, a propósito, em geral, das privatizações em benefício de grupos estrangeiros e, em particular, das ligações entre a EDP e a Iberdrola «Esses erros são ( ) imputáveis a um certo bloco conservador e não tanto ao PS enquanto partido político de esquerda Para melhor compreender os erros, recordemos que, no passado recente, o tema era a superioridade quase bíologica das empresas privadas relativamente às empresas públicas, agora, é a incapacidade de sobrevivência das empresas privadas portuguesas relativamente às suas congêneres de outros países Pelo meio ficam os incentivos do Estado ao investimento fora de Portugal e a continuada deterioração da disciplina democrática do Estado e da sociedade. Ou seja, factores de contradição, indecisão e enfraquecimento de uma cultura de competição, de rigor e de exigência nacionais, sem esquecer a imperdoável e perigosa manipulação da opinião pública, que não pode passar sem protesto»

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Orador.** — Desta longa transcrição, discordo totalmente da parte em que se pretende fazer uma diferenciação entre um alegado PS/partido de esquerda e um efectivo Governo do PS/bloco conservador, porque a orientação e as práticas políticas do Governo do PS e do Engenheiro Guterres são indeclinavelmente as orientações e as práticas políticas aceites e apoiadas pelo PS e pelo Grupo Parlamentar do PS

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Não há um PS no Governo e outro PS, alegadamente de esquerda, fora do Governo, o que não significa que não haja pessoas de esquerda dentro do PS Essa táctica, a de pretender iludir a opinião pública de que o PS é, simultaneamente, Governo e oposição de esquerda ao Governo, é uma habilidade, para além do mais de cariz antidemocrático

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — E reincidente!

**O Orador** — Em tudo o resto da transcrição que li, não teria rebuço em subscrevê-la, embora considere que um simples protesto é excessivamente condescendente

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — De facto, e em particular desde que chegou ao Governo, o PS tem sido um obcecado apologistas e concretizador da privatização de empresas e de serviços públicos, orientado basicamente pela obstinação da privatização pela privatização, como, ao longo destes mais de quatro anos, o PCP o tem denunciado Hoje, reafirmo o que muitas vezes temos dito e que cada vez mais é confirmado no âmbito das privatizações, os governos do PS têm-se mostrado, no discurso e também na prática, muito mais fundamentalistas que os próprios governos do PSD que os antecederam

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Exactamente!

**O Orador** — No anterior governo do PS, o então Ministro das Finanças gabava-se a torto e a direito — mas sempre pela direita — da supremacia da eficácia governativa socialista, mostrando aos que dele duvidavam que, em apenas quatro anos, o Governo do PS obteve de receitas de privatizações muitas mais centenas de milhões de contos do que o obtido pelos governos do PSD ao longo de 10 anos Agora, o Ministro das Finanças do actual Governo do PS afirma que «o programa de privatizações será acelerado ( )» — ainda mais?, pergunto eu — «( . ) e deixará a preocupação de maximizar o encaixe financeiro» Isto é, a orientação básica dos Governos do PS permanece, a de acelerar o processo de privatizações, a desculpa, o pretexto para «vender» essa orientação política prioritária é que pode variar!

Agora, abandonado que foi o pretexto do encaixe financeiro e considerando o que está a passar-se, a razão sobejante do Governo do PS apenas pode ser uma a vontade política de entregar empresas nacionais estratégicas a empresas estrangeiras E aí temos, demonstrativamente, os casos recentes da jura cega do Ministro do Equipamento Social de entregar a TAP à Swissair e a operação racionalmente inexplicável do Ministro da Economia de oferta da Galp (o que significa Petrogal, Transgás e Gás de Portugal) à Eni italiana, sem esquecer o caminho já aberto para a futura entrega da EDP à Iberdrola espanhola e a consumada entrega do Banco Totta & Açores e do Crédito Predial Português ao não menos espanhol Banco Santander

Os casos da TAP e da Galp são paradigmáticos da enorme obscuridão que rodeia decisões do Governo profundamente gravosas para o interesse nacional Até hoje, os Governos do PS foram incapazes de apresentar uma explicação e sustentação racionais para a sua obscura teimosia em querer impor, contra tudo e contra todos, a chamada parceria com a Swissair Na anterior legislatura, o então Ministro da tutela veio a esta Assembleia jurar a pé juntos que era a melhor via, a única, para «salvar» a TAP sem nunca o ter conseguido demonstrar

Mudou o Ministro da tutela, mudou o Conselho de Administração da TAP, mas a teimosia mantém-se: o novo Ministro continua a não conseguir demonstrar a bondade da opção!

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Mas a situação agravou-se Agora, existem estudos da própria empresa, subscritos pelo Conselho de Administração, que dizem que o acordo com a

Swissair é mau e ruinoso para a TAP. São esses estudos que afirmam, por exemplo, que «existem razões estratégicas e económicas para que a TAP opte pela sua associação à aliança Air France/Delta» porque, entre outras razões de relevante importância para a manutenção da autonomia da TAP, proporcionaria uma «vantagem económica de cerca de 7 milhões de contos/ano» face à aliança com a Swissair.

Na passada semana, nesta Assembleia, como já foi referido hoje, o Ministro do Equipamento Social tentou iludir os Deputados e a opinião pública declarando a existência de estudos posteriores alegadamente dizendo o contrário. A verdade é que, recebidos e vistos esses estudos, se constata que eles não são posteriores mas, sim, anteriores ao estudo do Conselho de Administração da TAP. Voluntária ou inadvertidamente, o Sr. Ministro falhou à verdade! De qualquer modo, permanece a questão central para que exigimos resposta que faz correr o Governo tão apressada e erradamente visando a privatização e a segmentação da TAP e a sua desnacionalização com a Swissair?

Por acréscimo, talvez numa atitude desesperada para defender o indefensável, o Ministro procurou ainda lançar o alarmismo, ameaçando que, sem o acordo com a Swissair, a TAP não teria possibilidade de pagar os salários em Março! Será isto uma chantagem? É, pelo menos, mais um exemplo de perigosa manipulação da opinião pública e dos trabalhadores da empresa, que não pode passar sem a nossa enérgica condenação e uma exigência de rápida clarificação e de reposição de toda a verdade.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!**

**O Orador** — No que concerne ao caso da Galp, ele associa, por um lado, um muito chorudo negócio financeiro para os grupos privados, em benefício de quem anteriormente foi feita a privatização parcial da Petrogal, e, por outro lado, a perda de capacidade de decisão autónoma nacional numa empresa que vai gerir todo o sector energético não eléctrico.

Em apenas 8 anos, os grupos económicos reunidos na Petrocontrol viram o seu «investimento» inicial de 8 milhões de contos e uns empréstimos, que, entretanto, foram obtendo, na ordem dos 80 milhões de contos, render-lhes a módica quantia de 193 milhões de contos, sem quaisquer impostos sobre estas volumosas mais-valias que ultrapassam os 100 milhões de contos!

**Vozes do PCP — É um escândalo!**

**O Orador** — Aliás, o próprio Presidente da Petrocontrol manifestou sibilinamente a sua incontida satisfação por tão rendoso negócio, que permitiu, de acordo com as suas palavras, «uma rentabilidade média anual de 14,5%». O que sendo bom, não é excepcional. Excepcional seria uma rentabilidade acima dos 15%. Isto é, o bom, aqui, significa, no mínimo, nas bermas do excepcional!

**O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!**

**O Orador:** — Mas mais grave ainda é a assunção pela Eni italiana de uma participação de bloqueio no capital da Galp. No passado dia 4 de Dezembro, o Secretário de Estado da tutela, no Plenário, respondendo a questões suscitadas por um Deputado da bancada socialista, fez duas

afirmações centrais em relação a este negócio. A primeira foi a de que, após esta fase de concentração e de troca de acções, o Estado ficaria com 60,56% do capital social da Galp. A segunda foi a de que, ao nível do Governo, seria salvaguardada uma empresa energética muito importante e garantida a capacidade de decisão autónoma nacional.

Nada disto se confirma, antes pelo contrário. Por um lado, a participação do Estado baixa agora para 45,56% e, a curto prazo, para 35%. Por outro lado, e o mais importante, é que nenhuma decisão estratégica, nenhuma decisão de fundo sobre a empresa, sobre o sector energético não eléctrico nacional, pode ser tomada sem o acordo e, muito menos, contra a vontade e os interesses dos italianos.

A sede da empresa continuará em Portugal, como afirmou o Sr Secretário de Estado da tutela, mas o centro de decisão efectiva passa para Itália. Isto significa não apenas uma gravosa privatização da refinação de crude e da expansão da rede de gás natural e da sua distribuição mas também uma inaceitável desnacionalização, no verdadeiro e intrínseco significado da palavra.

Srs Deputados do PS, é público e notório que temos claras e profundas divergências políticas sobre o processo de privatizações que o vosso Governo vem desenvolvendo, mas aquilo que o Governo está a fazer vai muito para além da privatização de empresas de capitais públicos. O que está em causa é a transparência das opções e das decisões e é, acima de tudo, a transferência de sectores estratégicos nacionais para a dependência de interesses e decisões estrangeiras. É urgente pôr cobro a isto!

Não vos proponho que se revoltem contra o vosso Governo, mas desafio-vos a que reforcem com os vossos os nossos esforços, ao menos para obrigar o Governo a «parar, escutar e olhar», para que o Governo assuma uma postura exigente de defesa de inequívocos interesses nacionais.

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite.**

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Octávio Teixeira, à semelhança do que eu disse ao Sr Deputado Lino de Carvalho, não consigo acompanhá-lo nas suas observações sobre o processo de privatizações, mas acompanho-o totalmente naquilo a que o senhor chama o «processo de desnacionalização», considerando eu que desnacionalização é retirar da área do nosso controlo nacional sectores vitais para a economia portuguesa.**

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!**

**A Oradora** — Nesse aspecto acompanhamo-lo totalmente.

Sr Deputado, relacionado com este aspecto da desnacionalização que há pouco sugeriu, devo dizer-lhe que fiquei razoavelmente preocupada com uma afirmação que ontem ouvi ao Sr Ministro das Finanças, aquando da apresentação do Orçamento do Estado para 2000. Não tive, na altura, hipótese de esclarecer-lá, mas parece-me oportunamente fazê-lo neste momento. Tem a ver com o facto de uma

das fontes de receita que, neste momento, se prevê para o Orçamento do Estado para 2000 ser a venda de património. Não sei se esse aspecto foi sugerido aos Srs. Deputados do PCP, mas na reunião que o Sr. Ministro teve com o Partido Social Democrata essa questão foi levantada.

Penso que isso não tem nada a ver com o programa de nacionalizações e julgo também que não se está a pensar na Torre de Belém nem no Mosteiro dos Jerónimos,...

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Sabe-se lá!

**A Oradora** — mas gostaria de saber o que é que significa a venda do património. Se o Sr. Deputado Octávio Teixeira tiver alguma informação sobre este assunto, gosta que me transmutesse, porque isso poderia entrar no bloco da desnacionalização, o que seria grave.

Um outro ponto que gosta de assinalar é que o Sr. Deputado tem razão quando diz que o Partido Socialista é, em alguns pontos, mais fundamentalista do que o PSD. É que as convicções do PSD são genuínas, são de sempre.

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS)** — Mas são sempre diferentes!

**A Oradora** — e eu sempre ouvi dizer que os convertidos são os mais fanáticos.

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, em relação à primeira questão que me colocou, tive ocasião de, na minha intervenção, fazer clara distinção entre a questão da privatização e a questão da desnacionalização. Aliás, citei as divergências que temos com o Partido Socialista nessa matéria, mas, lógica e naturalmente, essas divergências estendem-se também ao Partido Social Democrata no que se refere ao processo de privatização.

No entanto, apesar de termos defendido desde sempre, e mantemo-lo, que consideramos, e continuaremos a considerar, haver sectores estratégicos que deveriam ficar na dependência, em termos empresariais, do sector público, há uma questão que, desde o primeiro momento em que o problema das privatizações se colocou, ficou sempre muito clara e publicamente expressa um dos grandes perigos do processo de privatizações era, precisamente, passar-se à fase da desnacionalização nesse sentido, o da transferência do poder de decisão de Portugal para o estrangeiro. Havia razões várias que poderiam levar a isso — e temos visto que têm levado a isso —, designadamente porque, embora V. Ex.<sup>a</sup>, eventualmente, não esteja muito de acordo com o que vou dizer, muitos dos empresários portugueses, ainda hoje, continuam a pensar apenas e exclusivamente no lucro a curto prazo, no lucro financeiro e em nada mais.

Por conseguinte, quando aparece, por exemplo, uma oportunidade como a que apareceu à Petrocontrol. Se eu meti cá 8 milhões de contos, se estou a pagar estes anos todos juros de 80 milhões de contos que pedi ao banco e se me dão 193 milhões de contos, nem penso mais no futuro, é já! Com esta mais-valia de 105 milhões de contos, vou fazer outros negócios destes! E, então, se o

Governo continuar neste ritmo, o dinheiro multiplica-se de uma forma despudorada. É a chamada progressão geométrica.

**A Sr<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (PSD)** — Exponencial, Sr. Deputado, que é pior do que a geométrica!

**O Orador**. — Sr<sup>a</sup> Deputada, para nós, esta é uma questão muito importante e foi por isso que fiz aquele apelo aos Deputados do Partido Socialista. Neste momento, não quis discutir, nem estou a fazê-lo, as ideias que temos sobre privatização e as ideias que têm os Deputados do Partido Socialista Agora, aquilo que está a suceder neste momento é que já ultrapassa a questão das divergências sobre as privatizações. E se fiz aquele apelo aos Deputados do Partido Socialista foi para que eles também pensem nisto.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Não têm de se revoltar contra o seu Governo. Não é isso! Mas há mínimos que têm de ser impostos. E, aí, julgo que os Deputados do Partido Socialista podem, de facto, interferir e vir a engrossar, digamos, as preocupações que têm estado a ser expressas esta tarde na Assembleia.

Sobre a questão da venda do património, essa, pelos vistos, era só para o PSD, porque com o PCP não falaram disso ontem. Mas durante a discussão do Orçamento do Estado iremos ver se a venda do património não será, neste caso, o problema de acções. Eu não sei como é que anda agora o problema da Partest — e preciso vir isso também aquando do debate do Orçamento —, mas, se não for por aqui, o que posso dizer-lhe, Sr<sup>a</sup> Deputada, é que, possivelmente, começa a escassear o património para ser vendido, já não apenas o património empresarial mas outro tipo de património.

Depois, também se pode comprar património para o Estado através de empresas tipo Partest, como foi o caso das instalações para o Governo na Parque Expo. A Partest comprou-as e o Governo agora paga uma renda ou um leasing!

Sobre a última questão que me colocou Sr<sup>a</sup> Deputada, tomei dela uma nota, mas, sinceramente, não consigo ler o que escrevi. Fica para uma próxima oportunidade, até porque já acabei o tempo de que dispunha e o Sr. Presidente tira-me a palavra.

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições para declarações políticas e, nos termos do Regimento, já não há tempo para eventual tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Porém, nos termos do n.º 2 do artigo 33º do Regimento, porque acresce ao tempo do período antes da ordem do dia, há lugar a uma intervenção do Sr. Ministro das Finanças e da Economia.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura)** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados. Aproveito esta oportunidade para, pela sétima vez nos últimos três meses, vos saudar e manifestar a minha satisfação por estar no Parlamento a esclarecer objectivos e decisões de

política extremamente importantes e extremamente estruturantes por parte do Governo

E porque fui surpreendido, à entrada do Hemicírculo, por referências à minha ausência, quero também aproveitar esta ocasião para precisar as condições em que esse atraso se deu. Como sabem, o Conselho de Ministros esteve reunido até às 14 horas para aprovar o Orçamento do Estado e tive necessidade de trabalhar nesse Orçamento com outros colegas meus até cerca de um quarto de hora antes de vir para aqui. Portanto, foi essa a razão do meu atraso.

No entanto, como me pareceu que se atribuía a esse atraso razões de arrogância no comportamento do Governo para com o Parlamento, devo dizer, com todo o respeito mas também com toda a determinação, que essa crítica é injusta para com o Governo e é completamente injusta no que respeita a mim próprio.

O tema da minha intervenção, embora me permita, ao longo dela, fazer referências a questões que foram levantadas nas intervenções e nos pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados, tem a ver não só com a evolução da reestruturação empresarial no sector do gás e do petróleo mas também com algo que está a montante disso, ou seja, a política de energia.

Na verdade, este Governo tem — e teve-a também o seu antecessor, isto é, o primeiro governo do Engenheiro António Guterres — uma política de energia e tem feito em Portugal uma reforma estrutural, porque indutora de melhores condições de competitividade para as empresas e para toda a economia, que significa definir novos factores estruturantes no nosso sistema energético — o gás natural —, que significa definir objectivos para a política energética — tornar o acesso à energia mais barato, mais limpo e, portanto, mais competitivo — e que passa também pela definição de um conjunto de reestruturações empresariais dos agentes ligados ao sector da energia.

A verdade é que, há quatro anos, quando chegámos ao Governo, havia quatro operadores energéticos, de maioria de capitais públicos, não só sem qualquer coordenação entre si mas até mesmo fragmentados dentro de si: a EDP não era um grupo, estava fragmentada; a Petrogal era uma empresa com prejuízos crónicos; o Grupo GDP-Transgás fazia lembrar um sistema circulatório incompleto, com uma aorta — a Transgás e o tubo de distribuição de alta pressão de gás — desprovida de uma rede de capilares a ligá-lo aos consumidores industriais, não dispondo sequer de fontes alimentadoras que garantissem a viabilidade do próprio sistema, na medida em que dependia de uma única fonte de fornecimento na Argélia.

Quatro anos depois, a situação mudou. E mudou na EDP, que é hoje um forte e poderoso grupo eléctrico em alargamento das suas actividades à área das telecomunicações e da distribuição de água e a outras áreas de negócios e com uma forte presença internacional, mudou na Petrogal, que é hoje uma empresa que, pelo segundo ano consecutivo, dá lucros, mudou no Grupo GDP-Transgás, que ampliou para muitas centenas de milhar, nos últimos dois anos, o número dos seus clientes e fornece hoje, cada vez mais, o sistema industrial nacional.

Portanto, a formação da Galp — Petróleos e Gás de Portugal é mais um passo dado no caminho da reestruturação competitiva do sector empresarial energético em Portugal, visando a criação de um único operador de gás e de petróleo no nosso país e prosseguindo o desenvolvimento de uma estratégia para o sector energético ao serviço de uma política de energia clara que já referi e de

que — e perdoe-me a referência, Sr. Deputado Manuela Ferreira Leite — os consumidores sentem as boas consequências. Nomeadamente, nos últimos quatro anos, o tarifário eléctrico baixou mais de 20%

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — O que é menos do que aquilo que podia e devia ter descido!

O Orador — .. para os consumidores industriais e mais de 10% para os consumidores domésticos

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — O que é também menos do que aquilo que podia e devia ter descido!

O Orador: — Mas que estratégia está subjacente à criação de um operador único de gás e petróleo?

Primeiro objectivo: estruturar um núcleo de capitais públicos de 48,3% — Estado mais Caixa Geral de Depósitos —, a que se acrescentam os 7% que constituem metade da posição que a EDP passará a deter na Galp — Petróleos de Portugal.

Segundo objectivo: consolidar no capital da Galp accionistas de referência eléctrica, nomeadamente a EDP Aliás, é muito importante esclarecer por que é que há esta coordenação, a nível accionista, com a EDP. É que, como referi atrás, o gás natural constitui o factor estruturante e modernizador do nosso sistema electroprodutor, isto é, os operadores eléctricos são, e cada vez mais serão, uma componente essencial da procura do gás natural e da sua afirmação competitiva.

Terceiro objectivo, que quero afirmar com toda a clareza: estabelecer — e esse aspecto é garantido na parceria com a Eni — uma sólida parceria estratégica com a Eni, o sexto maior operador mundial de gás e petróleo, que passa a deter 33,34% da Galp, numa parceria que, conforme adiante referirei, tanto os interesses do Estado português, em termos de condução estratégica do sector da energia, como os interesses da própria Galp, como empresa, ficam plenamente identificados, defendidos e garantidos.

Que estratégia está subjacente a esta parceria que foi concretizada na semana passada?

Como já disse, uma visão mais integrada dos operadores energéticos. E, sublinho, esta não é a primeira decisão tomada neste domínio. Por acção deste Governo, não só foi decidida a construção de uma nova central de ciclo combinado, a Gás Natural, que estará pronta em 2003, mas também vai terminar, até 2003, a situação de dependência do nosso sistema de gás natural em relação a uma única fonte com a construção do terminal de regassificação de Sines e, por essa via, tornamo-nos mais independentes e autónomos dos nossos vizinhos espanhóis no que respeita à alimentação do nosso sistema de gás que, como já disse, vai ser o factor fundamental da modernização do nosso sistema eléctrico.

Mas também um efeito dimensão, não apenas no plano interno, mas, principalmente, no mercado ibérico, Sr. Deputado Basílio Horta, porque, goste-se ou não — e não se trata de discutir gostos —, o mercado ibérico existe cada vez mais como um subconjunto do mercado interno europeu a que pertencemos em função das opções políticas do povo português e das decisões desta Assembleia ao ratificar as versões sucessivas do Tratado da União Europeia.

A verdade é que a mesma pessoa que afirma isto — que sou eu —, também foi capaz de, usando as prerrogativas e o poder das funções em que democraticamente está

investida e por considerar que essas não eram parcerias que servissem os interesses competitivos da economia nacional e dos nossos operadores energéticos, recusar que a EDP tivesse aceite uma parceria estratégica com a Indesa há dois anos e de excluir liminarmente a Repsol, outro dos grandes gigantes energéticos da Península Ibérica, da pré-qualificação, a que tiveram acesso 14 empresas internacionais para a escolha do parceiro estratégico para a Galp, que finalmente se veio a concluir com a seleção da Eni e, noutro plano, da Iberdrola.

Quero, portanto, com toda a tranquilidade, com toda a simpatia, mas também com toda a firmeza, dizer ao Sr Deputado Basílio Horta que a minha visão do mercado ibérico e da natureza objectiva da construção do mercado ibérico não resulta nem permite que, de alguma forma, se insinue o meu menor amor a Portugal e a minha maior convicção na defesa e na afirmação dos interesses nacionais. Este ponto é muito importante, pelo que me permita discordar. Sr Deputado Basílio Horta, da alternativa que colocou entre ser-se partidário ou, pelo menos, jogador activo no mercado ibérico e defender-se a opção atlântica, tanto em direcção à África, como em direcção à América Latina. A política externa deste Governo e as opções empresariais das empresas em que o accionista público ainda tem tido peso nestes últimos anos demonstram que esses caminhos não são alternativos, que esses caminhos são complementares e o caso da EDP é, a esse respeito, bastante ilustrativo.

Na questão das parcerias estratégicas e da selecção que conduziu à escolha da Eni e da Iberdrola, há um ponto muito importante que o Sr Deputado Francisco Louçã levantou e, de outra forma, a Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite Refiro-me às condições de transparência da selecção e às condições de preço.

Foi inteiramente transparente a selecção dos parceiros estratégicos para a Galp houve uma fase de pré-qualificação onde foram acolhidas 14 empresas, houve um caderno de encargos feito por um banco consultor internacional que foi submetido a essas 14 empresas, em função dessa selecção, foram pré-qualificadas quatro empresas, duas das quais desistiram, tendo ficado, para a negociação final, a Eni e a Iberdrola.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — A pergunta não era essa!

O Orador — Quanto ao preço, Sr Deputado Francisco Louçã — e agradeço-lhe por me ter colocado a questão —, o Grupo GDP/Transgás, naquilo que hoje é a Galp, foi avaliado por dois bancos de investimento internacionais escolhidos, um pelo Estado e outro pelos parceiros privados da Petrogal, em 430 milhões de contos. O anterior governo do Engenheiro António Guterres, por proposta do Sr Ministro das Finanças, Professor António Sousa Franco, aprovou em 1 de Julho o valor da empresa em 450 milhões de contos com base no qual se estabeleceram os termos de troca entre os accionistas da Petrogal, da GDP e da Transgás e a sua.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Ministro, peço-lhe que conclua, porque já excede em 2 minutos o seu tempo. Mas faça favor de concluir.

O Orador — Muito obrigado.

Peço desculpa de estar, de alguma forma, a conjugar a intervenção que tinha previsto com esclarecimentos que me

foram sendo suscitados pelas intervenções e pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados.

Mas, dizia eu, foi sobre esse valor aprovado pelo Conselho de Ministros, em 1 de Julho do ano passado, numa avaliação proposta pelo Professor Sousa Franco de 458 milhões de contos (se a memória não me falha), foi sobre este valor, sobre o valor constituído por uma empresa — que está longe da maturidade —, o Grupo GDP/Trasgás, e por uma empresa que, nessa altura, estava no seu primeiro ano de exercício com lucros que o Estado estabeleceu um acordo de parceria e de venda de 15% do capital, baseado num valor de 588 milhões de contos.

Creio, e insisto, que o critério financeiro e de encaixe financeiro não é o único, mas penso que fica perfeitamente demonstrado que, nas actuais circunstâncias, o prémio de venda desta posição accionista do Estado de 15% acautelou completamente os interesses públicos e também, do ponto de vista financeiro, embora não só deste ponto de vista, foram defendidos os interesses nacionais e do Estado.

E, Sr<sup>a</sup> Deputada Manuela Ferreira Leite, é evidente que é ao Governo que compete defender os interesses do Estado.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr Ministro, tem de concluir.

O Orador — Sr Presidente, são só mais uns minutos. Mesmo que não acabe a intervenção que tinha previsto, terei, com certeza, oportunidade de responder a pedidos de esclarecimento.

Como estava a dizer, é evidente que o Estado mencionou no caderno de encargos que queria vender apenas 15%. E vendeu apenas 15% pela simples razão de que o Governo considera que, nesta fase, é indispensável os capitais públicos estarem em maioria na Galp. Prevendo a situação do accionista público poder deixar de ter a maioria na Galp, em virtude de uma operação de dispersão no mercado — não de venda à Eni, porque, como sabem, em operações de ofertas públicas os accionistas de referência terão um reforço, quando muito, marginal da sua posição accionista —, o Estado garantiu, nomeadamente, diversos direitos e salvaguardas, alguns dos quais já foram aqui referidos, mas existe um que é essencial e que consta do diploma que prevê a privatização da Galp, que é o seguinte: o capital da Galp já está hoje dividido em acções de duas categorias, sendo o Estado o único titular das acções de categoria B que lhe conferem direitos especiais, designadamente direitos de quaisquer deliberações.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Ministro, agora, não posso mesmo dar-lhe mais tempo. Não tenho hipótese nenhuma.

O Orador — Sr. Presidente, muito obrigado pela sua benevolência no alargamento de tempo.

O Sr Presidente (João Amaral) — A benevolência é do Plenário.

O Orador — e ao Plenário também.

Terei, com certeza, oportunidade, no decorrer de pedidos de esclarecimento e/ou na intervenção final, que penso que ainda terei possibilidade de fazer, completar o quadro informativo que vos queria dar e, também, o quadro

afirmativo das nossas opções dos caminhos que estamos a seguir e da convicção que temos nesses caminhos

#### *Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Sr Ministro, como sabe, existem tempos regimentais fixados. O tempo é de 10 minutos e não posso alterá-lo. Aliás, já o alterei.

Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs Deputados Francisco Louçã, Rui Rio, Lino de Carvalho, Básilio Horta, Fernando Pésinho e Vicente Merendas. O Governo terá 5 minutos para responder.

Tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Muito obrigado, Sr Presidente

Sr. Ministro, agradecendo a sua intervenção e esperando que, no futuro, haja oportunidade de discutir o seu conteúdo de outra forma que não o expedito destes poucos minutos que agora sobram, gostaria de lhe colocar duas perguntas.

Creio que seria pouco razoável, neste Plenário, que não houvesse oportunidade para responder francamente a uma questão que surgiu na comunicação social, muito lateral ao mérito deste debate, mas que exige discussão, que diz respeito aos 9000 contos do salário do gestor da Galp. A isso, foi respondido — e não entro na discussão sobre quando começou ou quando deixou de começar, nem sequer sobre se são merecidos ou não — que é uma forma de concorrer no mercado. Não conheço nenhum mercado de gestores públicos — creio, aliás, que há mais mercado de jogadores de futebol, que é bem enviesado, como sabemos, do que mercado de gestores públicos —, mas queria pôr-lhe um problema, porque esse é o que me preocupa.

O sistema de pagamento dos contratos com os gestores públicos é um sistema perverso, porque favorece o insucesso. Como titular da pasta, seguramente, está preocupado com este assunto de que, quando o insucesso leva à demissão de um gestor público, em circunstâncias várias, é-lhe pago o resto do contrato, o que quer dizer uma perversidade extraordinária que não existe em qualquer nível da administração pública ou privada. não existe em nenhuma estrutura de decisão económica no nosso país. Gostaria de saber o seu comentário a este respeito e, nomeadamente, que medidas pensa, como titular desta pasta, adoptar nesta questão.

Por outro lado, falou-nos numa sólida parceria estratégica e defendeu que «os interesses do Estado português» — estou a citá-lo — «estão identificados, defendidos e garantidos no acordo». Gostaria de lhe perguntar — sendo a pergunta de alguma delicadeza, visto que já se colocou noutras circunstâncias e não foi acolhida — se está disposto a divulgar à Assembleia da República o acordo parassocial a que se referiu e que garante esses direitos. Naturalmente, pela minha parte, exprimo desde já que estou disposto a aceitar qualquer condição em que esse acordo seja divulgado, seja às bancadas, seja à Comissão de Economia, Finanças e Plano, seja a uma subcomissão dessa Comissão. Mas parece-me indispensável que, por uma clareza e transparência da decisão pública, acordos dessa natureza que comprometem o Estado e que registam, do ponto de vista do Estado, a melhor defesa dos seus interesses, que aqui veio argumentar, possam ser discutidos pela instância do controlo público, que é a Assembleia da República.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem, agora, a palavra o Sr Deputado Rui Rio

**O Sr Rui Rio (PSD)** — Sr Presidente, antes de colocar uma questão ao Sr Ministro e dar um esclarecimento, gostaria de relembrar que o Sr Ministro podia ter participado mais activamente no debate, podia ter feito também perguntas aos diversos Deputados que foram intervindo e, portanto, o debate teria corrido de outra forma e teria mais tempo.

**O Sr Joel Hasse Ferreira (PS)** — Não tinha nada mais tempo!

**O Orador** — Passo, agora, ao esclarecimento que gostava de lhe dar Aquilo a que a Srª Deputada Manuela Ferreira Leite fez referência, no seu discurso, no que toca à falta de transparéncia, foi ao seguinte o Governo fez uma consulta para vender 15% da Galp e, depois disso, acabou por vender 33,3% sem que tenha feito uma outra consulta. É evidente que há muitos concorrentes que podem estar interessados em 15% e outros que podem estar interessados em 33% e não estar em 15%. E é aqui que está a falta de transparéncia. Foi isto que foi expressamente referido no discurso.

Quanto à pergunta, Sr Ministro, é muito simples. V Exª referiu que neste momento os capitais públicos ainda são maioritários, mas vão deixar de o ser, seguramente. Está em condições de dizer que, quando deixarem de o ser, o capital vai ficar em mãos portuguesas ou esse que resta também vai para mãos estrangeiras? Está em condições de garantir que não vai também para mãos estrangeiras?

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Sr Ministro, não vamos debater, por manifesta falta de tempo, esta loucura que tem sido a aceleração do processo de privatizações e que tem conduzido — como os manifestos exemplares, que estão a aparecer, o provam — ao desmantelamento do sector público em áreas estratégicas e à transferência do respectivo património para mãos estrangeiras. Teremos oportunidade, seguramente, de, durante a discussão do Orçamento do Estado, debater esta matéria.

Também não vou interpelar sobre a TAP, que não é da sua tutela, aliás, já há pouco o meu camarada Octávio Teixeira fez aqui larga referência a essa questão.

Vou concentrar-me numa pergunta rápida em relação ao sector energético. O Sr Ministro veio aqui confirmar a notícia, vindas a público, de que existe um acordo parassocial pelo qual, em determinado momento do processo, os italianos ficarão com 51% do capital.

**O Sr Ministro das Finanças e da Economia** — Não foi nada disso que eu disse!

**O Orador** — Então, Sr Ministro, se não confirmou, fica mais grave o cenário que temos pela frente. É que, de facto, anteriormente, o que tínhamos era uma informação do Governo, dada pelo Secretário de Estado, afirmando o que já foi referido há pouco, nas respostas que ele deu ao Deputado José Penedos. Ora, o que vem publicado hoje,

na imprensa, e que lhe peço que confirme ou desminta, é que está prevista a assinatura, entre a Eni e o Estado português, de um acordo parassocial que dá à primeira a garantia de ficar com a maioria do capital social da Galp e, para o efeito, a Eni deverá adquirir a posição detida pela Caixa Geral de Depósitos naquela holding, o que perfará 51% Portanto, quando muito, o Estado ficaria com uma *golden share* de 10%.

Sr Ministro, é a *golden share* que dá a garantia ao Estado português e ao País de que o sector energético fica em mãos nacionais, sabendo-se, como se sabe, o que aconteceu em casos similares em que o Governo tem abdicado das *golden shares* e, posteriormente, vem lamentar-se, como aconteceu no caso do Totta? É esta a questão concreta que queríamos que o Sr Ministro confirmasse ou infirmasse

Além disso, o Sr Ministro considera moralmente aceitável que um grupo económico que, por 8 milhões de contos, ficou com uma parte accionista do investimento inicial na Petrocontrol tenha, agora, mais-valias que o levarão a receber 193 milhões de contos por este negócio? Considera o Sr Ministro que isto é moral? Parece-lhe eticamente aceitável, Sr Ministro, e considera que é em favor do Estado português e dos meios financeiros do povo português?

O Sr António Filipe (PCP) — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP): — Sr Presidente, Sr Ministro, o CDS-PP regozija-se por esta iniciativa que esteve na base da presença do Sr. Ministro nesta Sala e só lamenta não haver mais tempo, porque era interessante que pudesse ter havido um debate de urgência para V Ex<sup>a</sup> ter mais tempo para responder.

Posto isto, tenho quatro questões para colocar ao Sr Ministro, a primeira das quais tem a ver com a EDP

A EDP, que é a maior empresa portuguesa, era rentável, fez a privatização e a segunda fase correu mal, os accionistas privados, pequenas poupanças, estão a perder bastante dinheiro Assim, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro porquê a necessidade de um parceiro estratégico e porquê a Iberdrola.

V Ex<sup>a</sup> disse que tinha dito que não à Indesa, que, aliás, é a maior empresa espanhola do sector — e creio que a Iberdrola é a segunda Porquê, então, esta necessidade de um parceiro estratégico e, em caso afirmativo, porquê a Iberdrola e não a Indesa, porquê uma empresa espanhola e não outra qualquer?

A segunda questão tem a ver com a Galp e a pergunta já aqui foi feita O Sr Ministro está em condições de garantir que, em relação à Galp e à fileira do sector energético nas suas três componentes, o Estado português não abdicará da maioria?

É que vi publicadas declarações do Presidente da Eni nas quais dizia que, em 2001 — e até indicava a data! —, desejava ter a maioria absoluta do capital da Galp que lhe garantiria o controle da empresa, declarações essas que estão publicadas no jornal *Semanário* e que não foram desmentidas até agora. Portanto, pergunto o que quer dizer isto

Já agora, pergunto ao Sr. Ministro se há alguma garantia de que a Eni não possa vir a vender a sua participação

à Iberdrola É que, há pouco, o Sr Deputado José Penedos dizia que havia uma distinção entre a Iberdrola e a Eni e que em condição nenhuma uma delas ficaria com o domínio completo do sector, entre o gás, os combustíveis e a electricidade Mas pergunto há alguma garantia segura de que a Eni não possa vir a vender à Iberdrola a participação que detém na Galp?

A terceira questão tem a ver com o mercado ibérico. Sr Ministro, começo por lhe pedir que não veja no que vou dizer qualquer crítica ao seu patriotismo que de maneira nenhuma está em causa; é a sua concepção, tão legítima como qualquer outra De maneira nenhuma faria uma tal incorreção O seu patriotismo é tão bom como o meu ou o de qualquer outra pessoa que se preze de ser português

O problema é que V. Ex<sup>a</sup> diz que o mercado ibérico é indispensável em função do Tratado da União Europeia Não é, Sr Ministro! Em minha opinião, não é! Então, quer dizer que se a Espanha não tivesse entrado no Mercado Comum nós também não deveríamos ter entrado?

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Não, não!

O Orador. — Quer dizer que o Mercado Comum é constituído por pequenos mercados regionais? Quer dizer que Portugal não tem interesses próprios, específicos e, eventualmente, contraditórios em relação aos espanhóis dentro do mercado ibérico? Tem, seguramente!

Então, qual é o âmbito da sua noção do que é o mercado ibérico e do que é acabar com as últimas barreiras dentro do mercado ibérico? Esta é que é uma questão que não tem a ver com o patriotismo mas, sim, com a nossa independência económica e com os nossos próprios interesses, manifestamente

Aproveito esta oportunidade para lhe colocar ainda uma última questão Tem-se falado muito na Caixa Geral de Depósitos e no papel regulador que esta tem tido Está V. Ex<sup>a</sup> em condições de garantir que a Caixa Geral de Depósitos não vai ser privatizada, isso é, que o Grupo Caixa não vai ser privatizado? E se alguma vez o fosse, está V. Ex<sup>a</sup> em condições de garantir que não iria parar a mãos estrangeiras? E se fosse parar a mãos estrangeiras, está em condições de garantir que não iria parar a mãos espanholas, Sr Ministro?

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho

O Sr Fernando Pésinho (Os Verdes): — Sr Presidente, Sr Ministro, o domínio da energia é uma das exigências da sociedade humana moderna A sua produção, o seu aproveitamento, a sua distribuição e o seu consumo são, mais do que nunca, essenciais à sobrevivência do homem Essenciais porquê? Porque somos os animais à face da terra mais dependentes da energia exterior Ou seja, a energia que acumulamos através da ingestão dos alimentos não chega para o nosso conforto e para o nosso bem-estar. Cada vez precisamos mais de energia e as suas fontes são escassas e muitas delas não renováveis

Dai que, como defendemos há muito tempo, seja necessário assumir modelos de consumo de energia que sejam racionais, seja necessário diversificar fontes de abastecimento e de produção Dai que cada vez mais seja necessário apostar em energias alternativas e, assim, reduzir os

efeitos poluentes e nefastos das restantes formas de produção energética

Ora, dada a crescente monopolização, ou, se preferirem, a concentração de alguns domínios do sector energético que diria nacional, se bem que, neste momento, talvez não seja tão nacional quanto isso, as questões que gostaríamos de colocar ao Sr. Ministro são acerca das garantias que o Governo pode dar em matéria de diversificação de fontes energéticas, da racionalização do consumo energético e sobre as apostas, que cada vez mais são necessárias, em energias alternativas. Que futuro poderá ter, neste cenário de concentração, a aposta em energias alternativas?

Isto sem esquecer a necessidade, também em função deste acordo, de Portugal garantir a aplicação da Directiva Auto-oil e dos custos inerentes às sucessivas e infrutíferas tentativas de derrogação da sua aplicação em Portugal.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado José Penedos

**O Sr José Penedos (PS)** — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro das Finanças e da Economia, foi iniciado hoje, aqui, um excelente debate, embora não a esse título, sobre a política energética. Mas para testar o interesse por estas matérias por parte dos diferentes grupos parlamentares, julgo que não deveríamos ficar por aqui. Sinceramente, acho que o interesse por estas matérias foi de tal modo longe que o tempo que tivemos foi escasso e corre-se o risco de haver coisas que não ficam bem clarificadas. Por exemplo, o PCP convidou o Partido Socialista a uma sedição em relação ao Governo «Revoltém-se! Façam aí uma operação em que ponham o Governo em dificuldades!»

A matéria da energia é uma matéria que dá para «distribuir dificuldades» para o PCP e para as outras bancadas.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — E para o PS também!

**O Orador** — Sim, também! Mas há algo que o PS tem, que é o compromisso de ajudar o Governo a cumprir o seu Programa. É que o PS está vinculado, nesta Câmara, ao cumprimento do Programa do Governo, o qual tem uma linha estratégica que é a do reforço dos grupos nacionais.

Ora, Sr. Deputado Lino de Carvalho, não pode pôr à força o grupo nacional Petrocontrol, de que falávamos há pouco, num sector pelo qual, ao longo dos anos, revelou incapacidade para interessar-se. Portanto, não podemos agarrar num grupo e dizer-lhe «tem de estar neste sector!». O que pode dizer é que o Governo ajudou o grupo a sair do sector com dignidade.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Com muita dignidade!

**O Orador** — Mas de uma coisa o Sr. Deputado tem de ter a certeza. Tem de ter a certeza de que o Governo está em condições de garantir a linha estratégica do seu Programa que é o reforço dos grupos nacionais. Como? Olhe, vendo como vão ser aplicadas as mais-valias deste negócio!

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Fuga para a frente!

**O Orador** — É que, aparentemente, os senhores querem demonstrar que há aqui uma «economia de casino».

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Exactamente!

**O Orador** — Não é assim! A economia nacional não está a ser conduzida para o «regime de casino». Portanto, as mais-valias que foram construídas nesta operação, em bom rigor, devem ser reconduzidas, pelo investimento, ao reforço da economia nacional.

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Em que sectores?

**O Orador** — E esta é uma matéria em que admito que a energia possa ser beneficiária, Sr. Deputado Basílio Horta! Sabe como? Eu estava tentado a dizer ao PCP que uma boa sedição era nós, PS, dizermos hoje ao Governo «nacionalizem outra vez a EDP», porque, aparentemente, os 700 000 accionistas privados da EDP não são uma fonte de vontade nacional num sector como o da energia eléctrica. São mais de 700 000! Têm metade da propriedade da EDP! Sabe o que isto quer dizer? Quer dizer que, contra eles, em bom rigor, nada se fará! Hoje, eles não têm uma voz clara, de referência, a nível de uma assembleia geral? Ela vai ser construída no próximo passo de privatização. Nessa altura, serão os portugueses os proprietários daquele sector. Não é o capital estrangeiro, são os portugueses!

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Mas quem manda são os espanhóis!

**O Orador** — O Sr. Deputado pode perguntar se a EDP não terá sido instrumentalizada nesta operação para conduzir a esta solução de compra da parte que a Petrocontrol detinha na Galp.

Em bom rigor, o Governo podia ter usado a Caixa Geral de Depósitos, que é detida pelo Estado a 100%, e não ter usado a EDP. Qual era a sanção que poderia advir para o Governo? Era a de os accionistas privados da EDP dizerem que o seu valor accionista estava a ser prejudicado porque a perspectiva de negócio era negativa. Mas o que está aqui em causa é toda uma construção de um negócio pela positiva, com uma afirmação num sector que, sem fazer integração vertical do petróleo, do gás e da electricidade — e sublinho «sem fazer integração vertical» —, realiza, apesar de tudo, um mercado de oportunidade acrescida para a produção de electricidade.

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — É verdade! Com a nafta!

**O Orador** — Isto é verdade e, ao sé-lo, coloca, a prazo, os accionistas da EDP em melhores condições de realização de mais-valias de médio prazo. Não as realizarão imediatamente, mas o capital investido na EDP está a revelar uma grande serenidade, porque sabe esperar pelo seu tempo e reforça a presença do capital nacional no sector.

Não tenho tempo para demonstrar tudo o que é possível demonstrar sobre esta matéria. Designadamente, gostava de dizer à Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite que não gosto de dar a ideia de ser convencido, mas tenho condições para convencer que o País não está a ficar na dependência de terceiros em matéria fundamental, de política energética. Para afirmar isto é talvez necessário conhecer razoavelmente o sector energético português e, ainda, conhecer o que são regras de interdependência no mercado interno da electricidade.

Neste domínio, a Espanha tem um sentido preciso. A Espanha é uma circunstância geográfica, porque, em termos de mercado interno da electricidade, é um parceiro igual a mais outros<sup>131</sup>. É um parceiro igual aos outros. Ora, nós temos de ter capacidade para sair do País e contratar fornecimentos de energia em Espanha, ou em França, ou noutra qualquer país aderente ao mercado interno. Não temos de estar a pôr baixas num mercado desta natureza, ao qual aderimos por critério de pertença à União Europeia. A directiva do mercado interno europeu impõe-se e, portanto, não há qualquer mistificação política em relação a matérias desta natureza.

Não venham dizer que perdemos independência! Nós temos de ser eficazes na gestão dos nossos interesses e os grupos económicos nacionais têm de ser mais ambiciosos — não chega ser auspicioso, é preciso ser ambicioso, porque os auspícios de mais-valias não realizam, por si próprios, uma ambição e a economia nacional precisa de empresários ambiciosos. Aliás, se fossem mais ambiciosos, talvez estivessem como grupo de referência no mercado do petróleo e do gás — infelizmente, não estarão!

Para terminar, porque sinto que o Sr Presidente está a ser muitíssimo simpático e colaborante com esta discussão, pergunto ao Sr Ministro das Finanças e da Economia, pois trata-se de fazer perguntas ao Ministro, se garante, no tempo de vida deste Governo (já que cada Governo tem de responder por si), que os centros de decisão estratégica do sector energético estarão em Portugal. Os centros de decisão, não mistifiquemos a questão da propriedade! Gostaria de saber se as empresas que têm capitais em bolsa, as empresas cotadas, verão, com este Governo, acrescida a autonomia de gestão, de modo a que os seus acionistas ganhem confiança na sua participação, na sua propriedade e reforcem aquilo a que chamo ser a presença de capital nacional no sector básico da economia, e se as mais-valias agora arrecadadas vão ou não ter um acompanhamento por parte do Governo para contribuir para o reforço da economia nacional, que pode começar por ser em sectores conexos deste sector.

*Aplausos do PS*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Vicente Merendas

O Sr Vicente Merendas (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro das Finanças e da Economia, a Norporte, empresa de confecções situada em Alhos Vedros, concelho da Moita, encontra-se paralisada desde o final de Julho de 1999. Envolvida neste processo está um senhor que já encerrou duas empresas — a Aloport e a GEFA — na mesma região.

Na passada sexta-feira, o sindicato encontrava-se em reunião com o vosso Secretário de Estado, que voltou a garantir uma solução para os problemas da Norporte, solução que já havia garantido a 5 de Agosto de 1999, e, à mesma hora, os trabalhadores são surpreendidos com uma execução fiscal, surgindo o corpo de intervenção da GNR a impor, através da força, a retirada das máquinas da empresa.

Sr Ministro, eu vivi aquele espectáculo infame. Vi operárias de lágrimas nos olhos a tentarem impedir a saída das máquinas, com a revolta estampada nos rostos, em defesa dos seus empregos e a terem como resposta a actuação do corpo de intervenção da GNR! Sr Ministro, a impuni-

dade que reina no encerramento fraudulento da empresa é um autêntico escândalo.

Sr Ministro, pode dizer-se que quem tiver engenho e arte suficientes para mentir, aldrabar, enganar, explorar, faça-o que o Governo cala-se! Na Norporte, estão encontradas as causas e apurados os responsáveis, o Governo não pode ficar mudo e quedo perante este estado de coisas.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Diga-me, Sr Ministro, se as promessas feitas na altura da campanha eleitoral foram a fingir.

Sr Ministro, para terminar, coloco-lhe duas questões concretas o Sr Ministro vai ficar passivo, sem intervir na defesa da empresa Norporte, por forma a salvaguardar os postos de trabalho tal como foi prometido? O Sr Ministro vai permitir que a impunidade seja premiada neste país?

*Aplausos do PCP*

O Sr Presidente (João Amaral) — Informo o PCP que o Sr Deputado Vicente Merendas beneficiou de um minuto mais tempo cedido pelo PSD.

Visto não haver mais inscrições para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia para responder, dispondo, para o efeito, de cinco minutos.

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, vou responder talvez não a todas mas ao máximo possível das perguntas que me foram colocadas e tentar não prevaricar no tempo.

Sobre os gestores públicos, questão colocada pelo Sr Deputado Francisco Louçã, penso que devemos falar com toda a clareza, e, com toda a clareza, estamos a falar de um estatuto de gestor público que, verdadeiramente e na maior parte dos casos, já não o é porque as empresas de que eram gestores têm vindo a ser privatizadas, embora ainda em algumas delas existam capitais públicos. Trata-se, pois, de analisar, face a esta situação, casos de exceção que vão surgindo e que têm de ser regulados e enquadrados num novo quadro de procedimentos e de análise. Mas isto não diz só respeito aos gestores públicos, porque talvez mais importante do que discutir as remunerações seja, por exemplo, discutir o tipo de remunerações acessórias e as formas como são tributadas, e sobre esta matéria, conforme o Sr Deputado Francisco Louçã e outros Srs Deputados sabem, teremos novidades e novas medidas de rigor no Orçamento do Estado para 2000.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — No que respeita à questão colocada pelo Sr Deputado Rui Rio, o Estado vendeu 15%, que foi o que sempre quis vender. A Petrocontrol tinha a possibilidade de, com a autorização do Estado, vender antes do prazo de indisponibilidade as acções e a participação que detinha no capital da Galp. Face às circunstâncias criadas e às razões aduzidas pela Petrocontrol, o Governo entendeu que a estratégia da política de energia e da política de reestruturação do operador de gás e petróleo servia para dar saída a essa pretensão da Petrocontrol.

Aproveito para dizer que, no que respeita às mais-valias produzidas por este agrupamento, constituído por oito

grupos financeiros, elas serão tratadas no estrito cumprimento da lei fiscal, nomeadamente no que respeita às isenções, se houver lugar a elas, ou seja só e quando haja reinvestimento dessas mais-valias

O Sr Deputado Basílio Horta fez uma pergunta sobre a Caixa Geral de Depósitos

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Ah! Bom!**

**O Orador** — Estou em condições de dizer – e, conforme já aqui foi afirmado, falo por um governo eleito por uma legislatura, com um programa eleitoral aprovado nesta Assembleia da República – que o Grupo Caixa Geral de Depósitos, com a configuração que hoje tem, não será objecto, por parte deste Governo, de qualquer operação de privatização

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador:** — e terá, aliás, um papel ordenador, regulador e de activo reestruturador no processo de concentração e de reorganização – positivo, do meu ponto de vista – que o sector financeiro está a viver

Também quero dizer ao Sr Deputado Basílio Horta, que fez uma pergunta muito interessante por quê a Iberdrola e não a Endesa? Foi por isso mesmo, Sr Deputado Ou seja, houve a preocupação de escolher um parceiro da dimensão da EDP.

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!**

**O Orador** — um parceiro com quem a EDP pôde trocar uma participação no capital exactamente na mesma proporção, um parceiro que tem criado, ao longo de dezenas de anos, complementaridades e sinergias operacionais com o Grupo EDP. Foram estas as razões da escolha

Quanto à necessidade – e voltamos ao mercado ibérico –, não se trata de gostar ou não do mercado ibérico. O mercado ibérico existe e está em maturação. Ainda ontem, na Cimeira Luso-Espanhola, foi sublinhado pelos dois governos que, dentro de três anos, toda a rede principal de auto-estradas entre Portugal e a Espanha ficará ligada, o que determinará nova mobilidade de factores, de mercadorias e de pessoas entre os dois países, e temos de olhar para essa nova realidade, identificando não só os riscos (e eles existem), procurando combatê-los, mas também as oportunidades

Permitam-me uma imagem, no que respeita a esta política pró-activa que temos feito não só no domínio da energia como em outros domínios: trata-se de escolher o nosso posicionamento no tabuleiro de jogo. Trata-se de saber se ficamos sucessivamente e cada vez mais encostados a uma posição de «cheque ao rei» e, eventualmente, de «cheque-mate» ou se temos capacidade pró-activa para nos movermos no tabuleiro, de construirmos alianças e de partirmos para o conceito de grupo nacional. E o conceito de grupo nacional, menos do que pela propriedade, deve definir-se não só pelo domicílio, pelo núcleo accionista de referência, pela localização das unidades produtivas, pelo mercado de origem de onde se afirma mas também pela procura de novos mercados e pela capacidade que esses grupos nacionais tenham de tirar benefícios do mercado interno europeu e, em particular, do mercado ibérico que está mais próximo e que não é tão pouco importante como isso, pois estamos a falar de 50 milhões dos 350 milhões

de cidadãos da União Europeia! É uma plataforma muito importante e é tanto mais importante quanto, no espaço ibérico, parece evidente que a identidade portuguesa é aquela que tem maior profundidade, maior estabilidade e maior capacidade de auto-afirmação no complexo quadro político existente na Península Ibérica

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Ministro das Finanças e da Economia, faça o favor de terminar, pois já esgotou o tempo regimental**

**O Orador** — Eu já disse ao Sr Deputado Lino de Carvalho – pensei que me tivesse ouvido, mas não me custa repetir – que é absolutamente falsa essa transcrição, que, suponho eu, está a fazer, de a Eni ter garantido o acesso a 51%, nomeadamente à custa de posições públicas, como a da Caixa Geral de Depósitos. Isto é absolutamente falso!

Ao Sr Deputado Fernando Pésinho quero dizer que este Governo desenvolveu, na linha das suas preocupações, medidas de apoio a energias alternativas à energia eólica, às mini-hídricas, às pequenas e grandes cogerações, através da garantia de venda à rede pública de electricidade. Portanto, essas preocupações são também nossas e têm tudo expressão em decisões, em políticas e em apoios

Para terminar, quero referir apenas uma questão que omiti na minha intervenção inicial. É evidente que os fenómenos de concentração, sendo fenómenos necessários no quadro nacional, internacional e europeu em que vivemos, podem gerar efeitos perversos do ponto de vista dos consumidores, a resposta moderna a isto é a regulação independente do Governo e das companhias monopolistas. Foi isto que fizemos na electricidade, é isto que vamos fazer a curto prazo no gás natural, criando um modelo de regulação, eventualmente coordenado com o da electricidade, no que respeita ao mercado de gás natural.

Sr Presidente, agradeço, uma vez mais, a oportunidade suplementar de tempo que me concedeu

*Aplausos do PS*

**O Sr Vicente Merendas (PCP) — Peço a palavra, Sr Presidente**

**O Sr Presidente (João Amaral) — Para que efeito?**

**O Sr Vicente Merendas (PCP) — Para interpelar a Mesa, Sr Presidente**

**O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra**

**O Sr Vicente Merendas (PCP) — Sr Presidente, é apenas para dizer que o Sr Ministro das Finanças e da Economia não respondeu às questões que coloquei, naturalmente por ter dificuldades!** Aliás, como não respondeu ao requerimento que entreguei na Mesa a 22 de Dezembro

**O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr Presidente**

**O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra**

**O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, com esta interpelação, gostaria de superar esta falha**

O Sr Deputado Vicente Merendas sabe que acompanho com particular atenção situações de reestruturação ou de dificuldades empresariais que possam causar dificuldades e desconfortos sociais para os seus trabalhadores

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Os «seus»!<sup>1</sup> Os trabalhadores são do País!

O Orador — Portanto, tem esta obrigação de justiça para comigo reconhecer que eu sei, que conheço e que acompanho

*Protestos do Deputado do CDS-PP Silvio Rui Cervan*

Eu também sei do que estou a falar!<sup>1</sup>

*Protestos do PCP*

Não, não

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr Ministro, peço-lhe que não se desvie da interpelação!<sup>1</sup>

O Orador — Com certeza, Sr Presidente São sempre oportunos os pontos de ordem de V Ex.<sup>2</sup>

No que respeita à situação que o Sr Deputado Vicente Merendas me relatou e que eu desconhecia, se houve uma execução fiscal, estamos a falar não de uma operação contra os trabalhadores da empresas mas, muito provavelmente (e, insisto, não conheço a situação), de uma situação de incumprimento das obrigações da empresa face às leis fiscais do País. Não se pode querer «sol na eira e chuva no nabal»!<sup>1</sup>

*Aplausos do PS*

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, está encerrado o debate com o Governo, solicitado ao abrigo do n.º 2 do artigo 83.º do Regimento, e com ele o período de antes da ordem do dia.

*Eram 18 horas e 05 minutos*

#### ORDEM DO DIA

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, entramos no período da ordem do dia com as votações, na generalidade, agendadas para hoje, visto encontrarmo-nos na hora regimental das votações

Assim, vamos votar o projecto de lei n.º 22/VIII — Financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (PCP)

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade*

O projecto de lei n.º 22/VIII baixa à 1.ª Comissão, para discussão e votação na especialidade

Vamos proceder à votação do projecto de lei n.º 42/VIII — Alteração do regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (PSD)

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade*

O projecto de lei n.º 42/VIII baixa à 1.ª Comissão, também para discussão e votação na especialidade

Passamos à votação da proposta de lei n.º 9/VIII — Alteração às Leis n.º 97/88, de 17 de Agosto, e 56/98, de 18 de Agosto, que aprovaram o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais

*Submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade*

A proposta de lei n.º 9/VIII baixa também à 1.ª Comissão

Srs Deputados, vamos votar o projecto de lei n.º 69/VIII — Altera o regime de financiamento dos partidos políticos e coligações e das campanhas eleitorais (CDS-PP)

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade*

O projecto de lei n.º 69/VIII também baixa à 1.ª Comissão

Finalmente, vamos proceder à votação do projecto de lei n.º 71/VIII — Financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (BE)

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade*

O projecto de lei n.º 71/VIII baixa à 1.ª Comissão

Srs Deputados, terminamos as votações agendadas para hoje

Vamos, agora, passar à apreciação de um parecer da Comissão de Ética, que o Sr Secretário da Mesa vai ler

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Santiago do Cacém, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.ª Deputada Lucília Ferra a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, se não houver objecções, vamos votar

*Submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade*

Srs Deputados, vamos dar início ao debate da proposta de lei n.º 10/VIII — Regula a constituição, organização, funcionamento e atribuições das entidades de gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos

Para apresentar a proposta de lei, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Cultura

A Sr.ª Secretária de Estado da Cultura (Catárina Vaz Pinto) — Sr Presidente da Assembleia da República, Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Sr.º e Srs Deputados O Governo apresenta de novo à Assembleia da República, para análise e deliberação, a proposta de lei que regulamenta a constituição, funcionamento e competências das entidades de gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos

Trata-se de uma matéria de manifesta e crescente importância e que aguarda, há muitos anos, a sua efectiva regulação ao nível legislativo e em cumprimento do previsto no artigo 218.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

Como é sabido, o domínio do direito de autor integra o campo dos direitos, liberdades e garantias da Constituição da República Portuguesa e o presente projecto, além disso, dispõe sobre matéria do direito de associação, o que

implica que a presente iniciativa legislativa revista a forma de proposta de lei

Sr.º e Srs. Deputados No mundo actual, a multiplicidade de utilizações de obras e prestações protegidas pelo direito que permite a circulação e fruição dos bens culturais pelas pessoas só é possível mediante a existência de organizações representativas dos autores e dos artistas

Com efeito, seria dificilmente praticável, mesmo tendo em conta as novas possibilidades abertas com a utilização das tecnologias de informação, fazer depender qualquer uso da obra ou prestação legalmente protegida do prévio consentimento do autor ou do artista dado, caso a caso, pelo criador individual

As imensas dificuldades de uma pessoa singular gerir sozinha os seus direitos sobre a obra ou prestação, de modo a corresponder de um modo socialmente útil às necessidades culturais e de informação do público, tornou necessário o surgimento das designadas entidades de gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos

Esta actividade, que tradicionalmente implica a livre adesão e associação dos titulares de direitos, vem ganhando crescente importância sócio-cultural e económica, a ponto de a própria ordem jurídica comunitária ter previsto numa das directivas que regula a transmissão das obras e prestações através do cabo e do satélite que o modo de gestão colectiva dos direitos envolvidos se faça como prática obrigatória e já não de um modo meramente facultativo

A relevância cultural e económica da actividade prosseguida por estas entidades exige, da parte do legislador, uma intervenção disciplinadora deste campo de acção que procure ter em conta a especificidade da natureza associativa destas pessoas colectivas, os direitos e obrigações dos associados ou cooperadores, os interesses dos utilizadores e, de um modo geral, os relevantes interesses de ordem pública inerentes ao tipo e função das tarefas vastas e diversificadas que a lei comete habitualmente às referidas entidades

Sr.º e Srs. Deputados A presente proposta de lei visa regular a indicada matéria, considerando, por um lado, a tradição e o quadro jurídico e constitucional português e, por outro, os modelos vigentes e diversos dos Estados-membros da União Europeia

Assim, e de um modo geral, teve-se em vista a construção de um modelo que enuncia os grandes princípios e critérios reguladores da actividade destes entes colectivos, de forma a balizar adequadamente a natureza e modos de exercício da sua acção, mediante a enunciação dos princípios e valores que estão consagrados na lei, na doutrina e na jurisprudência nacional e também comunitária ao lado da necessária intervenção fiscalizadora e correctora do Estado, através da Administração Pública competente, sempre que ocorra a verificação de crises no funcionamento destas instituições, quando as situações configurem a violação de princípios e direitos quer dos criadores quer do interesse público

Em tudo, a preocupação dominante foi a de construir um quadro jurídico adequado e eficaz, simples e actuante, mas não rigidamente intervencionista da parte do Estado, susceptível de respeitar os parâmetros constitucionais e de permitir a criação de uma dinâmica de abertura e confiança recíprocas, assente na responsabilidade por parte de todos os sujeitos intervenientes neste particular e sensível mundo da actividade cultural

É importante sublinhar que a natureza da actividade prosseguida pelas entidades de gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos e a multiplicidade dos direitos e interesses envolvidos, não raro contraditórios, fazem nascer ansiadas situações de potencial ou real conflito, que importa dirimir de um modo justo, competente, célere e não excessivamente oneroso

Por isso e pela complexidade técnica crescente da matéria jurídica aqui implicada, levando em consideração a experiência, as recomendações e as tendências vividas e detectadas quer no espaço europeu quer no espaço internacional, à semelhança do que já se verifica em outros domínios da actividade, o Governo entendeu propor a via da arbitragem institucionalizada, através da constituição de uma comissão de mediação e arbitragem como modo de resolução de conflitos

Finalmente, e a título informativo, refira-se que, ao longo da preparação da redacção da presente proposta de lei, foi feita demorada e sucessiva auscultação dos principais agentes institucionais ligados ao mundo do direito de autor. As suas opiniões e críticas foram, na medida do possível, objecto de ponderação e em alguns casos integradas no corpo do articulado. A versão final do diploma que agora se submete à consideração da Assembleia da República mereceu assim das entidades representativas mais directamente interessadas um geral e positivo acolhimento, revelador da ampla aceitação das principais soluções integradas no texto da proposta

A importância e a pertinência actual do tema levaram o Ministério da Cultura, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, com o apoio da Comissão Europeia, a realizar, nos próximos dias 23 e 24 de Março, em Évora, um colóquio sobre a gestão colectiva dos direitos de autor e conexos em ambiente digital, iniciativa que abordará os principais temas e problemas deste específico âmbito de actividade, com a intervenção prevista de alguns dos principais e melhores especialistas estrangeiros e nacionais nesta matéria

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, Sr.º Secretário de Estado da Cultura, a apresentação desta proposta de lei é um ensejo para a Assembleia da República concluir um processo que, verdadeiramente, começou na legislatura passada, como V. Ex.º teve ocasião de referir. Foi um processo conduzido seriamente, que levou, aliás, a 1.ª Comissão a realizar um conjunto de reuniões de trabalho com representantes especialistas deste sector. Esse trabalho está registado, nele participaram Deputados de todos os grupos parlamentares, está vivo na nossa memória e se o invoco aqui é, apenas, para sublinhar que V. Ex.º, hoje, significa que é intenção do Governo e da maioria parlamentar encerrar este processo no mais curto prazo

É tanto mais de saudar quanto é alguma coisa que se arrasta há 15 anos, tendo, no ciclo político anterior, as fórmulas governamentais existentes revelado a sua incapacidade de encontrar resposta para isto que o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos previu há 15 anos. É, portanto, tempo e, V. Ex.º disse-nos-lo, partilhamos a preocupação

Teve ocasião de pronunciar-se sobre a solução que o Governo apresenta à Assembleia da República e aludiu, na parte final, a uma questão que, a meu ver, merece reflexão ampliada.

Nesta matéria de gestão colectiva de direitos de autor, de reflexão sobre a tutela jurídica do direito de autor, os legisladores estão em todo mundo colocados perante um desafio houve uma mudança contextual, sobretudo decorrente da revolução digital, tão profunda que os ordenamentos jurídicos estão a buscar novas fórmulas para resolver velhos problemas e também problemas novíssimos que todos os dias, de resto, estão, por força da erupção de novas tecnologias, a transmutar-se ou a surgir completamente de novo.

Portanto, há uma margem de incerteza e é por isso que a estabilização e a estruturação é muito importante em relação àquilo a que chamaria o mundo do direito de autor tradicional nas fórmulas adquiridas e objecto de «normação» pactuada e estabilizada, porque é preciso que nos preparamos para os novos problemas, e, como V Ex<sup>a</sup> teve ocasião de sublinhar, o Governo está empenhado num processo, à escala da União Europeia e cá em Portugal, de ampliação do conhecimento político e público sobre os problemas do direito de autor na era digital. Há directivas em gestação, cujo debate é público e cujos autos são cognoscíveis por qualquer um, através do papel ou de meios menos convencionais – a Assembleia tem estes documentos, qualquer um de nós pode tê-los e, o que é mais interessante, qualquer cidadão pode, pela primeira vez histórica, ter acesso a estes documentos –, mas é verdade que o debate entre nós pode, seguramente, melhorar.

Ora, eu gostaria de perguntar-lhe da disponibilidade do Governo, que julgo perfeitamente justificada, para, embora tendo havido nesta primeira fase do debate uma discussão cuidadosa e ponderada na 1<sup>a</sup> Comissão, ocorrendo o facto de o Parlamento ir entrar agora em debate orçamental, o que levará que o Plenário só retome os seus trabalhos no dia 14 de Março – e penso que esta é uma boa ocasião para aproveitarmos –, a 1<sup>a</sup> Comissão aprofundar, com o Governo e os especialistas do sector, a discussão sobre algumas das soluções que, aquando da discussão na especialidade, beneficiarão seguramente com o cruzamento de informações e de opiniões.

Portanto, o desafio que deixo é relacionado, concretamente, com a forma que se poderá encontrar para a 1<sup>a</sup> Comissão participar nessa reflexão, que terá nesse colóquio, a realizar em Portugal, sobre o ambiente digital, o momento alto e muito importante Honra-nos que seja na presidência portuguesa que isto aconteça. Mas, em relação a este caso concreto, talvez consigamos dar a este debate um tom de diálogo «descrispado» e de grande abertura se conseguirmos, na 1<sup>a</sup> Comissão, levar a cabo esta tarefa. É este o desafio que deixo.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Cultura.

A Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Cultura — Sr Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, o Governo está, obviamente, de acordo com a sua proposta, pelo que estaremos disponíveis para, no âmbito da 1<sup>a</sup> Comissão, debater com mais profundidade esta matéria, aliás, ela já tem vindo a ser debatida, o próprio Ministério já teve oportunidade de auscultar os agentes. No entanto, é sempre uma matéria sensível, com vários interesses contraditórios, com opini-

ões divergentes, e penso que quanto mais for objecto de debate melhores e mais consensuais poderão ser as soluções.

Estamos, portanto, de acordo e disponíveis para continuar o diálogo.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Jorge Neto

O Sr Jorge Neto (PSD) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs Deputados Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Cultura, ouvi atentamente a sua intervenção, mas deixe-me dizer-lhe, em traços gerais, que, do seu longo solilóquio, não perscrutei as questões fundamentais que se suscitam nesta matéria. E não perscrutei essas questões fundamentais pela singela e comezinha razão de que esta proposta de lei é falha de argumentos válidos no que às matérias nucleares concerne da gestão colectiva de direitos de autor.

Efectivamente, e a contrario do que V Ex<sup>a</sup> veio aqui dizer, esta proposta de lei não colheu os ensinamentos decorrentes de alguns contributos importantes, nomeadamente da Associação Portuguesa de Direito Intelectual sobre esta matéria. Pior do que isso, esta proposta é, ao cabo e ao resto, uma repristinação, direi quase *in totum*, de uma proposta de lei anterior que andou por aqui a cirandar na anterior legislatura, a proposta de lei nº 261/VII, e que, de uma forma geral, foi reproduzida, direi quase *ipsis verbis*, na actual proposta, pois são muito poucas as alterações introduzidas e não terei dificuldade, se necessário for, em enunciá-las uma a uma!

O Sr José Junqueiro (PS) — Era conveniente!

O Orador — A questão nuclear que se suscita aqui, Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado, e que V. Ex<sup>a</sup> não focou, não é a do enunciado de princípios que V. Ex<sup>a</sup> referiu na sua intervenção. A questão fulcral tem a ver com dois planos distintos um, interno, em que o que o autor tem de ser protegido *vis a vis* a entidade de gestão colectiva, que, muitas vezes, constitui um monopólio de facto quando não de direito, e, portanto, trata-se de uma situação de proteger o ente ou a parte mais carenciada e menos protegida, e, outro, externo, onde se trata efectivamente de regular esta matéria no que concerne à relação com o mercado.

Manda a verdade dizer que, quer no plano interno, quer no plano externo, esta proposta de lei não contempla, no seu âmago, esta filosofia. Bem pelo contrário, esta proposta de lei é, em algumas partes, permita-me que lho diga, um luto à mediocridade em sede de técnica legislativa e mesmo um insulto ao mais elementar senso jurídico, e não é preciso ir a Coimbra para o saber!

O Sr José Magalhães (PS) — Ah! É da escola de Coimbra!

O Orador — Sou da escola de Coimbra com muito gosto!

O Sr José Magalhães (PS) — Também eu passei por lá!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Também eu!

**O Orador.** — Com muito gosto, ao contrário de, enfim, algumas pessoas que já aqui fizeram referências pouco abonatórias à linguagem tecnocrática dos oriundos da escola coimbrã! Sou da escola de Coimbra e orgulho-me disso!

**O Sr Narana Coissoró (CSD-PP)** — O nosso Presidente também é!

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Somos milhares!  
*Est modus in rebus!*

**O Orador** — Lá iremos!

Efectivamente, desde já fundamentando este reparo em relação à péssima qualidade, do ponto de vista técnico, desta proposta de lei, citarei, a título exemplificativo, dois ou três casos

Por exemplo, no artigo 4º da proposta de lei faz-se uma referência exaustiva, ao que parece, dos princípios pelos quais se deve reger a entidade de gestão colectiva de direitos de autor. Se analisarmos estes princípios, verificamos que neles estão contidas questões absolutamente disparatadas, para não dizer redundantes, como, por exemplo «a) Transparência, b) Organização e gestão democráticas, c) Participação dos associados ou cooperadores, f) Gestão eficiente e económica dos recursos disponíveis,»

Penso que é uma redundância e uma inutilidade fazer constar, numa proposta de lei, estes princípios reguladores de uma entidade de gestão colectiva, porque são absolutamente evidentes, têm de subjazer a qualquer associação jurídica ou pessoa colectiva que efectivamente queira exercer a sua actividade. É absolutamente inútil e redundante fazer referência a isto, sobretudo quando nesta seriação de regras de gestão figuram matérias que estão inerentes ao chamado critério do *bonus pater-familias*, que é o do gestor criterioso e ordenado

Mas não é este o único caso de absoluto *nonsense* jurídico de que esta proposta de lei informa. A dado passo, no que se reporta aos estatutos, artigo 15º, diz-se que «As entidades regem-se por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições legais aplicáveis». Pergunto qual é a lógica jurídica desta disposição? Então, não é óbvio que as entidades têm de reger-se por estatutos livremente elaborados? Alguém questiona que os estatutos sejam elaborados por coacção? Alguém põe em causa que os estatutos devam obedecer às regras legais vigorantes num país? É evidente que é perfeitamente inútil — e, repito, qualquer elementar jurista o enxerga — esta matéria figurar numa proposta de lei

Seguramente, existiriam outras lacunas demonstrativas *urbi et orbi* desta inequívoca falha de qualidade da proposta de lei, mas mais importante do que isso é a questão substantiva. Esta proposta de lei não resolve as questões mais candentes que se suscitam nesta matéria, desde logo, a protecção do titular do direito de autor. Seria importissimo que esta proposta de lei definisse, de uma forma clara e inequívoca, os critérios objectivos de repartição e de atribuição da remuneração de direitos de autor, e em lado algum — nenhures! — figura essa matéria! Há apenas uma alínea, seriada *a latere*, nos princípios, no artigo 4º da proposta de lei, que faz referência à celeridade no pagamento ou na colocação à disposição dos titulares de direitos de autor da respectiva remuneração. Mas isto só não basta, Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado! Não basta! É fundamental definir claramente os critérios objectivos de reparti-

ção e distribuição da respectiva remuneração, sob pena de numa situação concreta como aquela em que vivemos, de um *quasi* monopólio de facto, se dar perfeita liberdade e permissividade ao arbitrio. Nesta matéria, existindo efectivamente dos dois lados partes com interesses contraditórios, quando não antagónicos, mister se torna que o mais fraco seja objecto da necessária protecção, e isto não está previsto nesta proposta de lei

Há mais ainda e sempre no domínio substantivo. Esta proposta de lei é absolutamente omissa no que toca ao dever de contratar e incorre uma vez mais no erro de confundir «dever de contratar» com «dever de gestão». Aliás, isto está seriado no 13º ponto da exposição de motivos da própria proposta de lei

Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado, sejamos claros: dever de gestão é uma coisa, dever de contratar é outra! Quando aqui se deduz, a dado passo, que o dever de gestão é uma variante menos densa da obrigação de contratar, está errado. Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado! O dever de gestão tem a ver com a relação da entidade colectiva com o direito de autor, o dever de contratar tem a ver com a relação com o mercado. São duas coisas totalmente distintas e dispareces, que importa não confundir e que, nesta proposta de lei, estão misturadas, como «alhos com bugalhos»

Mas ainda há mais no domínio do dever de contratar, não há uma única disposição legal, nesta proposta de lei, sobre o dever de contratar e seria importantíssimo que isto ocorresse, porque, a não existir uma disposição sobre o dever de contratar, corre-se o risco, dada a existência de um monopólio de facto, de, por vezes, o mercado não ter acesso a determinadas obras por a entidade colectiva de gestão não permitir o acesso a essa obra ou exigir uma remuneração inatingível e não facultar a exploração e a utilização da obra. Seria importante que se previesse um mecanismo concreto de acesso a essa obra, e isto só seria possível mediante uma disposição legal que contemplasse o dever de contratar, o que não ocorre nesta proposta de lei

Haveria muito mais a dizer, mas termino com uma última nota, que é sobre a arbitragem. Nesta matéria dos direitos de autor, como, aliás, em todas as matérias da propriedade intelectual e mesmo da propriedade industrial, é liminarmente óbvio que não há uma preparação adequada dos juristas, *maxime* das entidades judiciárias, dos juízes, para se poderem pronunciar sobre estes temas

**O Sr José Magalhães (PS)** — Não insultemos os tribunais!

**O Orador** — Daí que se afigure absolutamente indispensável que conflitos desta natureza sejam dirimidos em sede própria, urgente, capaz e especializada — o mesmo é dizer arbitragem. Está aqui efectivamente prevista a arbitragem, mas, nesta sede, ela não deveria ser voluntária, deveria ser obrigatoria

Mas pior do que isso é a disposição contida *in fine*, creio que no artigo 30º, em que se confere ao Sr Primeiro-Ministro a faculdade de, por sua iniciativa pessoal, proceder à nomeação dos sete membros da comissão de mediação e arbitragem

**O Sr Presidente (João Amaral).** — Sr Deputado, faça favor de concluir

**O Orador** — Término já, Sr. Presidente

Isto é absolutamente intolerável! Recordo que, relativamente à Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro, sobre a reprografia da cópia privada, já alguém, que é um *primus inter pares* na área do direito intelectual e do direito de autor, suscitou a constitucionalidade da disposição do diploma que previa a possibilidade de o Ministro da Cultura nomear o árbitro presidente. Nesta matéria, é questionável que possa ser, de alguma forma, aceitável, até do ponto de vista constitucional, que os membros da comissão de mediação e arbitragem sejam nomeados por indicação do Sr Primeiro-Ministro.

Terminei apenas com a seguinte referência em tempos, nesta Câmara, o ilustríssimo Deputado Almeida Garrett foi o autor de um projecto, também ligado ao direito intelectual, sobre a propriedade artística. Foi, aliás, um projecto notável que está, obviamente, a léguas de distância, em termos de qualidade, desta proposta de lei tosca, frágil e débil que hoje está em discussão.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, faça favor de terminar, pois já esgotou o tempo regimental.

**O Orador** — Vou já terminar, Sr Presidente

Herculano, que tinha uma visão diferente sobre a questão do direito de autor e da propriedade, insurgiu-se contra o projecto de Garrett e disse-lhe, a dado passo, que ele pretendia «pendurar no mercado» a ideia entre um barril de manteiga e uma saca de algodão. E tratava-se do projecto de Garrett, que era de inegável qualidade! O que não diria Herculano, se fosse vivo, relativamente a esta aberração legislativa!

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Tenho de ler o Herculano!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Saraiva

**O Sr José Saraiva (PS)**. — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados Durante 15 anos os criadores intelectuais portugueses, os artistas, foram esbulhados dos seus direitos

O Governo apoiado pelo Partido Socialista apresentou, na anterior Legislatura, a proposta de lei n.º 261/VII que mereceu uma reunião no dia 11 de Maio de 1999, em que um grupo de trabalho ouviu a Sociedade Portuguesa de Autores, a Gestão dos Direitos dos Artistas, a Gestão dos Direitos dos Artistas em Portugal, a Associação Portuguesa de Direito Intelectual e a Gestautor, entidades que se interessam e pretendem defender os direitos dos autores portugueses, aqui e lá fora, numa luta contra a pirataria que está instalada nesta matéria.

O Partido Socialista só pode saudar, Sr<sup>a</sup> Secretaria de Estado, a atitude do Ministério da Cultura em trazer esta proposta a Plenário

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Muito bem!

**O Orador** — É preciso que os que normalmente criticam e vão ao «frigorífico» buscar argumentos para criticar o Ministro da Cultura — argumentos normalmente «congelados», que vão buscar a propósito de tudo e de nada! — tenham, hoje, a capacidade de enaltecer a coragem, porque é de coragem que se trata, de trazer ao Parlamento uma proposta de lei para regulamentar estas sociedades

Sabemos que há conflitos entre uns e outros, entre um «diabo» e um «bom deus», porventura, que defendem posições antagónicas

Permita-me, Sr Deputado Jorge Neto, que ligue a sua intervenção a um documento que aqui tenho e que me foi enviado pelo Professor Doutor Oliveira Ascensão, na sequência da audição feita em Comissão, em que ele explicita algumas das opiniões críticas que fez à proposta de lei e que V Ex<sup>a</sup> retoma no essencial. Mas V Ex<sup>a</sup> vai mais além do que o Professor Oliveira Ascensão, não se limita a ser advogado das suas teses, o que me importaria pouco. V Ex<sup>a</sup> vai mais além, por exemplo, no capítulo dos estatutos — posso mostrar-lhe, pois está aqui perto de mim —, nada diz, apenas pretende colocá-lo num outro local, numa ordem, digamos, da lei. Ou seja, entendo que esta matéria está mais do que trabalhada.

Os Srs Deputados António Filipe e Miguel Macedo participaram comigo nesse trabalho e penso que estamos em condições de avançar rapidamente para um diploma e, como é natural, com abertura para o corrigir, para o melhorar, para introduzir o que falta, a que V Ex<sup>a</sup>, também de algum modo, fez menção, designadamente o direito de contratar, que, segundo me parece, não está explícito.

Penso que estamos todos em condições de concluir que, a breve prazo, os criadores portugueses poderão reunir as condições com as sociedades gestoras de direitos de autor para salvaguardarem os seus interesses, designadamente os mais fracos, os que não têm possibilidades de contratar excelentes advogados, como V Ex<sup>a</sup>, para defenderem os seus direitos.

Sabemos que há um caminho curto a percorrer e, em breve, o País pode ficar dotado de instrumentos que já existem lá fora e que protegem os nossos criadores, alguns dos quais — permitem só que aluda à pianista Maria João Pires — têm sido esbulhados em milhares e milhares de contos pela não existência de sociedades deste tipo. Isto é profundamente lamentável e, durante 15 anos — é fundamental lembrar isto —, esta matéria esteve ao abandono, já que o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos é de 1984 e continuamos à espera. Daí a celeridade com que nos dispomos a trabalhar e a concluir rapidamente esta lei.

Com isto, saúdo a Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Cultura e o Ministério da Cultura pela iniciativa que tiveram, dado que vamos, de algum modo, ao encontro das preocupações da União Europeia, em particular da Comissão. Basta estar atento à última comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, de Dezembro de 1999, à própria sessão sobre contrafacção realizada em Março de 1999, em Munique, para se perceber que esta pirataria tem de acabar e que temos de proteger os criadores portugueses.

Por isso, Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado, aceite respeitosamente os cumprimentos da bancada do Partido Socialista, porque estão a trabalhar em defesa da criação artística dos portugueses e isso significa que estão a trabalhar em defesa de Portugal.

#### Aplausos do PS

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

**O Sr António Filipe (PCP)** — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados As considerações que vou fazer acerca desta proposta de lei entram já, de certa

forma, em aspectos de alguma especialidade. Como é evidente, não vou referir-me a alguns pormenores, que, do nosso ponto de vista, devem ser corrigidos, mas a questões importantes, embora situadas já no plano da especialidade. Isto porque, no plano da generalidade, não se nos oferece qualquer dúvida de que esta matéria da regulação do direito de autor, relativamente às entidades da sua gestão colectiva, é inquestionável.

De facto, a Assembleia da República já deveria ter legislado sobre esta matéria há vários anos. Tivemos oportunidade de o fazer na legislatura anterior, na medida em que se realizaram audições na 1.ª Comissão com alguma profundidade e que, de alguma forma, dissecaram esta matéria.

Portanto, pena foi que, nessa altura, não se tivesse aproveitado esse trabalho para concluir o processo. De qualquer forma, esse trabalho ficou e constitui um instrumento de trabalho muito importante para este processo legislativo. Daí que, dando como adquirida a nossa concordância no que toca à necessidade e à premência de legislar sobre esta matéria, haja alguns aspectos relevantes no plano da especialidade que quero, desde já, colocar aqui, para que, aquando do debate na especialidade, na 1.ª Comissão, possam ser considerados e eventualmente corrigidos, se houver consenso para tal.

Desde logo, o nº 3 do artigo 2.º da proposta de lei, ao referir o número mínimo de associados ou de cooperadores das entidades de gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos, estabelece uma bitola demasiado baixa, ou seja, permite-se que com 10 cooperadores possa constituir-se uma entidade de gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos. E aqui deveria haver uma diferenciação. Isto é, se, por exemplo, em matéria de produtores fonográficos é aceitável que 10 operadores constituam já um universo razoável em relação à totalidade dos existentes, no que se refere aos artistas e aos autores, ao permitir-se que com 10 sócios se constitua uma entidade de gestão colectiva está abrindo-se a porta para uma proliferação de entidades e uma dispersão que de facto pode criar o caos e frustrar os objectivos da gestão colectiva. Voltamos, enfim, quase que a uma gestão individual dos direitos de autor.

Portanto, do nosso ponto de vista, valeria a pena haver uma diferenciação relativamente aos vários universos que se pretendem atingir. Se, em alguns casos, 10 sócios é um número mínimo aceitável, outros é manifestamente exíguo.

Há outro aspecto que, do ponto de vista jurídico e mesmo constitucional, pensamos que coloca algumas dificuldades por poder contender com princípios constitucionais relativos à liberdade de associação, na medida em que estas entidades de gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos são associações ou cooperativas de regime jurídico privado, estando, portanto, submetidas ao regime geral do direito de associação. O problema existe quando se obriga as entidades de gestão colectiva a aceitarem a administração do direito de autor e direitos conexos que lhes sejam solicitados. E isto não pode ser irrestrito, porque, mais adiante, na proposta de lei se prevê, nos estatutos das entidades em causa, que sejam elas próprias a prever quem pode ou não ser sócio. Há, portanto, uma margem de liberdade que deve ser reconhecida à associação, o que é contraditório com a obrigação de aceitar a administração do direito de autor e direitos conexos. Isto é, se há casos em que pode prever-se a gestão colectiva obrigatória, há outros em que pode não ser assim.

Portanto, esta obrigação irrestrita de qualquer entidade de gestão colectiva ser obrigada a aceitar a gestão que alguém lhe queira impor contende, do nosso ponto de vista, com o direito de associação.

Há ainda uma outra disposição desta proposta de lei que coloca algumas dificuldades, que é quando se estabelece a arbitragem obrigatória não apenas no âmbito em que a arbitragem se comprehende mas relativamente a problemas que possam surgir entre a associação e os seus próprios sócios. Ora bem, em primeira linha, do nosso ponto de vista, o relacionamento entre uma associação e os seus sócios deve ser dirimido nos termos dos respectivos estatutos. Portanto, parece-nos incorrecto estabelecer desde logo o recurso à arbitragem para dirimir conflitos que são, em primeira linha, estatutários.

Assim, também nos parece que existe aqui uma violação dos princípios gerais do direito de associação e que valia pena reflectir sobre ela, na especialidade, para poder ser corrigida de facto.

Estes são, devo dizer, do nosso ponto de vista, os aspectos mais importantes e com maiores implicações e que carecem de alteração.

Para além deles, há outros aspectos, relativamente ao diploma, que valia a pena serem melhorados. A título de exemplo, posso citar o facto de se prever a afectação de 5% das receitas das associações à prossecução de actividades sociais e de assistência aos seus sócios. Creio que esta questão deveria ser precisada, porque o que se deve querer dizer é 5% das receitas que decorrem do disposto neste diploma e não necessariamente a todas as receitas que a entidade possa ter, já que podem ter outra origem e não faz sentido que estejam por lei afectas a uma determinada finalidade. É um aspecto de pormenor, que, a nosso ver, valeria a pena corrigir.

Há ainda que precisar as exigências que são feitas às associações para efeitos de tutela, na medida em que se exige, por exemplo, que as associações indiquem, à partida, as listas de preços e tarifas em vigor na instituição. Isto é possível em relação a algumas matérias, ou seja, nos casos de utilização global, porque em casos de autorizações específicas individuais não há uma tabela, e, portanto, também é preciso prever estas situações.

Para concluir, há aspectos de especialidade que merecem, de facto, a nossa atenção, por forma a proceder-se a uma alteração e a uma correção.

No entanto, do nosso ponto de vista, há duas questões, que foram as que referi em primeiro lugar, e que têm a ver com o número mínimo de associados e com as violações que possam surgir relativamente aos princípios gerais do direito de associação, aos quais atribuímos grande importância, que merecem de facto ser corrigidas.

Na generalidade, pensamos que é importante que, finalmente, se aprove legislação sobre a gestão colectiva do direito de autor e direitos conexos.

Para finalizar, quero manifestar o empenhamento do Grupo Parlamentar do PCP para, rapidamente, se concluir este processo legislativo.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados. A proposta de lei ora em apreciação é um diploma de direito adjectivo e não de direito substantivo, porque o direito de au-

tor e a sua defesa intrínseca, o seu modo de definição e de usufruição, não deviam fazer parte deste diploma por serem assuntos de direito material, devendo ser relegados para o sector próprio. E o que hoje aqui estamos a tratar é da gestão desses direitos, quando ela não é possível ser feita individualmente, por variadas razões por o titular do direito não poder estar sempre presente, por ser difícil de encontrar o titular do direito, por o titular do direito não saber perfeitamente qual o quadro de poderes e privilégios que detém efectivamente através da sua obra criativa. Por isto mesmo é cada vez mais necessário que haja associações profissionalizadas, que se dediquem à defesa desses direitos e que, por sua vez, saibam ser agências especializadas nessa defesa.

Portanto, o que hoje aqui estamos a tratar não é propriamente da defesa substantiva do direito de autor mas da sua defesa através de órgãos colegiais, de associações, que curam de salvaguardar qualquer prejuízo que possa haver do uso abusivo do direito de criação de cada indivíduo. E sobre este ponto de vista podem fazer-se muitas críticas.

A crítica feita pelo Sr. Deputado Jorge Neto é geral. Isto é, a inflação e a má redacção das leis, apesar de serem uma especialidade socialista,

#### *Protestos do Deputado do PS José Magalhães*

... são também uma especialidade do regime. Ora, com a quantidade de leis que se produzem, do modo como se produzem, é muitíssimo natural que as pessoas não vão a correr para o meu querido Instituto Jurídico de Coimbra a dizer: «Faça-me aqui a lei muitíssimo bem elaborada. Ponha aí 4 catedráticos, 3 professores associados, 2 assistentes, 4 monitores, a redigi-la!» Eu também gostaria de o fazer se me pagassem. Também o meu Instituto, se fosse pago, o fazia. Mas o Parlamento e o Governo não podem, para elaborar todos os diplomas, contratar os professores. Agora, se o fizerem, nós agradecemos e oferecemos os nossos serviços, não há qualquer dúvida!

Portanto, a crítica é justa, do ponto de vista do purismo da linguagem. Quer dizer, o regime prestigia-se se tiver leis muitíssimo bem elaboradas, se as não fizer sobre o joelho! Não pode fazer as leis com os pés, tem de as fazer com a cabeça e as mãos!

O Sr. José Magalhães (PS) — Quinze anos, já dava!

O Orador — Exactamente, 15 anos já dava para trabalhar um bocadinho com as mãos.

Ora, esta proposta de lei, segundo diz o meu colega — e eu acredito —, é feita com os pés.

O Sr. Jorge Neto (PSD) — É sim senhor!

O Sr. José Magalhães (PS) — Ele não a leu!

O Orador — O meu colega disse que a leu e que ela tinha sido feita com os pés. Acredito nele porque ele é um purista.

O Sr. José Magalhães (PS) — Cuidado com os puristas!

O Orador — No entanto, ainda há bastante tempo para revermos tudo o que está mal nesta proposta de lei, e acredito, apesar da urgência e de toda a cautela que esta

lei exige, que o Sr. Deputado Jorge Neto dará toda a contribuição para se endireitar este diploma, corrigindo os termos maus, as insuficiências e as abundâncias nele existentes, por forma a fazer-se dele uma lei escorreita e capaz.

Agora, há uma coisa que não tomo muito em conta, que é o facto de 10 associados não poderem fazer uma pequenina associação ou uma *boutique* em vez de uma associação para tratar da defesa do direito de autor, porque do que se trata efectivamente é de democratizar estas associações. Se queremos quebrar o monopólio ou o oligopólio destas associações, se queremos que elas estejam mais próximas dos artistas, dos criadores, dos escritores, temos de democratizá-las e para tal teremos de encontrar um número razoável. Ou seja, se os próprios criadores virem que 10 associados é pouco, eles não farão a associação. Portanto, o próprio mercado das associações ditará a norma necessária para se fazer uma associação capaz. Não podemos estabelecer arbitrariamente um número qualquer, dizendo que com 10 associados é uma *boutique* e com 1000 é realmente uma associação pesada, uma boa associação, é uma associação que vai defender os direitos das pessoas. Não! Uma associação com poucos associados pode fazer um trabalho mais útil do que uma associação «obesa», pesada, onde cada um atira para os outros aquilo que não faz. Logo, não é por aí que vamos.

É certo que estamos num debate na generalidade, mas entendemos que, numa época de comunicação, de informatização e de globalização, estas associações são cada vez mais necessárias, porque o criador está indefeso perante a pirataria, perante os abusos, perante tudo quanto lhe roubam. Agora, o Ministério da Cultura recorre à lei do menor esforço, como tem feito desde que foi criado, trazendo à Assembleia um diploma que foi apresentado na última Legislatura sem se ter dado ao trabalho de, ao apresentá-lo, dizer o que foi feito no ano passado, na última Legislatura, e as críticas que a ele se fizeram. Mas o Ministério da Cultura não tem tempo para isto! O Ministério da Cultura tem tempo para os sorrisos na televisão, tem tempo para dizer o que é Foz Côa, tem tempo para dizer que todos estão a favor dele, tem tempo para dar os pequenos *cocktails* no Centro Cultural de Belém, beber um bocado de champanhe, pôr o lenço ao pescoço e mochila às costas.

#### *Risos do CDS-PP*

#### *Protestos do PS*

mas não dá a si mesmo o direito de trabalhar!

Ora, o que era preciso era trabalhar, e, entre uma legislatura e outra, poderia ter-se dado ao trabalho de ver o que se tinha feito na Legislatura passada, aproveitando o que poderia ser aproveitável para esta nova iniciativa legislativa, por forma a fazer apresentar uma nova proposta de lei. Mas o Ministério da Cultura não é capaz disto, o que ele quer é mostrar trabalho. Ou seja,

#### *Vozes do CDS-PP — Muito bem!*

O Orador — é como aqueles moinhos de orações que giram ao vento e repetem, repetem, repetem, a mesma oração! E esta «oração» vem da Legislatura anterior, e, se não passar agora, daqui a oito anos o Ministério da Cultura, caso continuasse, haveria de apresentar o

mesmo texto da proposta de lei. É o «moinho» das propostas de lei!

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Cultura

**A Sr.ª Secretária de Estado da Cultura** — Sr Presidente, Srs Deputados: Começo por agradecer os comentários e as observações bem como o interesse da Assembleia da República na apreciação desta proposta de lei

Esta é de facto uma proposta de lei que já foi apresentada à Assembleia da República, mas, mantendo-se o Ministério da Cultura e pensando nós da bondade do diploma e da ponderação que ele permite depois de toda a auscultação já feita no decorrer da anterior Legislatura, não vemos qualquer necessidade de se fazer alterações à proposta de lei anteriormente apresentada, até porque, basicamente, ela reflecte o equilíbrio dos interesses em jogo.

**O Sr. Jorge Neto (PSD)** — Não é verdade!

**A Oradora:** — . o que é muito difícil de alcançar De qualquer forma, penso que aquilo que foi a situação durante os últimos anos e decénios, uma situação de monopólio de facto, também tende a ser alterada e só por incapacidade das anteriores legislaturas de maioria PSD é que não se regulamentou esta matéria, que é de facto crucial no nosso tempo Por isso, registo aqui, com agrado, o empenho de todos os grupos parlamentares em procederem agora à aprovação desta proposta de lei

Quanto às principais críticas formuladas aqui, no sentido de não se estar a proteger devidamente o interesse do autor, penso que também já não estamos na situação em que o autor era um «coitadinho», um pobre, que não tinha capacidade para se defender, porque a situação alterou-se bastante Hoje em dia, até as grandes empresas de software, como, por exemplo, a Microsoft, são titulares de direitos, e, portanto, a lei na sua generalidade e abstracção tem de atender às várias situações que hoje existem e que nos últimos anos se alteraram profundamente quanto ao poder dos vários titulares de direito

E por isso que, por exemplo, quanto ao número de associados necessários para constituir a associação, o Governo propôs o número mínimo de 10, no entanto, estamos abertos a discutir este ponto em Comissão

No que toca aos critérios e regras de distribuição dos proveitos, penso que estão suficientemente acautelados nesta proposta de lei não só em relação aos princípios básicos estipulados no artigo 4º, pelos quais se deve regular a gestão destas associações, mas também pelo facto de os próprios estatutos terem de prever as regras de fixação e de distribuição dos proveitos e ainda por ter de existir uma fiscalização prévia — uma tutela «inspectiva» da Inspecção-Geral das Actividades Culturais — no registo e, posteriormente, no decurso da própria vida da associação Isto parece-me ser uma garantia suficiente para que se possa averiguar do equilíbrio nas regras dentro dos próprios estatutos das associações

Em relação ao dever de gestão, que é uma questão delicada, estamos conscientes de que esta lei apenas propõe e obriga à existência de um direito de gestão, que é, para nós, um direito fundamental do autor, em ver os seus direitos protegidos.

O direito e o dever de contratar é igualmente uma questão delicada, que não recolhe o parecer unânime dos vários agentes do sector, mas, desde que haja um acordo político de todos os grupos parlamentares nesse sentido, o Governo está disposto a reequacioná-la em sede de Comissão

No que respeita à outra inovação importante deste diploma, à arbitragem voluntária, lembro que se trata de uma arbitragem voluntária e que não existe, no nosso Direito, uma tradição de arbitragem obrigatória, o que seria violar o princípio da autonomia das partes E penso que, assim, também fica, devidamente, assegurada a defesa de todos os interesses em presença Aliás, penso que esta é também uma matéria em que devemos agir cautelosamente e ver como é que, depois, esta comissão funciona na prática, cuja composição proposta também nos pareceu ser a mais adequada, mas estaremos abertos a discutir, em sede de Comissão, a melhor forma

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr.ª Secretária de Estado da Cultura, agradeço que abrevie a sua intervenção, pois já não dispõe de tempo

**A Oradora** — Terminei já, Sr Presidente

No entanto, também penso que ela permite a intervenção dos vários interesses em presença, o interesse geral, através do representante dos consumidores e do próprio presidente, que será um representante dos interesses do Estado, e acautelar os vários interesses em gestão

Para terminar, quero, mais uma vez, manifestar a disponibilidade do Governo para, em Comissão, voltar a discutir estas questões mais delicadas e trabalhar no sentido do aperfeiçoamento da proposta de lei, que é, segundo penso, o objectivo que a todos nos move

*Applausos do PS.*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, visto não haver mais inscrições, declaro encerrado o debate da proposta de lei n.º 10/VIII, que será votada na sessão da próxima quinta-feira

Vamos dar início ao debate da proposta de lei n.º 11/VIII — Autoriza o Governo a legislar sobre a realização dos censos de 2001

Para apresentar a proposta de lei, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Planeamento

**O Sr Secretário de Estado do Planeamento (João Carvalho Mendes)** — Sr Presidente, Srs Deputados A presente proposta de lei concede ao Governo autorização para legislar sobre a realização dos recenseamentos da população e da habitação em 2001 O designado momento censitário será às 0 horas do dia 12 de Março e os trabalhos de preparação já estão no terreno

No uso desta autorização legislativa, o Governo contemplará, designadamente, a informação, que será solicitada aos cidadãos, a organização, as responsabilidades e os deveres no processo de realização dos censos e, ainda, disposições que garantam a confidencialidade da informação obtida

A informação a ser solicitada aos cidadãos encontra-se detalhada na proposta de lei resultante de trabalho desenvolvido com o Conselho Superior de Estatística e com o Instituto Nacional de Estatística O Governo pretende, assim, garantir a maior transparência a este processo

A definição da organização e as responsabilidades no processo são essenciais para que os censos 2001 sejam mais rigorosos, tenham maior qualidade e haja maior rapidez na apresentação dos resultados. A expectativa de todos é grande, sendo-o também a do Governo, na medida em que precisa de conhecer bem para tomar opções políticas.

Em matéria de responsabilidades, sublinho em primeiro lugar, o dever que cumpre ao cidadão de responder, fazendo o seu recenseamento. As respectivas campanhas de comunicação já estão em estado adiantado de preparação.

Em segundo lugar, a responsabilidade pela idoneidade técnica pertence aos órgãos do sistema estatístico nacional, isto é, ao Instituto Nacional de Estatística, sob a orientação do Conselho Superior de Estatística. Ao INE caberá a conceção e a direcção de trabalhos dos censos, sendo da sua responsabilidade a assistência técnica e a formação, que se desenvolverá em cascata, atingindo todos os agentes recenseadores. Por seu turno, às autarquias locais cumprirá um papel decisivo na execução das operações propriamente ditas, sendo a sua colaboração activa decisiva para o sucesso do projecto, que é, de facto, um verdadeiro projecto nacional.

Trata-se de uma operação de grande envergadura, que envolverá cerca de 20 000 pessoas, sendo importante termos em consideração que os trabalhos já começaram. De facto, já foram realizados dois testes aos questionários, no sentido de testar a reacção das pessoas ao formato e ao modelo do questionário, para que possamos estabilizá-lo e, assim, pôr a funcionar um sistema de leitura óptica destes questionários, o que acelerará consideravelmente o processo de preparação dos resultados dos censos.

Devo sublinhar que, nos anteriores censos, foram digitados um bilião de caracteres. Portanto, estaremos em linha com o que de mais moderno se faz na Europa.

Ao mesmo tempo, já no início deste ano, decorrerá um ensaio geral, com um inquérito piloto, para que, atempadamente, se possam introduzir medidas correctivas. Globalmente, espera-se que os resultados dos censos sejam apresentados num prazo de cerca de dois anos, quando se cifrara em três anos nos censos de 1991.

Finalmente, sublinharia que o projecto de decreto-lei que foi apresentado em anexo à proposta de lei foi objecto de ampla participação, tendo sido consultada a Associação Nacional de Municípios, a Associação Nacional de Freguesias, a Comissão Nacional para a Protecção de Dados Pessoais, o Conselho Superior de Estatística e os órgãos de governo das regiões autónomas.

Sr. Presidente, estou à disposição para as questões que entendam colocar-me.

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Sérgio Vieira.

O Sr Sérgio Vieira (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, gostava de colocar-lhe duas questões técnicas, que nos causaram alguma perplexidade.

Assim, gostaríamos de obter uma explicação sobre as coimas propostas no decreto-lei, e, desde já, damos o nosso contributo fazendo, sobretudo, uma chamada de atenção para a questão dos números propostos no artigo

9º do decreto-lei, que nos parecem estranhos por não ser habitual serem apresentados neste tipo de iniciativas, e, num ou noutro caso, até temos dúvidas sobre se esta coima não poderá estar acima do regime geral.

A segunda questão é também técnica. No mesmo artigo 9º é proposto, no caso de violação do segredo de estatística, a responsabilidade disciplinar ou a responsabilidade criminal. Não temos a certeza se não deveria estar também incluída aqui a responsabilidade civil, sendo esta outra chamada de atenção que fazemos.

Sr Secretário de Estado, coloco-lhe ainda outra questão, de âmbito mais geral. Pergunto qual é a abertura do Governo para a possibilidade de ser mais facilitado o acesso ao dado dos censos, sobretudo quando for para fins estatísticos e de investigação de relevante interesse nacional, à semelhança do que acontece em outros países, salvaguardando sempre, obviamente, o princípio do segredo estatístico.

Como disse, trata-se de algo que tem acontecido noutras países e, mesmo entre nós, num passado recente, quando foi aprovada a lei do recenseamento eleitoral, em 22 de Março de 1999, o governo de então demonstrou abertura para os dados do recenseamento da altura poderem ser facultados a investigações e estudos em que o interesse público fosse relevante.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado.

O Sr Secretário de Estado do Planeamento — Sr Presidente, Sr Deputado Sérgio Vieira, relativamente às coimas que estão referenciadas no artigo 9º, entendemos que os valores são apontados no âmbito do artigo 21º da Lei nº 6/89, de 15 de Abril. Isto sem prejuízo de considerarmos qualquer precisão que seja proposta pelo PSD, nessa matéria, estamos perfeitamente disponíveis.

Também reafirmo a nossa disponibilidade — e penso que isso tem acontecido ao longo destes anos — para facilitar um acesso privilegiado aos dados, para fins de grande interesse nacional, no caso de projectos de investigação. Isto sem prejuízo, obviamente, da confidencialidade pessoal dos dados, que está em causa nos censos de 2001.

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra novamente o Sr Deputado Sérgio Vieira, para uma intervenção.

O Sr Sérgio Vieira (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, Sr "e" Srs Deputados. O Governo apresenta à Assembleia da República uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre a realização dos censos 2001. Esta proposta de lei de autorização legislativa merecerá o voto favorável do Grupo Parlamentar do PSD.

A realização dos censos 2001, que significa o XIV Recenseamento Geral da População e o IV Recenseamento Geral de Habitação, ou seja, o levantamento da população residente e do parque habitacional e tipificação das condições de habitabilidade do mesmo, no que respeita às famílias, é de grande importância para o País.

Como é referido na exposição de motivos desta proposta de lei, o conhecimento rigoroso e fundamentado sobre as características estruturais da sociedade portuguesa é imprescindível à governação em domínios muito diversos. Ou

seja, a capacidade de antecipar problemas, de detectar oportunidades e de desenhar soluções reclama informação precisa e de boa qualidade e também estudos de análise, feitos com base nos dados disponíveis. Do que se trata é de concentrar esforços, para que o nosso país possa responder eficazmente à necessidade de informação de qualidade e actualizada, que sirva de suporte para a tomada de posições.

Em suma, a bondade e justeza de uma decisão é, em boa parte, determinada por uma informação actual, fidedigna e de qualidade.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr. "e Srs Deputados É por tudo isto que a realização dos censos 2001 se reveste de grande importância para o País. O levantamento das características demográficas e sócio-económicas da população e as características do parque habitacional permitem-nos reflectir sobre o que somos, o que queremos, para onde nos dirigimos e como podemos corrigir a nossa rota.

O peso da informação estatística tem vindo a ser crescente nas instâncias internacionais e os indicadores de desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, os indicadores do Banco Mundial e do FMI e as estatísticas do Eurostat são bons exemplos disso.

No entanto, em Portugal, os números são mais geradores de discussão do que de desenvolvimento, como sucedeu com a polémica em relação aos números dos censos de 1991. Assim, esperamos do Governo um grande empenho no sentido de potenciar a exigência dos censos 2001.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr. "e Srs Deputados Tendo já exprimido qual o sentido de voto do PSD sobre esta proposta de lei, entendemos, no entanto, que, baixando esta à discussão na especialidade, podemos aprofundar algumas questões, nomeadamente uma maior abertura na possibilidade de acesso aos dados dos censos para fins estatísticos e de investigação de relevante interesse público, salvaguardando, obviamente, o princípio do segredo estatístico.

Esta questão, que julgamos importante, pode e deve ser objecto de reflexão em especialidade, como sucedeu na elaboração da Lei do Recenseamento Eleitoral, de 22 de Março de 1999, onde existiu abertura do governo para a sua discussão e posterior inclusão na lei.

#### *Aplausos do PSD*

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Matias.

O Sr. Joaquim Matias (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs Deputados O PCP não irá levantar objecções à necessária autorização legislativa para a realização dos censos 2001. No entanto, a importância que a fiabilidade dos resultados assume impõe alguns cuidados na preparação do acto, incluindo a legislação, cuja autorização agora nos é pedida, no sentido de lhe conferir dignidade e o necessário apuramento da verdade objectiva, pelo que faremos alguns comentários à proposta de lei.

Lamentavelmente, não conhecemos que tivesse sido tornado público o relatório sobre o processo desenvolvido no decurso dos censos de 1991, prática que, aliás, deveria ser normal em todos os trabalhos deste tipo, com o objectivo de evitar a repetição de erros sempre indesejáveis, tanto mais que a experiência dos censos de 1991 re-

velou deficiências de articulação entre o INE e algumas autarquias e também o processo de formação de inquiridores se revelou deficiente nas importantes tarefas de contacto, esclarecimento e confirmação da veracidade dos inquéritos.

Como consequência, registaram-se deficiências nos resultados obtidos, designadamente no desfasamento registado em muitos concelhos entre o censo populacional e o número de cidadãos eleitores.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

O Orador — por falta de resposta de muitas famílias e pessoas singulares, algumas das quais nem sequer chegaram a ser contactadas.

A autorização legislativa propriamente dita apenas no preâmbulo faz referência às entidades envolvidas na concretização do recenseamento, questão que, a nosso ver, deveria constar no articulado, como, aliás, aconteceu há 10 anos, dando consistência ao articulado da proposta de lei que o Governo se propõe decretar, e fá-lo apenas para determinar a responsabilização operacional das autarquias locais pelos resultados finais, o que nos parece que extravasa ligeiramente o âmbito das suas competências.

Ainda no que se refere às autarquias, queríamos realçar duas questões em falta na proposta de lei, na nossa perspectiva.

A primeira é a articulação entre as várias entidades intervenientes, particularmente entre o INE, entidade que assegura a direcção das operações, e as autarquias, responsáveis pela organização, coordenação e controlo das tarefas de recenseamento no terreno. Não basta legislar sobre as responsabilidades de cada entidade, a definição da sua articulação, que é indispensável, é igualmente necessária.

A segunda questão diz respeito às possibilidades de participação efectiva das autarquias. Há câmaras municipais com recursos humanos e técnicos exígues para a realização das tarefas que lhes cabem e, particularmente, juntas de freguesia que nem sequer sede possuem, que nem sequer têm valor orçamental que lhes permita manter uma sede aberta, como várias vezes temos referido noutro âmbito.

Se não forem acauteladas medidas para estes casos, as operações dos censos 2001 ficarão necessariamente prejudicadas.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs Deputados Em nosso entender, o inquérito a ser preenchido pelos portugueses deve ser o mais simples e o menos extenso possível, por forma a alcançar maior veracidade nos resultados finais. Pensamos, no entanto, que, no n.º 4 do artigo 6.º, as variáveis primárias a obter na unidade estatística alojamento deveriam ser alargadas a electrodomésticos, material informático e ligação à Internet, pelo que aqui deixamos a sugestão.

A inclusão, no n.º 1 do mesmo artigo, da deficiência entre as variáveis na unidade estatística individuo deveria implicar a realização de uma campanha nacional especial de informação, sensibilização e consciencialização, com a participação das organizações de deficientes, com o objectivo do apuramento desta variável com rigor, não deixando dúvidas sobre o conceito de deficiência no preenchimento do inquérito.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

**O Orador.** — Por fim, queríamos sugerir ao Governo a reformulação do n.º 2 do artigo 6.º, variáveis primárias a observar na unidade estatística família, dado que conceitos como o representante da família ou residir na mesma família não nos parecem adequados

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Campos.

**A Sr.ª Maria José Campos (PS)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.º e Srs. Deputados: Todos sabemos, governantes e governados, que, inquestionavelmente, a sociedade portuguesa tem vindo a ser objecto de marcantes transformações estruturais, não só devidas basicamente aos níveis de progresso já atingidos nos mais diversos domínios como ainda resultantes das mudanças também operadas no mundo moderno onde está inserida.

Por outro lado, a crescente internacionalização da sociedade obriga, no seu essencial, à harmonização e à troca recíproca de indicadores estatísticos que permitam a fundamentação das políticas estabilizadoras dos grandes espaços internacionais.

**O Sr. José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**A Oradora** — A atestá-lo está a crescente atenção que as Nações Unidas, a OCDE e a União Europeia têm vindo a dedicar ao aperfeiçoamento da metodologia das operações de recenseamento.

Em Portugal, também é por demais evidente que as principais características estruturantes resultantes dos indicadores fornecidos pelos censos de 1991 se encontram, indubitablemente, alterados.

Assim, hoje há que saber de novo «quantos somos», «como somos» e, principalmente, «como estamos».

**Vozes do PS** — Muito bem

**A Oradora** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Para além da inevitabilidade de todos termos, a contragosto, ficado mais velhos desde o último censo, volvidos 10 anos também muita coisa mudou na estrutura da sociedade portuguesa.

Daqui decorre a importância política que advém da realização de um novo recenseamento da população e da habitação — os censos 2001 —, que irão, decerto, permitir conhecer, de um modo tão preciso quanto possível, como evoluíram, na última década, as estruturas demográficas e o parque habitacional de todo o território nacional.

Estudos recentes têm revelado tendências e mutações muito significativas ocorridas no tecido sócio-económico português. Damos dois exemplos: o novo papel que a mulher vem, crescentemente, assumindo na sociedade e o contínuo envelhecimento da população portuguesa.

Como ilustração deste último caso, relembro aqui um trabalho recente do INE, contendo uma projecção, a todos os títulos preocupante daqui a 15 anos, o número de idosos ultrapassará em Portugal o número de jovens.

Por todas estas razões, entendemos que a informação a obter nos censos 2001 irá, decerto, possibilitar delinear, com uma maior precisão, mais adequadas medidas de política económica e social e fornecer aos múltiplos agentes

da sociedade civil indicadores actualizados e mais apropriados para uma melhor tomada de decisões.

A óbvia necessidade de nos aproximarmos, cada vez mais e de uma forma sustentável, dos níveis de desenvolvimento europeus, com a consequente melhoria das condições de vida dos portugueses, assim o exigem.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Os censos 2001 inserem-se na próxima ronda mundial de recenseamentos, marcada para o final de 2000 e princípio de 2001.

Assim, dando continuidade à periodicidade decenal da realização dos últimos censos e observando recomendações da União Europeia sobre a matéria, vai o Estado português realizar, durante o ano 2001, os seus XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação.

Deste modo, e com vista à boa realização e alcance das melhores condições de operacionalidade, para a concretização das múltiplas e complexas acções que vão envolver os censos 2001, é solicitada pelo Governo a esta Assembleia da República uma autorização para legislar sobre a matéria.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: É sabido que os censos têm como objectivo último, nos domínios demográfico e social, a contagem e caracterização da população nos seus múltiplos aspectos e, no parque habitacional, o levantamento e a tipificação das condições de habitabilidade dos edifícios e das famílias.

Torna-se necessário, pois, para a boa execução de todas as diversificadas acções que envolvem este recenseamento, enquadrar, em normativo próprio, o envolvimento de várias entidades, desde os serviços públicos da administração central e regional às autarquias locais, criando a todos as condições mais favoráveis à realização de um trabalho tecnicamente idóneo e operacionalmente eficaz.

**O Sr. José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**A Oradora** — Pelas mesmas razões, deve ainda esse normativo definir claramente as responsabilidades pela recolha e tratamento científico dos resultados alcançados. Neste aspecto, julgamos que, pelas suas características orgânicas e pela reconhecida idoneidade científica, a responsabilidade pelas operações técnicas não poderá deixar de recair no INE, sob a orientação do Conselho Superior de Estatística.

Do mesmo modo, e como vem sendo hábito, a responsabilidade operacional e logística pela recolha de dados deverá, naturalmente, continuar a recair nas autarquias locais, pelo conhecimento que estas possuem dos seus territórios e das características diversificadas do respectivo povoamento.

Também todas estas operações, pelos meios relativamente elevados que envolvem, requerem, como é óbvio, a afectação de financiamentos específicos que assegurem a viabilidade financeira das múltiplas diligências, necessárias para o garantido êxito das operações de recenseamento.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: A proposta de decreto-lei, que acompanha o pedido de autorização legislativa solicitada pelo Governo, enquadra, correctamente, as operações necessárias para a realização dos censos 2001 dentro dos parâmetros que acabámos de expor, nomeadamente definindo as variáveis primárias a observar, identificando as várias entidades a envolver, clarificando as responsabilidades e criando os dispositivos para asse-

gurar o financiamento atempado das múltiplas acções e agentes envolvidos

Por todos os motivos expostos, entende o Partido Socialista que a presente proposta de lei autorizando o Governo a legislar sobre a realização dos censos 2001 deve merecer a aprovação desta Assembleia.

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

**A Oradora.** — Sr Presidente, Sr " e Srs. Deputados. Os censos 2001 serão os primeiros do novo milénio. Aceitemos, pois, consensualmente, esta proposta que o Governo agora nos apresenta, para, com sentido de responsabilidade e necessário vigor, proceder, de uma forma atempada, à sua preparação

*Applausos do PS*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP). — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, Srs Deputados Quero, muito brevemente, em nome da bancada do CDS-PP, num debate de fim de tarde e relativamente morno, dar a nossa opinião sobre esta matéria dos censos 2001

Relativamente morno, o que é normal, porque o debate político resulta sempre morno quando há uma vasta consensualidade em relação a qualquer matéria e, em relação a este caso, já ouvimos o Governo, a bancada que apoia o Governo, a bancada da oposição de esquerda, a bancada da oposição de centro e agora a nossa a dizer que estão de acordo com esta autorização legislativa.

No entanto, a matéria é, de facto, importante. E é importante, sobretudo, para os decisores políticos saberem exactamente os portugueses que somos, em que circunstâncias nos encontramos, como vivemos e as carências que temos. E eu diria mesmo que a nós, CDS-PP, nos parece particularmente importante o censo que decorre também juntamente com o recenseamento estatístico geral, que é a questão da habitação, onde se levantam questões de decisão política da maior importância, quer a nível do Governo, quer, depois, a nível autárquico.

Eu daria também particular importância a dois tipos de dados: aqueles que se referem à população que vive com maiores dificuldades, designadamente à terceira idade, e aqueles que se referem à saúde, que nos parecem muito importantes e muito preocupantes.

A grande exigência nesta matéria é, como já aqui foi dito por várias bancadas, uma exigência de rigor, porque o recenseamento pode ser sempre, nas mais variadas circunstâncias, uma arma de arremesso político. Não uma arma de arremesso político no sentido que tinha no início da nossa era — todos estamos lembrados do célebre censo do Rei Herodes, que se destinava, pura e simplesmente, se tivesse sido bem sucedido, a eliminar a existência da era cristã —, mas uma arma de arremesso político nouros termos completamente diferentes, porque é óbvio que dados menos rigorosos poderão permitir tratamentos políticos completamente diferentes e distintos.

Dando um exemplo breve sobre isto, basta dizer que se o recenseamento não for bem feito e se formos menos portugueses, temos um rendimento *per capita* muito superior, se formos mais portugueses, temos um rendimento *per capita* mais baixo, como é evidente. Isto demonstra a

importância dos números que venham a ser recolhidos e demonstra também que há uma coisa que corre sempre o risco de acontecer, que é, em vez de, a partir de números sólidos, passarmos a discutir as políticas que vamos fazer, passarmos a fazer, com números em que não confiamos, uma discussão política sobre esses mesmos números. Esse é, de facto, o risco que é preciso evitar.

Quero também chamar a atenção para problemas que parecem ter existido no recenseamento geral de 1991 e para várias dúvidas que existiram naquela altura. Houve, designadamente, queixas de falhas, houve deficiências em relação à base cartográfica então utilizada, parece — o que é compreensível em Portugal e é preciso ter muita atenção em relação a isso — que houve vários bairros degradados, suburbanos, que não foram recenseados, até porque os inquiridores, em alguns casos, não consideravam segura a sua visita, certamente devido a alguns problemas de segurança que existiam aí, e houve até, por falta de verbas em determinado momento, uma greve de inquiridores. Ora, com inquiridores em greve é difícil fazer um recenseamento estatístico muito rigoroso.

Portanto, recordando estes problemas que existiram em 1991, queremos alertar o Governo para que estas questões não se voltem a repetir e dar particular atenção às relacionadas com a deficiência. Recentemente, eu e um colega meu de bancada recebemos aqui a Associação Portuguesa de Deficientes e esse tipo de levantamento, que tem de ser feito, uma vez que se trata de pessoas que têm muitas dificuldades e cujo levantamento não é exaustivo, exige uma atenção especial, até na forma de abordagem e de tratamento por parte dos próprios inquiridores, os quais têm de ser seriamente preparados para atender a estas situações.

A última preocupação é, de facto, a formação e a preparação dos inquiridores, que ainda não começou, para atender às várias circunstâncias, que são sempre difíceis, com qualquer governo, mas — perdoar-me-ão os membros do Governo responsáveis —, do nosso ponto de vista, mais graves com um Governo socialista, porque os portugueses, em geral, quando vêm um inquiridor, vêm o Estado.

Como se sabe, a desconfiança em relação ao Estado é muita e a desconfiança em relação ao Estado socialista cobrador de impostos é, certamente, maior, e, portanto, muitos fugirão de declarar seja o que for, ou porque têm pouco e têm medo de ficar com menos, ou porque têm alguma coisa e têm medo que o objectivo seja cobrar mais impostos.

Enfim, passe este pequeno aparte, e sem com isto querer ofender qualquer das bancadas, quero dizer apenas que o que, de facto, é importante é a preparação das pessoas que farão estes inquéritos, o rigor, e que seja possível fazê-los mesmo nos sítios onde é mais difícil, para que os dados sejam rigorosos.

Não temos qualquer problema em autorizar o Governo. Aligeirando um bocadinho qualquer referência mais política, diria mesmo que não temos qualquer desconfiança de princípio nem em relação a si, Sr. Secretário de Estado, nem em relação ao Governo, no que diz respeito ao trabalho que venha a ser feito. Estamos à vontade para autorizar o Governo a legislar nesta matéria, unicamente chamamos a atenção para deficiências do passado, para a necessidade de rigor, sob pena de estes números, depois, não serem o espelho real nem serem úteis na sua utilização futura.

*Vozes do CDS-PP.* — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral) —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Planeamento

**O Sr Secretário de Estado do Planeamento —** Sr Presidente, Srs. Deputados: Penso que existe aqui uma preocupação, que é transversal a todas as bancadas parlamentares e é também do Governo, no sentido de que tudo corra bem e, de facto, haja o maior rigor

A isto posso responder com aquilo que se está a fazer a verdade é que os trabalhos estão a começar com muita antecedência em relação ao inicio dos censos, que é 12 de Março de 2001, e estamos a fazer dois inquéritos para testar o questionário, para que possamos utilizar o tal sistema de leitura óptica Vamos fazer um ensaio geral, está previsto um sistema de indicadores de alerta, que vigorará ao longo do período do sistema de recolha de dados para que possamos introduzir acções correctivas atempadamente, e, como é óbvio, há a questão da própria formação

Na minha intervenção inicial, referi que se vai adoptar uma estratégia de formação em cascata, onde o INE, centralmente, irá formar um conjunto de coordenadores regionais que, por seu turno, formarão um conjunto de delegados regionais, os quais, depois, formarão um conjunto de delegados concelhios Portanto, há aqui uma gradualidade e um estender da formação em cascata. O INE assegurará uma assistência permanente ao longo de todo o processo

Quanto a uma dúvida que foi colocada pela bancada do PCP, relativamente a algumas autarquias que poderiam não ter recursos suficientes, a verdade é que o INE irá trabalhar precisamente nos locais onde houver maiores dificuldades, procurando supri-las. Também estão previstas doações adicionais para as câmaras municipais, essencialmente para fazer face a encargos suplementares de remuneração por trabalho acrescido dos autarcas

Foi ainda sublinhada a questão da deficiência e julgo que, de certa forma, há alguma satisfação do Parlamento por terem sido incluídas variáveis relativamente à deficiência Ora, isto corresponde a uma preocupação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, uma vez que, tendo uma identificação geográfica exaustiva da situação da deficiência em Portugal, pode assim melhorar as políticas de apoio aos deficientes. No entanto, concordo com a sugestão da bancada parlamentar do PCP relativamente à necessidade de haver uma campanha de formação, até para melhorar a validade estatística dos próprios censos

Relativamente à possibilidade de serem incluídas variáveis como a questão dos electrodomésticos e a questão dos computadores, recordo que existem já, no INE, outros inquéritos que, por amostragem, poderão responder melhor a este tipo de questões, nomeadamente o inquérito ao conforto das famílias. Presumo que estes indicadores já estão aí consagrados, sem prejuízo de se fazer uma verificação.

A bancada do PP levantou também a questão da habitação. Devo dizer que, relativamente às variáveis relacionadas com o alojamento e com o edifício, houve a preocupação de garantir que com os resultados dos censos possamos conhecer o estado de conservação dos edifícios — o que é uma coisa nova, que não existia — e, além disso, as próprias épocas de arrendamento, ou seja, poderemos conhecer as idades dos arrendamentos e os períodos que foram definidos vão ao encontro das alterações que foram produzidas à legislação do arrendamento pelo actual Governo.

Também foi exprimida a preocupação relativamente à questão da base cartográfica e devo dizer que a base cartográfica de apoio já está integralmente digitalizada, o que facilitará os próprios trabalhos.

Quanto à questão levantada pelo PSD, relativamente à possibilidade de consagração de prioridade a projectos de investigação de interesse público, julgo que a lei já o consagra, neste momento, e que não será necessário remeter, por causa desta questão, a discussão desta autorização legislativa para sede de especialidade No entanto, estaremos disponíveis para qualquer acerto no projecto de decreto-lei caso se verifique, em face de enquadramento legal, que isso é necessário para conceder a prioridade a este tipo de projectos

Finalmente, queria agradecer a intervenção da Srª Deputada Maria José Campos, pelo rigor com que demonstrou a importância dos censos para o País

Srs. Deputados, presumo que respondi integralmente às questões que foram levantadas

#### *Applausos do PS*

**O Sr Presidente (João Amaral) —** Srs. Deputados, creio que não há mais pedidos de palavra, pelo que o debate está encerrado A votação da autorização legislativa será na próxima quinta-feira e recordo aos Srs. Deputados que a votação de uma autorização legislativa se faz, a menos que haja deliberação em contrário, na generalidade e na especialidade em Plenário

Srs. Deputados, neste momento, vamos passar à discussão da proposta de lei n.º 12/VIII — Dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização sucessiva, os contratos de aquisição de projectos relativos às obras que se venham a realizar no âmbito do Euro 2004, promovidos pelas autarquias locais envolvidas

Para apresentar esta proposta, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local

**O Sr Secretário de Estado da Administração Local (José Augusto Carvalho) —** Sr. Presidente, Srs. Deputados Portugal está investido no desafio exaltante da realização do Campeonato Europeu de Futebol de 2004 Atentos os prazos disponíveis, é inadiável dar sequência às acções que conduzam à concretização das obras necessárias para esse efeito

Ora, temos presente que a realização de despesas públicas, bem como a respectiva contratação, obriga à observância de um conjunto de procedimentos nomeadamente à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, quando os contratos atingem determinado valor

Neste contexto, o que está em causa na presente iniciativa legislativa, são os procedimentos relativos à aquisição dos projectos — e tão-só dos projectos, sublinho —, necessários à execução das obras que urge concretizar.

Acresce que tendo a candidatura portuguesa sido inscrita com os esboços, estudos prévios e projectos-base que se mostraram indispensáveis, a continuação e desenvolvimento de tais projectos não poderá agora ser atribuída a entidade diversa, visto estarem em causa trabalhos de conceção intelectual com os consequentes direitos de autor

O que se propõe é, por isso, a admissão de um regime excepcional que dispense os municípios envolvidos no Euro 2004 de submeter a fiscalização prévia do Tribunal de Contas os contratos para aquisição dos projectos

necessários, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que, por lei, estão conferidos àquele Tribunal

Efectivamente, a proposta apresentada por Portugal, na candidatura ao Euro 2004, prevê quer a construção quer a adaptação de estádios e respectivas zonas envolventes, com o objectivo do cumprimento das exigências e condições inerentes à realização do campeonato

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

**O Orador:** — No que se refere aos estádios onde se vão realizar os jogos, a candidatura prevê a disponibilização e utilização de 10 estádios de futebol, colocados à disposição da organização pelos respectivos proprietários, entre os quais se encontram sete câmaras municipais

Igualmente se consagram exigências quanto a infra-estruturas de tráfego e estacionamento de veículos e circulação pedonal

Demonstradamente, tendo a candidatura portuguesa sido apreciada como um todo, na sua globalidade, não deixam de relevar as características das obras a realizar, características que vinculam as autoridades portuguesas perante a UEFA e que permitiram a classificação atribuída à candidatura portuguesa

Tal facto impede, a nosso ver, a alteração dos estudos e projectos apresentados, mesmo que não se tivessem de considerar os direitos de autor. Mas temos de considerar os direitos de autor.

De facto, os esboços, as peças, os estudos integrados na candidatura aprovada estão protegidos pelo regime jurídico dos direitos de autor, consagrado no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. É a alínea l) do n.º 1 do artigo 2.º do referido Código que determina que «... as criações intelectuais (...) compreendem nomeadamente (...) projectos, esboços e obras plásticas respeitantes à arquitectura (...), consagrando-se naquele diploma — artigo 25.º — que «Autor de obra de arquitectura (...) é o criador da sua concepção global e respectivo projecto»

Este regime jurídico distingue duas categorias de direitos direitos de carácter patrimonial (fruição e utilização da obra) e direitos de natureza pessoal, ditos «direitos morais» (reivindicação da paternidade da obra e exigência do respeito pela sua integridade e genuinidade), direitos estes, os da última categoria, que não podem ser transmutados, direitos morais que «asseguram a ligação directa entre a obra e o seu criador, de cuja personalidade ela é a imanação», no dizer, aliás, do Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores.

E por falar em autores, o autor é o criador intelectual da obra, pelo que, consequentemente, «só ele pode exercer o direito moral insito no próprio acto da criação e expressamente consagrado na lei».

Direitos de autor cuja protecção é condição essencial da liberdade de criação intelectual, conforme dispõe o artigo 42.º da Constituição da República

Ora, pelo menos em alguns municípios, foram adquiridos externamente esboços e estudos prévios — concretamente nos municípios de Aveiro, Leiria e Coimbra —, pelo que estamos perante a existência de direitos de autor, o que inviabiliza a promoção de concursos para a adjudicação dos projectos de execução

Quanto a prazos — outra questão relevante —, é de referenciar que estão assumidos calendários bem definidos

A Câmara Municipal de Braga deve iniciar as obras até 1 de Outubro do ano corrente e as restantes até 1 de Abril

do próximo ano. E todas essas obras deverão estar concluídas até final de Junho de 2003

Estamos, pois, perante um quadro que é deveras responsabilizante

SUBLINHA-SE, contudo, que a presente iniciativa legislativa, se bem que consubstancie a dispensa de visto prévio para a contratação dos projectos em causa, não visa prejudicar nem dispensar o exercício das demais competências de fiscalização do Tribunal de Contas, atenta a Lei de Organização e Processo daquele donto Tribunal, competências essas que permitem fiscalizar a transparência, a eficiência, a economia e o rigor na aquisição de tais projectos

Repete-se que aquilo que se encontra à consideração de VV Ex " Sr Presidente e Srs Deputados, respeita, tão-só, à contratação dos projectos de execução. As obras, essas, decorrerão de acordo com os normativos legais preexistentes e aplicáveis

Finalmente, seja-me permitido saudar todos os contributos que melhorem a presente iniciativa do Governo. Porém, seja-me também permitido referenciar que, no nosso entendimento, o projecto do CDS-PP pretende explicitar aquilo que nós já consideramos implícito na nossa própria proposta

Por último, cumpre-nos informar que a presente proposta de lei mereceu parecer favorável da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

#### *Aplausos do PS*

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Mas sabe que nós não vamos pelo implícito, nós gostamos do explícito!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Moura de Sá

O Sr. João Moura de Sá (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, Sr " e Srs. Deputados Em Outubro passado, a UEFA atribuiu a Portugal a responsabilidade pela organização do Euro 2004. Este facto deve, como é óbvio, ser motivo de orgulho para todos os portugueses.

Desde a primeira hora que o PSD apoiou, clara e inequivocamente, a organização do Euro 2004 em Portugal. Apoio claro e inequívoco traduzido no facto de sempre termos dito e defendido, ao contrário de outros, que organizações como o Mundial de Sub-20 de futebol, em 1991, a Expo 98 ou, agora, o Euro 2004 são acontecimentos muito importantes para o desenvolvimento sustentado do nosso país

Mas, se a organização deste evento enche todos e cada um dos portugueses de orgulho, deve merecer de todos e cada um dos responsáveis políticos uma atenção redobrada

Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, Sr " e Srs Deputados O que está verdadeiramente em causa é a capacidade e a credibilidade de um país para organizar eventos desta relevância

Em 2004, milhões de pessoas vão estar com os olhos postos em nós. Nessa altura, Portugal não pode falhar. É, pois, fundamental a mobilização e o envolvimento dos mais amplos sectores da sociedade portuguesa, no sentido de contribuirem para o engrandecimento desta iniciativa. É também fundamental que todos os responsáveis políticos possam contribuir para o sucesso desta organização

A proposta de lei do Governo visa criar um regime excepcional que dispense os municípios envolvidos de submeter à fiscalização prévia do Tribunal de Contas os contratos para aprovação dos projectos necessários à realização das obras. Com o fundamento na exiguidade dos prazos disponíveis para a preparação de todas as infra-estruturas e na necessidade urgente de dar sequência às ações conducentes à realização das correspondentes obras, esta proposta pretende simplificar procedimentos, diminuindo significativamente alguns prazos.

O Partido Social Democrata tudo fará para que não seja posto em causa o grande projecto nacional que é o Euro 2004. Tudo faremos no sentido de que sejam proporcionadas todas as condições para que a organização do Euro 2004 seja um enorme sucesso para Portugal.

Compreendemos até que um evento excepcional deste tipo requeira medidas excepcionais. É nesse sentido que surge a proposta de lei do Governo e o Partido Social Democrata votará favoravelmente este regime de exceção. Mas, como regime de exceção que é e tendo em conta o elevado montante de recursos públicos envolvidos, deve merecer da Assembleia da República uma atenção e fiscalização redobradas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs Deputados Para nós, a criação de um regime de exceção implica uma fiscalização excepcional, pelo que o Parlamento e os partidos políticos aqui representados não podem fugir às suas responsabilidades. Assim, no sentido de uma fiscalização atenta e permanente, tendo em conta a excepcionalidade deste evento, o PSD propôs a constituição de uma comissão eventual para a análise e fiscalização dos recursos públicos envolvidos na organização do Euro 2004.

É importante que todos assumamos estar perante uma matéria extremamente sensível. Em democracia, a correcta e transparente aplicação dos dinheiros públicos deve ser uma das principais preocupações. Assim sendo, apoiando incondicionalmente a organização do Euro 2004, não podemos deixar de, com frontalidade, chamar a atenção para estes aspectos.

Compreendemos bem o alcance dos compromissos assumidos pelo Estado português, mas, para defesa de todos, nomeadamente das pessoas ou instituições envolvidas mais directamente na organização, é fundamental uma gestão cuidada e transparente.

É verdade que os portugueses aplaudiram e festejaram a atribuição a Portugal da organização do Euro 2004, mas é também verdade que exigem de todos os responsáveis por esta organização a aplicação correcta e um controlo eficaz e rigoroso dos dinheiros públicos envolvidos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> e Srs Deputados. A organização do Euro 2004 tem de ser um grande sucesso para Portugal e todos os portugueses. Hoje, como num passado recente, o nosso país tem de dar mostras de todas as suas capacidades. Por parte do PSD, contarão hoje, como no passado, com o apoio entusiástico a todas as iniciativas que visem projectar e desenvolver Portugal.

**Vozes do PSD.** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

**O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Sr Presidente. Srs Deputados. Para que nenhuma dúvida possa subsistir sobre a nossa posição, desde sempre manifestada, acerca da

realização do Euro 2004 em Portugal, reiteramos, uma vez mais, o nosso total apoio a este evento desportivo e social.

Fizemo-lo ainda em fase de candidatura, quer perante o Sr Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Dr. Gilberto Madaíl, quer perante o então Presidente da Comissão Executiva da candidatura, Sr Carlos Cruz, quer perante o então Ministro da tutela, Dr José Sócrates.

Fizemo-lo com a convicção de que esta realização traria enormes vantagens para os clubes portugueses e para o desporto nacional e seria, em suma, uma oportunidade ímpar para o País melhorar a qualidade do seu equipamento desportivo e fomentar, em número e também em qualidade, os seus praticantes, mas seria, sobretudo, uma singular oportunidade de Portugal se mostrar como um excelente destino turístico no contexto europeu e mundial.

Milhões e milhões de cidadãos de olhos postos em nós são uma oportunidade mas são também uma grande responsabilidade.

Ficámos, pois, satisfeitos por termos vencido as outras duas candidaturas mas só ficaremos completamente realizados se o Euro 2004 for um êxito, quer ao nível organizativo, quer ao nível do rigor da utilização dos dinheiros públicos.

Tem o Partido Popular feito, desde o início, diversos requerimentos sobre esta matéria, por forma a alertar para problemas e a obter informações, e julgamos da mais elementar justiça que esta Assembleia disponha de toda a informação que envolve a realização do Euro 2004.

Para votarmos favoravelmente a proposta que hoje nos é apresentada é, para nós, necessário que esta Assembleia possa introduzir uma alteração da dispensa de uma autorização prévia da fiscalização do Tribunal de Contas deve passar-se para a exigência de uma fiscalização que seja concomitante e sucessiva, conforme já é do conhecimento do Sr Secretário de Estado, que teve a amabilidade de o referir na sua intervenção inicial Aliás, sucessiva a fiscalização sempre o seria, por força de lei.

No nosso entender, repito, essa fiscalização tem de ser também concomitante, e o Sr. Secretário de Estado teve a amabilidade de dizer que isso também está no espírito da proposta de lei.

**Sr Presidente. Srs Deputados** O Euro 2004 é um negócio de milhões e representa um dos maiores investimentos públicos realizados em Portugal, pelo que requer rigor e transparência em todos os seus procedimentos.

Desejamos que tudo corra bem e fazemos votos para que os mais recentes exemplos de derrapagens orçamentais e de esbanjamento de dinheiros públicos não possa ser repetido nesta realização.

Fizemos, em Dezembro passado, um requerimento ao ministério da tutela, ao qual ainda não tivemos resposta, por forma a obtermos todos os protocolos realizados com as autarquias e os diversos clubes de futebol relativos aos 10 estádios seleccionados para a realização dos desafios do Euro 2004. Gostávamo de dispor dessa informação, Sr Secretário de Estado.

Além disso, não fugindo muito, mas saindo ligeiramente do tema estrito que aqui nos traz, queríamos também saber quais os montantes que estão em causa e qual a alternativa que o Governo tem pensada para o caso, cada vez mais previsível, de clubes e autarquias serem incapazes de suportar os seus 75%. Saliento que esta possibilidade é cada vez mais real, devido às dificuldades de tesouraria de muitos clubes e até de algumas autarquias.

Gostaria também de saber se o Sr Secretário de Estado pretende cumprir a tabela de honorários para a elaboração de obras públicas, utilizando-a como um critério que possa corresponder a algum rigor.

Sr Presidente e Srs. Deputados, termino com o essencial Querem o Governo e esta Assembleia possibilitar a fiscalização concomitante e sucessiva do Tribunal de Contas e o Partido Popular votará favoravelmente a presente proposta

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, Srs Secretários de Estado, Srs Deputados O PCP manifestou, a seu tempo, o acordo com a organização por Portugal do Euro 2004 e temos consciência da necessidade de introduzir algumas medidas excepcionais para que os compromissos então assumidos possam ser cumpridos, nomeadamente no que tem a ver com a rapidez de execução de algumas obras. É, portanto, neste contexto que temos também consciência da necessidade de avançar rapidamente com o processo de concurso dos projectos, dada a urgência dos prazos existentes, e temos ainda consciência de que forma isso pode condicionar o bom andamento e até evitar alguma derrapagem — que, pelos vistos, está já anunciada — na prossecução das obras necessárias para este evento.

Esta necessidade de cumprir calendários e este princípio de celeridade exigida têm de ser, contudo, equilibrados pela necessidade de clareza e controlo nos contratos de aquisição de projectos, que é o caso que estamos a analisar, e com a necessidade e exigência da fiscalização dos processos que estão relacionados com estes concursos. Assim sendo, se no caso concreto admitirmos a dispensa de fiscalização prévia, e apenas dessa, ela deve ser compensada, obviamente, pela ineludível existência de fiscalização sucessiva mas também, evidentemente, pelo exercício da fiscalização concomitante, essencial para que, nesta matéria, se garanta o cumprimento da legalidade e da transparência no processo de aquisição de projectos relativos às obras do Euro 2004, em relação às autarquias locais

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Esta dispensa de fiscalização prévia deve ser compensada com a fiscalização concomitante e é só neste sentido que admitimos esta proposta de lei. Não pode ser outro o sentido a retirar da proposta de lei que o Governo nos apresenta e julgamos que o Governo deve também encontrar e informar a Assembleia de outros mecanismos de fiscalização e de controlo para este processo, que reforcem a possibilidade de fiscalização que é, de alguma forma, aligeirada pela dispensa de fiscalização prévia.

Em suma, estamos prontos a dar a «lei da vantagem» a este processo mas não sem que na primeira oportunidade seja possível admoestar com cartões amarelos e vermelhos quem o merecer!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Nem o Vítor Pereira faria melhor!

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Casimiro Ramos

O Sr Casimiro Ramos (PS) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr " e Srs Deputados A proposta de lei nº 12/VIII, apresentada pelo Governo, visa dispensar os municípios envolvidos na realização de obras necessárias à prossecução do campeonato de futebol de 2004 da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em relação aos contratos para aquisição de projectos necessários à realização das mesmas Os motivos que originam a presente proposta de lei prendem-se com a urgência em dar sequência às acções conducentes à realização do campeonato europeu de futebol de 2004, tendo presente que os prazos disponíveis para a candidatura e realização do referido campeonato não eram compatíveis com os prazos legais e processuais do Tribunal de Contas Propõe, assim, o Governo a criação de um regime excepcional para este fim, o qual se esgotará findo o motivo que o justifica, imprimindo à futura lei um carácter especial e um período de vigência temporalmente definido

O Tribunal de Contas, órgão independente ao qual a Constituição de 1976 definiu, de forma inequívoca, a natureza de um tribunal financeiro integrado no aparelho judiciário, tem a seu cargo, ao abrigo da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto — Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas —, a prossecução dos seguintes objectivos clarificação do regime de fiscalização e controlo financeiro, redução da disciplina dos actos sujeitos a visto prévio, e possibilidade de seleccionar e reduzir o âmbito da fiscalização prévia, ou o visto prévio

No presente caso, nos termos do nº 1 do artigo 1º da Lei nº 98/97, o Tribunal de Contas «( ) fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas ( )», estando «( ) sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro as autarquias locais ( .)». Por outro lado, compete ao Tribunal de Contas «fiscalizar previamente a legalidade e o cabimento orçamental dos actos e contratos de qualquer natureza que sejam geradores de despesa, representativos de quaisquer encargos e responsabilidades, directas ou indirectas ( .)»

As competências do Tribunal de Contas estendem-se a três tipos de fiscalização e a fiscalização prévia, prevista nos artigos 44º a 48º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, tem por fim verificar se os actos, contratos, ou outros instrumentos geradores de despesa estão conformes com a lei em vigor e se os respectivos encargos têm cabimento em verba orçamental. Esta é a questão mor da iniciativa legislativa em causa, pois, não estando afastada a fiscalização sucessiva, a iniciativa pretende dispensar de fiscalização prévia os contratos de aquisição de projectos relativos às obras que se venham a realizar no âmbito do Euro 2004

No quadro legal aplicável ao Tribunal de Contas e nos termos desta fiscalização, não sendo o presente caso uma situação prevista na alínea e) do artigo 47º nem enquadrada no âmbito da alínea b) do artigo 45º do mesmo diploma, resta ao legislador uma única solução dado o carácter urgente, justificado pela calendarização dos projectos e iniciativas no âmbito do Euro 2004, e o interesse nacional, vertido na Resolução do Conselho de Ministros nº 117/98, de 19 de Setembro, que publicamente a iniciativa reveste, deve adoptar um diploma nos termos do ora proposto pelo Governo. A presente iniciativa está, portanto, devidamente enquadrada no espírito do legislador cons-

titucional ou ordinário e em concordância com a Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto

A proposta de lei em análise, por outro lado, não dispensa os outros dois tipos de fiscalização, a concomitante e a sucessiva. Relativamente à fiscalização concomitante, há que salientar que, entre outras funções, esta deve fiscalizar a relação dos serviços e dos organismos objecto de fiscalização concomitante, no que respeita à realização de despesas emergentes de actos ou contratos que não devam ser remetidos para fiscalização prévia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 38.º. Diz ainda o mesmo artigo, no seu n.º 3, que «a dispensa de fiscalização prévia não prejudica a fiscalização concomitante ou sucessiva das despesas emergentes da execução dos respectivos actos ou contratos nem a eventual responsabilidade financeira».

Por último, a fiscalização sucessiva, vertida nos artigos 50.º a 56.º da lei acima citada, consiste na verificação de contas de todas as entidades previstas no artigo 2.º (e, por isso, também das autarquias locais), a avaliação dos respectivos sistemas de controlo interno, a apreciação da legalidade, a economia, a eficiência e eficácia da gestão financeira, a fiscalização da comparticipação nacional nos recursos próprios comunitários e a aplicação dos recursos financeiros oriundos da União Europeia.

No âmbito desta fiscalização, estão sujeitas à elaboração e prestação de contas, entre outras, as autarquias locais, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 51.º

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados, é de ter ainda em linha de conta que, no decorrer desta fiscalização, a verificação externa de contas pode ser feita pelo próprio Tribunal, através de auditorias, por iniciativa do Governo ou da Assembleia da República, a qualquer momento, junto do Tribunal de Contas.

A nível internacional, vale a pena fazer referência às sucessivas recomendações que a Organização Internacional de Instituições Superiores de Controlo Externo das Finanças Públicas vem dirigindo aos seus membros no sentido de aperfeiçoarem e ampliarem o controlo das despesas públicas que lhes incumbe.

De entre essas recomendações merece particular relevo uma recomendação formulada em 1977, no Congresso de Lima, segundo a qual «( ) ao controlo jurisdicional da legalidade e da regularidade da gestão e da contabilidade, deve juntar-se um controlo orientado para a rentabilidade, a eficácia, a economicidade e a eficiência das acções do Estado, abarcando não apenas cada caso de gestão individual mas também a actividade total da Administração, incluindo a sua organização e sistemas administrativos».

E é precisamente na esteira desta ideia de rentabilidade, eficácia e economicidade que se enquadram os princípios definidores desta proposta de lei, estando também neste âmbito devidamente enquadrada a iniciativa que o Governo apresenta a esta Câmara.

A proposta de lei do Governo é, por isso, uma proposta de lei legal e legítima, justificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/98, de 19 de Setembro, que reconhece o interesse nacional da candidatura da Federação Portuguesa de Futebol à organização do Campeonato Europeu de Futebol em 2004.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Isso já nós sabemos!

O Orador — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Local, Sr.º e Srs Deputados Estando

implícito, no âmbito das competências do Tribunal de Contas e na presente proposta de lei, que a dispensa de visto prévio não dispensa a fiscalização sucessiva e, consequentemente, a fiscalização concomitante, o Partido Socialista, a par do Governo, em nome da transparência total que este processo deve ter, pretende, em sede de especialidade, introduzir as alterações que contribuam para a concretização desse objectivo.

O evento, em si, como todos sabemos, constitui mais uma oportunidade para a solidificação do prestígio de Portugal na Europa e em particular do papel que o nosso país pode ter ao nível do desporto.

Por outro lado, os investimentos que se realizarão em seis municípios, de norte a sul do País, constituem, por sua vez, um factor de alavancagem para o desenvolvimento económico-social em geral e para a melhoria significativa das instalações desportivas que se vão realizar.

Certos de que nesta Câmara todos somos conscientes da real importância de que se reveste este evento, também assim contamos com todos para o momento em que tenhamos de assumir as nossas responsabilidades.

#### *Applausos do PS*

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Srs Deputados: Este tema foi já brevemente discutido aqui com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e creio que alguns dos graves problemas que estão implícitos nesta proposta de lei já foram argumentados e contra-argumentados. Portanto, dispensar-nos-ei de fazer uma exposição geral sobre o tema.

No entanto, queria dizer que, concordando com uma parte da intervenção do Sr Deputado do PSD, que nos disse que Portugal não pode falhar nesse contexto, penso que isso nos dá razões substanciais para que seja cumprida na integra toda a legislação, que, lembro-vos, foi inventada, concebida e desenvolvida para prever, prevenir e evitar que, em nome de argumentos da eficácia ou em nome de argumentos do carácter expedito das obras — aliás, gostaria de saber qual é a obra que não tem um carácter de urgência —, fosse torpedeada desde o inicio a capacidade de controlo dos processos que estão em causa.

Portanto, ao pedirem a dispensa da fiscalização prévia no Tribunal Constitucional relativamente a estes contratos de aquisição, sugerindo que se mantenha o ajuste directo entre as autarquias, creio que o Governo e as bancadas que o apoiam, neste contexto, cometem dois erros e, por isso, neste caso, e com muito desagrado que nos veremos sozinhos a votar contra este projecto.

Contudo, creio que vale a pena reflectirmos sobre estes dois erros que cometem o Governo e as bancadas, no âmbito do debate que possamos ter aqui e até à votação.

Como nos foi claramente explicado pelo Sr Secretário de Estado da Administração Local, é-nos dito pelo Governo que a urgência justifica que se aceite a situação extraordinária de os acordos privados obrigarão agora as autarquias e, ainda, que as iniciativas que no âmbito da preparação da candidatura portuguesa foram desenvolvidas por clubes e por entidades privadas se tornem agora obrigatórias, à luz de uma protecção do direito de autor que vem consagrado nesta lei. Ou seja, a eventualidade da vitória portuguesa, que estava implícita no facto de ela

se candidatar com o intuito de vencer, implica uma privatização da decisão que, do Estado e das autarquias, é remetida para os clubes que contrataram as equipas de arquitectos e que, por esta razão, se vêem compelidos a obrigar as autarquias a manterem esses contratos e a tornarem-nos efectivos para a execução das obras.

Isto é absolutamente extraordinário e absolutamente excepcional! É um erro gravíssimo, porque dá a ideia que, em nome da urgência e da emergência, se pode fazer o que quer que seja para distorcer as leis que foram justamente inventadas para manter o controlo da coisa pública, no sentido de garantir que há clareza absoluta no controlo da coisa pública, sobretudo porque não há justificação do ponto de vista da defesa dos direitos de autor.

O Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (Lei n.º 45/85, de 17 de Setembro, artigo 2.º, n.º 1) abrange explicitamente projectos, esboços e obras plásticas respeitantes à arquitectura e o Estatuto da Ordem dos Arquitectos (Lei n.º 176/98, de 3 de Julho) inclui a protecção dos direitos de autor sobre obras de arquitectura. Portanto, temos legislação suficiente e nenhuma emergência pode ser invocada a propósito desta legislação do ponto de vista da protecção do direito do autor, que é o arquitecto que elaborou os primeiros esquisos.

Creio, em suma, que a Assembleia e as bancadas que assim o decidirem farão mal ao darem luz verde a uma «entorse» contra a lei que foi justamente inventada pela República para evitar «entorses».

Mas há uma segunda razão, com a qual termino a minha intervenção, que é esta: esta lei, esta decisão, tem destinatários, que têm nome e morada, e vale a pena reflectirmos sobre o que é que isto quer dizer.

Dos 10 projectos que estão em causa, tenho conhecimento de que pelo menos três são da autoria do Arquitecto Taveira o Estádio Municipal de Aveiro, a ampliação do Estádio da Luz e a renovação do Estádio de Leiria.

Gostaria de dizer duas palavras sobre o processo de Aveiro.

Este processo — cujas obras têm de começar até Julho deste ano, se não forem atrasadas, e esperemos que não — começou em meados de 1998. Foi aprovada pela Câmara Municipal de Aveiro, em deliberação de 3 de Agosto de 1998, a contratação desta equipa de arquitectos. Em Fevereiro de 1999, uma delegação da UEFA foi examinar o estádio e as condições em que este projecto se apresentava, ou seja, foi verificar a viabilidade da sua candidatura. Isto quer dizer, portanto, que este processo começou há quase dois anos.

Os honorários previstos para estes projectos são de 240 000 contos, segundo os cálculos e as informações que temos relativamente aos três projectos que sabemos terem sido atribuídos à equipa do Arquitecto Taveira, temos um valor de cerca de 1 milhão de contos. Estamos, portanto, a falar de uma atribuição atrabilíaria que vai levar a que um entre vários — e estes vários são muito poucos — beneficiem pelo facto de terem sido contratados privadamente para fazerem o primeiro esboço, beneficiando, neste contexto, de um montante extraordinário que chega, no total, a 1 milhão de contos, se não a mais!

Neste contexto, não podemos colaborar e, portanto, naturalmente, não podemos viabilizar qualquer autorização que dispense a lei que foi prevista justamente para estas situações.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para intervir, tem a palavra o Sr Deputado Fernando Pésinho

**O Sr. Fernando Pésinho (Os Verdes)** — Sr. Secretário de Estado da Administração Local, na opinião de Os Verdes, criar excepções à lei não constitui um bom princípio, um princípio que devia ser seguido com grande frequência. Todavia, compreendemos que os compromissos que foram assumidos pelo Estado português, em função da realização do Euro 2004, não podem ser postos em causa neste processo, dai que, neste caso concreto, Os Verdes não irão opor-se à aprovação da proposta em discussão.

Gostaria, contudo, de, pelo menos, levantar algumas dúvidas e de manifestar as nossas preocupações fundamentais em todo o processo de renovação dos estádios de futebol, em Portugal, sobretudo porque, a nosso ver, para além das questões que têm estado a ser aqui discutidas, julgamos ser necessário fazer uma avaliação de todos os impactes que a renovação do parque dos estádios terá. Sobretudo a avaliação dos impactes que a substituição ou a criação de novos equipamentos terá nas malhas urbanas existentes, com todo o tráfego que isso poderá criar, com a rede de equipamentos e estacionamentos que é necessário construir, porque julgamos ser fundamental criar condições para que, nos casos em que irão ser construídos novos estádios de futebol, não possamos assistir a situações de desaneriação de terrenos da Reserva Agrícola Nacional ou da Reserva Ecológica Nacional para a criação de espaços desta natureza e para que, pelo menos nos casos em que situações dessa natureza possam vir a surgir, não venhamos a assistir a situações de verdadeiros atentados ambientais neste país.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr Secretário de Estado da Administração Local.

**O Sr Secretário de Estado da Administração Local** — Sr Presidente, Srs Deputados. Queria apenas procurar responder a algumas questões que me foram colocadas, no sentido de contribuir para a máxima clarificação possível da matéria em apreço.

O Sr Deputado Sílvio Rui Cervan colocou duas questões muito concretas. Em primeiro lugar, perguntou se nós estávamos em condições de assegurar que as tabelas dos honorários não serão excedidas. Por um lado, temos de atentar na autonomia constitucional das autarquias. Mas, não me refugiando apenas nessa resposta, recordo o artigo 50.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que confere competências concomitantes e sucessivas, que não pretendemos, obviamente, colocar em causa, e que cometem àquele tribunal a apreciação, do ponto de vista da legalidade, da economia, da eficácia e da eficiência, da aplicação das verbas em causa. Portanto, não creio que o Tribunal de Contas deixe de estar atento a este tipo de preocupações que o Sr Deputado aqui evidenciou.

Quanto aos custos, o que posso informar — é o que sei — é que, no âmbito de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, celebrados entre a Secretaria de Estado do Desporto e as autarquias, há um conjunto de empreendimentos que irão ser comparticipados a 25%, para um custo máximo de referência de 200 contos por cada lugar sentado e de 70 contos por cada lugar instalado e a cobrir. Há, pois, um conjunto de empreendimentos que foram contratados com os respectivos municípios, quais sejam: para Aveiro, a construção de um estádio com lotação de 30 mil espectadores sentados; para Braga, a construção de um estádio para 30 mil espectadores sentados; para

Faro e Loulé — é uma parceria, por isso, há pouco, fiz alusão a sete câmaras, são seis empreendimentos autárquicos, mas são sete câmaras municipais envolvidas —, a construção de um novo estádio, de acordo com as exigências da UEFA, mas não tenho informação concreta da lotação, para Coimbra, a ampliação e beneficiação do Estádio Municipal de Coimbra, com um aumento de 15 lugares, finalmente, para Leiria, a ampliação e reconstrução do Estádio Municipal, com aumento de lugares e comparticipação da cobertura

Há pouco, fiz referência aos tectos de comparticipação, quer para a instalação de lugares sentados, quer para a cobertura de lugares já instalados. Esta comparticipação será proporcionalmente reduzida, caso o custo de referência venha a ser inferior, de acordo com os orçamentos que se torne indispensável elaborar, até porque, não esqueçamos, para a execução das obras, e atentos os montantes previsíveis em causa, os concursos públicos serão internacionais. Portanto, esta é a informação que lhe posso prestar, porque é aquela de que disponho.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Louçã, perdoar-me-á, mas penso que não consegui demonstrar que nós — no caso vertente, quando digo «nós» quero significar os municípios, porque só me atrevo a falar na vertente municipal deste problema —, isto é, que os municípios não estão vinculados por força do Código de Direitos de Autor, na consideração de que os municípios contrataram V Ex<sup>a</sup> fez alusão a um município que contratou um determinado arquiteto, e este é um aspecto central do problema, para além, obviamente, do outro aspecto que tem a ver com os condicionalismos temporais e as exigências de calendário que aqui já referi: no caso concreto de Braga, as obras terão início, o mais tardar, em 1 de Outubro desse ano, nos restantes casos, até 1 de Abril do próximo ano.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP). — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado da Administração Local, há pouco coloquei três questões, o Sr. Secretário de Estado respondeu a duas, pelo que há uma preocupação que se mantém. Refere-se ao facto de, através da comunicação social, nomeadamente da desportiva, termos tido conhecimento — e não é preciso sermos videntes para ver a dificuldade de algumas autarquias, mas também de alguns clubes, como o Sr. Secretário de Estado sabe, estão em causa seis ou sete autarquias, por causa do caso de Faro/Loulé, mas também quatro clubes — de poder surgir a dificuldade de um clube não estar em condições de suportar os seus 75%

Esta questão não é apenas orçamental, é também uma questão política, pelo que queria que o Sr. Secretário de Estado me dissesse, porque não acredito que o Euro 2004 possa estar dependente, neste momento, de um incumprimento por parte de uma qualquer autarquia ou clube, qual é a solução alternativa para um incumprimento ou para uma incapacidade de cumprir um protocolo por parte de uma autarquia ou de um clube. Ou seja, gostaria que o Sr. Secretário de Estado me dissesse qual é o programa alternativo que o Governo tem para o caso de haver incumprimento ou incapacidade por parte de um clube ou de uma autarquia.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local

O Sr. Secretário de Estado da Administração Local — Sr Presidente, Sr Deputado Sílvio Rui Cervan como compreenderá, só posso pronunciar-me relativamente à vertente autárquica, e é esse o âmbito da matéria que aqui nos une

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — A outra vertente ainda é mais difícil!

O Orador — Relativamente às autarquias, posso dizer-lhe que as mesmas têm créditos firmados de responsabilidade e de idoneidade que afastam completamente os receios que o Sr. Deputado acabou de apontar.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Mas existem! Pelo menos nos clubes!

O Orador — E não são autarquias quaisquer, são autarquias de grande projecção!

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — O Sr. Secretário de Estado já me deu 60% da resposta!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, dou o debate por encerrado, sendo a proposta de lei colocada à votação na próxima quinta-feira.

Vamos, agora, passar ao último ponto da ordem de trabalhos, a apreciação do projecto de resolução n.º 19/VIII — Constituição de uma comissão eventual para a análise e a fiscalização dos recursos públicos envolvidos na organização do Euro 2004 (PSD).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Marta

O Sr. Carlos Marta (PSD) — Sr Presidente, Srs. Deputados. O Partido Social Democrata, desde o primeiro momento, apoiou a organização em Portugal do Euro 2004, aliás — é justo dizê-lo —, como todos os restantes partidos representados nesta Câmara. É um apoio claro e inequívoco, porque a organização de grandes acontecimentos desportivos de nível mundial ou europeu, para além da projecção internacional que proporciona ao país organizador, tem-se revelado como um importante factor dinamizador nos domínios da renovação, da modernização e da construção de infra-estruturas a nível nacional.

A organização da fase final do Campeonato da Europa de Futebol em 2004, para além de factores de natureza desportiva de relevância significativa inerentes à realização de acontecimentos deste nível de intervenção, permitirá mobilizar um conjunto de sinergias locais acrescidas e projectar-se-a igualmente noutros sectores da vida nacional, proporcionando um retorno significativo em termos económicos para os investimentos cuja realização seria de todo o modo exigida no médio prazo. Por isso, a Assembleia da República, desde o primeiro momento, e por unanimidade, apoiou e incentivou a candidatura de Portugal à organização do Campeonato da Europa de Futebol de 2004.

Para a realização da referida candidatura, o Governo decidiu, através da resolução de Conselho de Ministros n.º 117/98, assumir, através de uma comparticipação financeira vultuosa (cerca de 15,1 milhões de contos), particulares responsabilidades, nomeadamente no que concerne à beneficiação ou construção de 10 estádios de futebol.

Em 12 de Outubro passado, a UEFA atribuiu a organização do campeonato de futebol à Federação Portuguesa de Futebol e, portanto, a Portugal, facto que mereceu aplauso quase unânime da sociedade portuguesa.

Recentemente, o Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei que cria a sociedade anónima Euro 2004, S.A. — Sociedade Promotora da Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol e aprova os respectivos estatutos. Esta sociedade tem a capacidade de contrair empréstimos garantidos pelo Estado, goza de diversos benefícios fiscais e tem o direito de utilizar e administrar os bens do domínio público estatal e municipal que estejam ou venham a estar afectos à realização do campeonato.

A iniciativa do PSD, que hoje apresentamos nesta Câmara, resulta do carácter excepcional da deliberação adoptada, que, pelas verbas significativas envolvidas, deve merecer uma análise, um acompanhamento e uma fiscalização por parte deste Parlamento. Iniciativa que decorre igualmente do envolvimento no próprio processo de candidatura, que resultou num compromisso orçamental inequívoco que não deixou de ser evidenciado com persistência pela parte portuguesa nos diferentes momentos públicos de promoção e divulgação.

Em democracia, a correcta e transparente utilização dos recursos públicos deve ser uma preocupação dominante e constante de todos os partidos políticos com representação parlamentar e de todos os governos da República.

Estamos perante um domínio de relevante significado político, ao qual nenhum órgão de soberania pode ser indiferente. E, no caso particular da Assembleia da República, que tem a competência da aprovação dos Orçamentos do Estado e das consequentes Contas Gerais, exige-se uma especial e redobrada atenção.

Ao propormos a criação de uma comissão eventual para análise e fiscalização dos recursos públicos envolvidos na organização do Campeonato da Europa de Futebol de 2004, o PSD quer dar corpo a esta preocupação, coerentemente com o que sempre tem defendido, e incentiva os restantes partidos a acompanharem-nos nesta nossa intenção.

O Euro 2004 a realizar em Portugal é, com toda a certeza, a manifestação desportiva que envolverá uma relevante concentração de recursos públicos e será, nesta área, um dos maiores esforços desde sempre realizados em Portugal. É, pois, impensável que esta grande organização se faça sem qualquer acompanhamento e controlo específico do Parlamento no que respeita ao seu custo total, ao seu modo de financiamento ou à racionalização das respectivas despesas.

É, pois, nestes termos que o Grupo Parlamentar do PSD propõe a constituição de uma comissão parlamentar de análise e fiscalização da utilização dos dinheiros públicos na organização do Campeonato da Europa de Futebol do ano de 2004.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Ricardo Castanheira.

**O Sr. Ricardo Castanheira (PS).** — Sr Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs Deputados Quando os dirigentes da Federação Portuguesa de Futebol, em 1998, manifestaram a sua vontade em apresentar uma candidatura à organização do campeonato europeu desta modalidade em 2004, imediatamen-

te puderam contar com o entusiasmo e com o apoio efectivo do Governo português, formalmente expresso numa resolução do Conselho de Ministros de 3 de Setembro de 1998.

O anterior governo demonstrou, assim, a sua intenção inequívoca de apoiar todas as ideias e eventos que projectem a imagem externa do nosso país, bem como reconheceu a existência de um desejo nacional de longa data em assumir Portugal um papel liderante no futebol mundial, honrando um palmarés desportivo de grande significado.

Ao terem as instâncias internacionais do futebol considerado a importância, as vantagens e os efeitos sócio-desportivos da candidatura portuguesa, confirmaram, em suma, a modernidade e o nível elevado de desenvolvimento de Portugal. As mesmas razões de progresso social, de investimento público e de crescimento económico que estiveram na origem, nos últimos anos, de outras recentes escolhas de Portugal, tornaram agora a justificar a vitória da candidatura portuguesa. São os sucessos do passado recente, fruto do dinamismo nacional e do sonho colectivo, que nos conferem a garantia de que os mesmos se repetirão com o Euro 2004.

Por isso, Sr Presidente e Srs Deputados, o Euro 2004, a par do júbilo colectivo causado, constitui um desafio à modernização das estruturas desportivas envolvidas directamente no evento, porquanto implicará a remodelação de cinco estádios e a construção de outros novos cinco Coimbra, Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Aveiro, Leiria, Faro e também Loulé ficarão assim dotadas de novas ou renovadas infra-estruturas que, posteriormente, servirão as respectivas comunidades, proporcionando as melhores condições para a promoção do desporto. Mas os efeitos benéficos da organização do Euro 2004 não se circunscrevem às cidades mencionadas, visto que toda a economia nacional será impulsionada.

Portugal prepara-se para o desporto do século XXI. Acresce que da hotelaria à restauração, da construção civil aos equipamento, passando pelo recrudescimento do emprego, múltiplas são as vantagens que farão aderir à ideia do futebol muitos portugueses, para além dos habituais entusiastas. Um dado é indubitável, o Euro 2004 em Portugal deve-se à conjugação de esforços organizativos, ao nosso grau de desenvolvimento nacional, à capacidade colectiva de realização e ao entusiasmo do Governo português em apadrinhar este projecto, reflectindo um sentimento nacional.

#### *Vozes do PS — Muito bem!*

**O Orador** — Sr Presidente e Srs Deputados, vai já ficando distante o tempo em que, na Assembleia da República, uma maioria parlamentar autista e autoritária não só inviabilizava toda e qualquer iniciativa da oposição como também não admitia o cumprimento da função fiscalizadora do Parlamento. Ao tempo, um projecto desta índole teria, com certeza, o destino traçado indeferimento liminar, imediatamente, aliás, com base em argumentação como aquela que deu origem à famosa «teoria das forças de bloqueio».

Mudam-se os tempos, mudam-se as maiorias, transforma-se a forma como é exercido o poder e, sobretudo, o modo de encarar os desígnios nacionais, mas o PS não altera o seu entendimento quanto à necessidade de transparência e fiscalização efectiva da aplicação dos dinheiros públicos. Hoje, como ontem, defendemos o rigor.

orçamental, mas não cedemos à tentação fácil e demagógica de sobrepor os interesses de uma qualquer agenda partidária às manifestações de interesse nacional

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Entende assim o PS que a Assembleia da República deve acompanhar, com proximidade, a organização de tão importante evento para o nosso país, com vista, essencialmente, a ser encontrado o consenso parlamentar que ajude a promover e a potenciar ainda mais os seus próprios benefícios.

Mas, Srs Deputados, importa, contudo, esclarecer se existe alguma coincidência entre as motivações do Grupo Parlamentar do PSD ao propor este projecto de resolução e as dos dirigentes distritais de Coimbra do PSD, por exemplo, quando vislumbram, num investimento público relevante para o distrito de Coimbra (a renovação do seu estádio no valor de quase 3 milhões de contos), uma oportunidade de guerrilha política lamentável contra a autarquia

Se o móbil do Grupo Parlamentar do PSD for dessa natureza, ou seja, puramente instrumental e demagógico, denotando, assim, uma falta de sentido da responsabilidade, o PS entende dever demarcar-se em nome de um evento que dignificará Portugal e que, por isso mesmo, deve estar acima de qualquer suspeita

Faça-se então, Srs Deputados, do Euro 2004 um verdadeiro hino à tradição das nossas selecções e clubes internacionais, um reconhecimento a uma paixão colectiva e o estímulo para um investimento em novas gerações.

*Aplausos do PS.*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares

**O Sr Bernardino Soares (PCP).** — Sr Presidente, Srs Deputados e Sr Secretário de Estado, o PCP, como disse no início do anterior debate, está de acordo com a realização do Euro-2004 e concorda também, dado os investimentos envolvidos e a complexidade do processo de desenvolvimento do Euro-2004, ser preciso — há todo o interesse nisso — que a Assembleia da República acompanhe de perto os processos de investimento, de execução das obras e de gestão das verbas que vão ser adstritas a este projecto Portanto, a Assembleia da República deve ter, ao contrário do que tem sido possível até agora, a informação total sobre o que se for passando nesta matéria

De resto, ainda não conseguimos saber — e isso já foi pedido em reuniões da então Subcomissão do Desporto com membros do anterior governo — quanto é que custou a campanha de promoção do Euro 2004 — julgo que era importante que a Assembleia da República tivesse esse conhecimento — e isso não prenuncia um bom futuro à fiscalização deste projecto

Diz o PSD — e bem — que é preciso assegurar o controlo parlamentar deste processo, mas é preciso também, dizemos nós, acudir as derrapagens, que já são anunciadas e assumidas à partida, não se tendo ainda começado a construir

Mais do que isso, é preciso também que o Governo se comprometa a resolver eventuais problemas, mas que essa resolução não seja tomada à custa do restante fenómeno desportivo e dos investimentos que estão previstos para

outras áreas do desporto nacional, porventura até mais carenciadas do que aquela que está em causa com o Euro 2004

O problema que temos em relação a este projecto de resolução do PSD não é este objectivo de fiscalização, é, sim, a forma como se pretende fazer esta fiscalização. É que já há nesta Assembleia uma Comissão de Juventude e Desporto, que, ainda por cima, resulta de uma dignificação da matéria desportiva no plano das comissões parlamentares, dado ter sido retirada de uma mera subcomissão da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, para ter uma dignidade muito mais reforçada como Comissão de Juventude e Desporto.

Portanto, não nos parece ser a melhor solução, poucos meses depois de termos optado por esta solução, esvaziar de uma parte importante do seu conteúdo esta Comissão, que, manifestamente, tem condições para levar a cabo a mais rigorosa fiscalização, que é o que se pretende neste processo

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Neste caso, não podemos admitir nenhum argumento que diga que a Comissão, pelas matérias que estão abrangidas, não terá condições para se dedicar, com a eficácia necessária, a este fim. Não é verdade, a Comissão tem condições para isso. Os Srs Deputados sabem que é assim, sabem que a Comissão de Juventude e Desporto tem possibilidades para acompanhar esta matéria.

Assim, este projecto de resolução acaba por ser uma moção de censura do PSD, apoiada pelo PS e porventura por outros partidos, à Comissão de Juventude e Desporto,

**O Sr Ricardo Castanheira (PS)** — Não é verdade!

**O Orador** — dizendo que, em certas matérias, esta Comissão não tem capacidade para levar a cabo a sua função, não tem capacidade, porventura, por ser uma comissão de juventude — quiçá seja esta a justificação —, para levar a cabo uma estrita fiscalização do projecto Euro 2004

Não temos esta convicção, portanto, julgamos que todas as competências referidas no projecto de resolução do PSD, mais outras tantas que também é necessário que sejam atribuídas à Assembleia para fiscalizar o projecto Euro 2004, podem e devem ser exercidas pela própria Comissão de Juventude e Desporto, de que, de resto, alguns dos Srs. Deputados que aqui falaram são membros efectivos

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem!

**O Orador** — Julgamos que a boa solução é esta e não a criação de uma comissão de visibilidade política exclusiva para o futebol profissional, independentemente da importância deste evento, que não deve ser o objectivo do tratamento parlamentar desta matéria. A preocupação da fiscalização presente no projecto de resolução é justa, a solução não é a mais adequada, não é a boa solução, porque é redutora do desporto a questão do Euro 2004 e também é redutora da competência e da capacidade da própria Comissão de Juventude e Desporto

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Muito bem! O PSD vai reflectir e retirar a proposta

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Silvio Rui Cervan

**O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP)** — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Octávio Teixeira Julgo não serem esses os objectivos da proposta do Partido Social Democrata, porque, quando foi discutida a possibilidade da extinção da Comissão de Juventude, foi o Partido Social Democrata que não a quis extinguir Haveria outras virtualidades para incluir a Juventude numa outra comissão mercê da sua transversalidade

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Pelos vistos, meramente formais!

**O Orador** — Exactamente

Sr Presidente, Srs Deputados Sobre esta matéria não há muito mais a acrescentar em relação àquilo que foi dito, mas gostaria de dizer que divirjo do Sr Deputado Bernardino Soares no seguinte esta questão não visa, apenas e só, acompanhar a questão do futebol profissional, nem — espera-se — isolar o futebol profissional do desporto Efectivamente, o Euro 2004 é mais do que apenas a análise da questão do futebol profissional Há um conjunto de outras disciplinas Se calhar esta comissão esvazia tanto ou mais a Comissão de Equipamento Social, do que, propriamente, a Comissão de Juventude e Desporto

O Sr Deputado saberá tão bem como nós que há questões a montante e a jusante da questão meramente do futebol profissional

O Partido Popular votará a favor da criação desta comissão apenas por dois princípios transparência e rigor Se se entende que esta Assembleia pode melhor fiscalizar com a criação de uma comissão especializada para esta matéria, então crie-se a comissão de fiscalização desta matéria e faça-se

**O Sr Octávio Teixeira (PCP)** — Entenda-se porquê!

**O Orador** — O Sr Deputado não concorda que uma comissão especializada possa fiscalizar melhor Não é esse o espírito da maioria desta Câmara, mas respeito a sua posição

O Partido Popular, por um princípio de rigor e transparência, votará favoravelmente a criação de uma comissão que possa fiscalizar toda a envolvente da realização do Euro 2004

**Vozes do CDS-PP e do PSD** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

**O Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares** — Sr Presidente, Srs Deputados Dizer que o Governo considera plausível, na sua essência, este projecto de resolução n.º 19/VIII, do PSD, seria dizer pouco Importa que eu próprio aqui diga, em nome do Sr Ministro Fernando Gomes, que o Governo reconhece que nesta, como noutras matérias, é fundamental toda a transparência na gestão dos recursos humanos

Se nouros tempos, aqui há pouco recordados, com outras maiorias parlamentares — no caso, a maioria parlamentar do PSD —, tivessem sido aceites propostas com este mesmo objectivo e alcance, outro «galo cantaria» e, porventura, não teríamos conhecido graves derrapagens em boa dose de obras públicas Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, é da vida

Permitam-me, em todo o caso, que, também em nome do Governo,

**O Sr António Capucho (PSD)** — Falta cá o Deputado Cravinho

**O Orador** — E não só, faltam outros

Como estava a dizer, permitem-me, em todo o caso, que, em nome do Governo, e dada a posição que o PSD aqui hoje expressou — e não só por isso, por 25 minutos de atraso de desrespeito do Governo à Assembleia —, manifeste simpatia pelo essencial da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, ou seja, no respeito pelas próprias comissões que o Parlamento aqui cria É esta mensagem, clara e inequívoca, que aqui deixo, no respeito pelo Parlamento e no respeito pelas comissões que o próprio Parlamento cria

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, não há mais inscrições, pelo que está encerrado o debate deste projecto de resolução, que será votado na próxima quinta-feira

A próxima reunião terá lugar amanhã, pelas 10 horas, e da respectiva ordem de trabalhos constarão as apreciações parlamentares n.º 6, 7 e 8/VIII

Srs Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão

*Eram 20 horas e 40 minutos*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados*

Partido Socialista (PS)

João Rui Gaspar de Almeida  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

Partido Socialista (PS)

Carlos Manuel Luís  
Cláudio Ramos Monteiro  
Jorge Lacão Costa  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD)

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
João Bosco Soares Mota Amaral  
José de Almeida Cesário  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Frederico de Lemos Salter Cid  
Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Pedro Miguel de Santana Lopes

Partido Comunista Português (PCP):  
 Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro

**À DISPOSIÇÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.**



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Didrio* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 500\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda correspondência que se refere a questões monetárias deve ser dirigida ao Banco de Portugal, à sede da Imprensa da Casa da Moeda, S. A., Rua de São Francisco Marques, 5 — Largo da Freguesia